



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

CLAUDIALYNE DA SILVA ARAÚJO

**POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DE GÊNERO E PROTAGONISMO DAS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

**JOÃO PESSOA
2019**

CLAUDIALYNE DA SILVA ARAÚJO

**POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DE GÊNERO E PROTAGONISMO DAS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para exame de qualificação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Gisele Rocha Cortês

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**JOÃO PESSOA
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A658p Araújo, Claudialyne da Silva.

Políticas de Informação de Gênero e protagonismo das
mulheres em situação de violência doméstica /
Claudialyne da Silva Araújo. – João Pessoa, 2019.
140f. : il.

Orientação: Gisele Rocha Cortês.

Coorientação: Joana Coeli Ribeiro Garcia.

Tese (Doutorado) – UFPB/CCSA.

1. Violência doméstica contra a mulher. 2. Políticas de
Informação de gênero. 3. Empoderamento feminino. 4.
Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes. 5.
Feminismo. I. Cortês, Gisele Rocha. II. Garcia, Joana
Coeli Ribeiro. III. Título.

UFPB/BC

CLAUDIALYNE DA SILVA ARAÚJO

**POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DE GÊNERO E PROTAGONISMO DAS
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

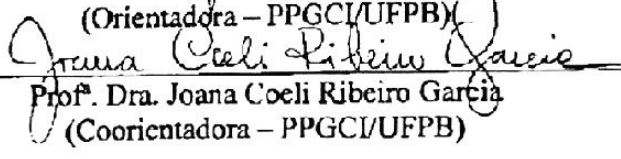
Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como requisito para exame de qualificação.

Linha de pesquisa: Ética, Gestão e Políticas de Informação.

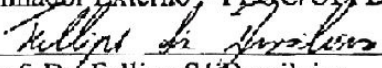
Tese Aprovada em: 12/12/2019

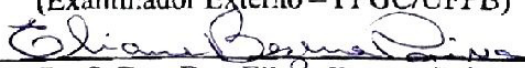
Banca examinadora:


Prof.^a Dra. Gisele Rocha Côrtes
(Orientadora – PPGCI/UFPB)


Prof.^a Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia
(Coorientadora – PPGCI/UFPB)

Prof.^a Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay
(Examinador Externo – PPGCI/UFPB)


Prof. Dr. Fellipe Sá Brasileiro
(Examinador Externo – PPGCI/UFPB)


Prof.^a Dra. Eliane Bezerra Paiva
(Examinador Interno – PPGCI/UFPB)

Prof.^a Dra. Leilah Santiago Bufrem
(Examinador Interno – PPGCI/UFPB)

Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
(Examinador Interno Suplente – PPGCI/UFPB)

Prof. Dr. Erinaldo Dias Valério
(Examinador Externo Suplente – UFG)

*Dedico às minhas filhas Bruna Kalyne Araújo e Bianca
Riane Araújo, por serem minha fortaleza em dias difíceis.
Como também a meus pais Luis Carlos Araújo e Maria
Betânia Araújo, por serem meus maiores exemplos de
força, coragem e dedicação.*

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A **Jeová Deus**, em primeiro lugar, pelo **dom da vida** e por me proporcionar diariamente forças para continuar nesta caminhada maravilhosa em busca dos meus objetivos.

Um **agradecimento especial a meus pais, Maria Betânia Araújo e Luis Carlos Araújo**, sempre dispostos a me ajudar, nos momentos em que mais precisei e quando percebia que o cansaço estava se aproximando, com seus exemplos determinados de ser. Conduziram-me a erguer a cabeça e superar os vários obstáculos que surgiram. Eu agradeço a Deus todos os dias por vocês existirem, meus exemplos e força, coragem e dedicação. Eu amo vocês e muito obrigada.

Ao meu **irmão, Paulo Victor Araújo**, sempre presente na minha vida através da amizade e amor que sentimos um pelo outro.

Ao meu querido **esposo, Geraldo Claudino Júnior**, sempre disposto a me ajudar em momentos difíceis e desanimadores. Muito obrigada.

Às minhas **filhas, Bruna Kalyne Araújo e Bianca Riane Araújo**, pois, ao olhar em seus olhos todos os dias, percebo que minha força e dedicação estão estruturadas nelas, que são a minha base. É por elas que continuo a buscar o conhecimento e a aprendizagem constante. Mamãe ama muito vocês, muito obrigada.

À minha orientadora, professora Dra. **Joana Coeli Garcia**, pelos ensinamentos, orientações, confiança e amizade. Você me acompanha desde a graduação, passando pelo mestrado e no doutorado, ora mais próxima, ora mais distante, mas nunca me esqueceu, nem eu a você. A ética, sinceridade e alegria são suas marcas registradas. Tenho muito orgulho em tê-la como uma grande amiga. Serei sempre grata por tudo. Muito obrigada!

À minha orientadora, professora Dra. **Gisele Rocha Côrtes**, muito obrigada pelas orientações e amizade, sempre disposta a me ajudar independente de qualquer situação. Mesmo quando o desânimo estava vindo, você esteve sempre ali presente me incentivando e ajudando. Dedicação e comprometimento são sua marca. Muito obrigada!

Ao professor Dr. **Edvaldo Carvalho** por todos os ensinamentos e compartilhamento de conhecimentos em sala aula, como também pela amizade. Muito obrigada.

Aos **membros examinadores da banca**, pela generosidade em avaliar a pesquisa, bem como, pelas excelentes contribuições oferecidas. Muito obrigada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), na figura de todos os (as) docentes, pela dedicação e compartilhamento de seus conhecimentos de modo tão dedicado e responsável com o saber. Um agradecimento especial aos Coordenadores Dr. **Henry Poncio** e Dra. **Gracy Kelli Gonçalves**, pela dedicação e paciência, sempre dispostos (as) a orientar e ajudar. Agradeço também aos funcionários (as), pela constante disponibilidade. Muito Obrigada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**), pelo apoio através do Programa de Bolsas, que é fundamental para a promoção de pesquisas no País.

A todos (as) que compõem a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, principalmente nas pessoas de **Gilberta Soares** (Secretária) e **Elinaide Alves** (Coordenadora da Gerência Executiva de Gênero), por todo apoio e disponibilidade para que eu conseguisse efetivar esta pesquisa. Muito Obrigada.

A todos (as) que compõem o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, pelo acolhimento e disponibilidade constante para que eu conseguisse desenvolver esta pesquisa. Uma equipe competente, dedicada e humana, foi um prazer conhecer todas vocês. Um agradecimento especial à coordenadora **Isania Monteiro Frazão** e a psicóloga **Joana Brito**, por todo o apoio prestado, como também, pelas informações e por interligar meu contato com as mulheres entrevistadas. Muito obrigada.

À Coordenação das Delegacias da Mulher (COORDEAM), especialmente à pessoa da Dra. **Maisa Araújo Félix**, pelo acolhimento, disponibilidade e informações tão importantes para compor a pesquisa. Muito Obrigada.

Às **Fortes e Resistentes Mulheres** que concederam à esta pesquisa as histórias de suas vidas, e compartilharam suas dores e resistências de modo tão inspirador, que certamente ajudará outras mulheres a romper o ciclo de violência. Muito Obrigada.

A todos (as) que compõem o Grupo de Pesquisa Sociologia e Informação (**GEPSI**) por propiciar o compartilhamento de informações e conhecimento tão importantes para nossa formação e para a pesquisa. Agradeço especialmente a **Aurekelly Rodrigues** e **Ana Patrícia Silva** pelos dados compartilhados. Muito Obrigada.

A todos (as) que compõem a **Coordenação do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)**, docentes e funcionários, pelo apoio e torcida constantes. Um agradecimento especial à professora Ma. **Esmeralda Porfírio**, pela amizade, confiança e torcida depositadas. Muito obrigada.

Ao **Departamento de Ciência da Informação** da Universidade Federal da Paraíba, especialmente a Coordenação do curso de Arquivologia (DCI/UFPB), docentes e funcionários, pelos conhecimentos compartilhados e por estarem sempre presentes para ajudar. Muito Obrigada.

À turma de Doutorado em Ciência de Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), pela amizade e os vários cafés tomados nos intervalos das aulas. Com vocês, a caminhada se tornou mais leve. Muito obrigada, meus queridos amigos.

A minha querida amiga **Laiana Sousa**, pela amizade, confiança, irmandade e por todo apoio que você me deu, desde que nos conhecemos. Sua amizade foi o presente que o Doutorado me proporcionou. Obrigada por tudo. Como dissemos algumas vezes, “vou me apoiar em mim mesma”, apenas corrigindo, “vou me apoiar em nossa amizade, minha amiga”. Minha eterna gratidão minha irmã.

As minhas amigas **Daniele Alves, Ivanilda Bezerra e Gisele Arantes**, pela amizade sempre presente, confiança e constante apoio. Nunca esquecerei o quão foram importantes nesse trajeto profissional e pessoal. Muito obrigada queridas e eternas amigas/irmãs.

*“Não existe mulher que gosta de apanhar, o que existe é
mulher humilhada demais para denunciar, machucada
demais para reagir, com medo demais para acusar, pobre
demais para ir embora, entre tantos outros obstáculos que
a impedem de ter uma vida digna e plena”*

(CARTILHA LEI MARIA DA PENHA)

RESUMO

A violência contra as mulheres existe há séculos, configurando um problema social, cultural e a violação aos direitos humanos. No Brasil, a ação política dos movimentos feministas e de mulheres se inseriu na problemática do cenário público a partir da década de 1970 e, por meio da interlocução com o Estado, dinamizou-se a implantação de políticas públicas específicas de atendimento às mulheres em situação de violência, em âmbito federal, estadual e municipal. Nesse contexto, o objetivo principal desta pesquisa é analisar a interface das políticas de informação de gênero com o empoderamento e o protagonismo social de mulheres que vivenciaram a violência doméstica durante seus relacionamentos. A base teórica assentou-se nos conceitos de políticas de informação de gênero, mediação da informação, empoderamento e protagonismo social. O Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, localizado na cidade de Campina Grande, Paraíba, é o lócus da pesquisa. A abordagem metodológica é a qualitativa, utilizando o método da história oral, com ênfase em história de vida. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, adotou-se a entrevista, aplicada às mulheres em situação de violência doméstica e às gestoras da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes e da Coordenadoria das Delegacias da Mulher na Paraíba. Foram utilizadas categorias previamente estabelecidas para realizar a análise dos dados. Como resultados, observa-se a adoção das Diretrizes Federais de Enfrentamento à Violência Doméstica para a elaboração das políticas públicas de gênero, pelo Estado da Paraíba, a fim de auxiliar as mulheres a romperem o ciclo contínuo de violência, tornando-as protagonistas da própria história e repudiando a situação vivenciada anteriormente. Conclui-se que as ações informacionais mediadas pela rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, em especial as políticas desenvolvidas no Centro Estadual de Referência Fátima Lopes, têm atendido as necessidades informacionais das mulheres, promovendo o empoderamento e o protagonismo social. No entanto, evidencia-se a necessidade de elaboração de informação estratégica mais integrada para mobilizar mudanças nas estruturas sociais e culturais, com vistas à ressignificação de esquemas dominantes de gênero e à conquista da cidadania plena das mulheres.

Palavras-chave: Políticas de informação de gênero. Protagonismo social. Violência Doméstica contra as mulheres. Empoderamento feminino. Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes.

ABSTRACT

The violence against women has been existing for centuries, corresponding to a social and cultural problem and a human rights violation. In Brazil, the women and feminism political actions was inserted into the problematical public scenario from 1970 and brought a dynamic to the implementation of especific public politics to women attendance in violence situation through the dialogue with the State in federal, estadual and municipal sphere. In this context the main goal of this researching is to analyse the interface between the gender information policies and the empowerment of social protagonism of women that lived domestic violence along their relationship. The theoretical background is the gender information politics concepts, information mediation, empowerment and social protagonism. The Women Reference Estadual Centre Fátima Lopes, in Campina Grande, Paraíba is the lócus of the researching. The methodological approach has qualitative and quantitative nature and uses the oral history method, having life history as emphasis. As data collect instrument was chosen the interview applied to women in domestic violente situation and to the managers of the Women State and Human Diversity Secretary from Women Reference Estadual Centre Fátima Lopes and from Paraíba Women Delegacies Coordination. The data analysis was made by using preset categories. The outcome of this is the Paraíba State elaboration of gender public policies against the domestic violence according to federal guidelines, in order to help women to break away from continuous domestic violence cycle and making them protagonists of their own history and repudiate the former lived situation. As a conclusion, the informative actions by the violence against women coping network, specially the policies from the Women Reference Estadual Centre Fátima Lopes, has met the women needs of information, wich promotes empowerment and social protagonism. However, it has shown the needy of a strategical information elaboration more integrated in order to promote changing in social and cultural structures toward bring new signification to gender domination schemes and to reach out the women full citizenship.

Password: the gender information policies. Social protagonism. Domestic Violence. Female empowerment. Feminism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo de atendimento da rede especializada em violência doméstica e familiar	73
Figura 2- Fachada do prédio do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes	74
Figura 3 – Categorias criadas para análise das entrevistas com a Coordenadora da Gerência Executiva de Gênero, com a Coordenadora e Psicóloga do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes e a Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (COORDEAM).....	82
Figura 4 - Perfis das mulheres entrevistadas	98
Figura 5 – Categorias criadas para as entrevistas com as mulheres acompanhadas pelo Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Encontros Anuais Feministas / 80 e 90.....	67
Quadro 2 - Mulheres atendidas pelo Centro.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Como as mulheres encontraram o serviço do Centro.....	76
Gráfico 2 - Faixa etária	76
Gráfico 3 - Escolaridade das mulheres	77
Gráfico 4 - Caracterização étnico-racial	77
Gráfico 5 - Situação no mercado de trabalho	78
Gráfico 6 - Relação da mulher com o autor da violência.....	78
Gráfico 7 - Local da ocorrência da violência doméstica.....	79
Gráfico 8 - Tipos de violência doméstica.....	79

LISTA DE SIGLAS

BO	Boletim de Ocorrência
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CEDM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CEPIR	Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial
CERMFL	Centro de Referência Estadual Fátima Lopes
CI	Ciência da Informação
CIOP	Centro Integrado de Operações Policiais
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
COORDDEAM	Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEAM's	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
GPS	Global Positioning System
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LISA	Library & Information Science Abstracts
LMP	Lei Maria da Penha
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG's	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PT	Partido dos Trabalhadores
SEDS	Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SEPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
VTR	Viatura Policial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	22
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	23
2.2 CAMPO EMPÍRICO E INTERLOCUTORAS DA PESQUISA	24
2.3 MÉTODOS DE ANÁLISE/INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	25
2.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	29
3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO	31
4 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO	36
5 PODER, ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DE GÊNERO	41
5.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO DE GÊNERO.....	43
5.2 PROTAGONISMO SOCIAL DO MOVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO.....	54
5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTAS PARA O EMPODERAMENTO FEMININO.....	65
5.4 CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES	73
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	81
6.1 ENTREVISTAS COM AS GESTORAS DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA PARAÍBA	82
6.1.1 Políticas Públicas de enfrentamento à violência doméstica	83
6.1.2 Estratégias de enfrentamento à violência doméstica.....	89
6.1.3 Impactos das ações de enfrentamento à violência doméstica	94
6.2 HISTÓRIA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	97
6.2.1 Infância, adolescência e vida adulta.....	99
6.2.2 Ciclo de violência.....	106
6.2.3 Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes	115
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	135
APÊNDICE B – Entrevista Semiestruturada – Gestão.....	137
APÊNDICE C – Entrevista Semiestruturada – Mulheres.....	139

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres é uma violação aos direitos básicos do ser humano, que atinge sua dignidade, a autoestima, a segurança e a liberdade, independentemente de raça/etnia, classes sociais, escolaridade, faixa etária e grau de desenvolvimento econômico.

Ocorre, segundo Saffioti e Almeida (1995) em sociedades falocêntricas, em decorrência de normas hegemônicas de gênero, historicamente construídas, que alocam às mulheres situação de desigualdade. Configura-se um problema social, cultural e de saúde pública, ocasionando problemas que conduzem a baixa qualidade de vida, baixa autoestima e depressão. Desde a década de 1970 organizações feministas e movimentos de mulheres têm publicizado a violência contra as mulheres, demandando do Estado a implantação de políticas públicas específicas de enfrentamento a violência.

Na última década, segundo o Atlas da Violência apresentado em 2017, os índices são alarmantes “ao todo 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007 [...] verificamos crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país, assim entre 2007 e 2017, observamos a taxa de nacional passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres” (ATLAS DA VIOÊNCIA, 2019, p. 35).

Reforçando a justificativa do Brasil ocupar em um grupo de 83, o 5º lugar dentre os países que mais registram casos de violência segundo a Organização Mundial da Saúde (2015). Acrescente-se dados mais atuais apresentados pela Agência Patrícia Galvão (2019, p. 18), de uma realidade chocante, entre 2017 à 2018 houve um aumento vertiginoso da violência contra as mulheres “A **média mensal** de agressões subiu 24%. Em 2018, 7.634 mulheres foram vítimas todos os meses, ante 6.139, no ano anterior” (destaque da autora).

O feminicídio – o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino - não é um fato novo, bem ao contrário é uma realidade que nos cerca há séculos, a violência contra mulheres perpassa da física até a psicológica, ocasionando outros problemas que conduzem a baixa qualidade de vida, baixa autoestima, depressão e em alguns casos leva a morte. Ainda que a Lei Maria da Penha 11.340/06 – sancionada em 7 de agosto de 2006, que tem como principal objetivo coibir atos de violência doméstica contra a mulher - nos últimos anos vêm aumentado o número de mulheres vítimas de atos violentos que as levam a perseguição e ao medo em buscar ajuda. Neste tocante, organizações de terceiro setor e associações vêm unindo esforços buscando o empoderamento feminino por meio de ações que atinjam as mulheres e que promovam a mudança social em suas vidas. A partir da década de 1980 os movimentos feministas reivindicam que a agenda de gênero se incorpore às pautas

política e constitucional, objetivando a que as mulheres se tornem cada vez mais protagonistas da sua história e da história social, política e econômica da sociedade.

De modo progressivo, as políticas públicas são demandadas, elaboradas e implementadas, a partir da década de 1980, e o enfrentamento à violência contra as mulheres se torna o carro-chefe ao ser considerada demanda urgente. As políticas de informação de gênero são elaboradas fomentando o atendimento e o acompanhamento das mulheres em situação de violência, enquanto rede articulada e interdisciplinar composta por vários serviços e profissionais especializados.

Ao buscar a justiça social e a ampliação da cidadania os movimentos de mulheres e feministas são de suma importância para requerer a implantação de políticas públicas que fomentem os direitos, a qualidade de vida e a equidade de gênero. Como objetivo subsequente e também principal das políticas públicas seria diminuir as desigualdades sociais.

Destarte, optou-se por utilizar teóricos que apresentassem o olhar social e cultural, atrelado aos aspectos normativos advindos das políticas públicas, pontuando as discussões de gênero e o enfrentamento a violência contra a mulher, considerando as ações individuais e coletivas necessárias. Autoras (es) como Scott (1995), Silveira (2006), Côrtes (2012), Ferreira (2005), Costa (2005), Louro (1997), Saffioti (1999, 2001 e 2004) compartilham a complexidade social dos estudos ao apresentar os movimentos feministas e as questões de gênero a partir dos pressupostos sociais, filosóficos e as identidades dos sujeitos.

Como destaca Saffioti (2001, p. 01) “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio”. Assim, criam-se e reproduzem-se instrumentos de dominação que legitimam um discurso e atitudes violentas com as mulheres que se propagam de geração para geração.

Utilizou-se as teorias de Foucault (1989) ao intensificar o debate sobre as relações de poder e micropoderes que legitimam as atitudes e os discursos sobre temas como homossexualidade, violência contra a mulher, sexualidade, dentre outros. Neste tocante, a governamentalidade compreende que as estratégias políticas são regidas pelo Estado e articuladas a partir das demandas advindas da sociedade. As relações de poder são apresentadas considerando os interesses intrínsecos e extrínsecos que cercam o Estado e as demandas do povo.

As teorias acerca do protagonismo social e mediação da informação são abordados para compreender melhor as relações que envolvem as mulheres em situação de violência no ensejo da condição minimizada, no qual elas são colocadas historicamente, desde as questões

trabalhistas, domésticas, de sexualidade e do corpo protagonizando causas diversas e defendendo, denunciando e enfrentando a opressão que sofrem em todas as partes do mundo (ALVES, Ana Carla; ALVES, Ana Karina, 2013). Autores (as) como, Gomes (2017, 2019), Ferreira (2005) e Ana Carla Alves e Ana Karina Alves (2013), embasam teoricamente esta pesquisa.

Assim, a questão central que incita a reflexão e permeiam a pesquisa conduzindo-a ao seu desenvolvimento é: As políticas de informação de gênero contribuem para a ressignificação de esquemas hegemônicos de relações de gênero, possibilitando o empoderamento e o protagonismo social das mulheres frente a situação de violência doméstica?

Portanto tem-se como hipótese de que, as mulheres em situação de violência doméstica assistidas pelas políticas públicas do governo do estado da Paraíba, em especial o Centro de Referência Estadual Fátima Lopes empoderam-se para o rompimento da situação de violência vivenciada. Considera-se que a apropriação dos conteúdos informacionais mediados pelo CERMFL contribui para a ressignificação de relações sociais pautadas na hierarquização das mulheres e a desnaturalização da violência doméstica.

Para responder a questão de pesquisa foi necessário embasamento teórico sobre políticas públicas de gênero, informação estratégica e seus processos dimensionais pré-estabelecidos - seleção, aquisição, armazenamento, disseminação, acesso e uso da informação - aproximando-os da realidade que o objeto de estudo vivencia, possibilitando embasamento da Ciência da Informação com o contexto social, a mediação da informação, o conceito das relações de gênero e com o protagonismo social e empoderamento feminino frente à realidade sociocultural do enfrentamento à violência contra as mulheres. Como também discutir elementos teóricos acerca do poder e da governamentalidade para apreender a interrelação social entre a violência contra as mulheres e as políticas de informação elaboradas pelo Estado.

Como proposta de responder aos problemas de pesquisa elege-se, como objetivo geral: Analisar a interface das políticas de informação de gênero com o empoderamento e o protagonismo social de mulheres que vivenciaram a violência doméstica durante seus relacionamentos abusivos. Como objetivos específicos:

1. Identificar o perfil de mulheres em situação de violência doméstica;
2. Identificar como a informação é estrategicamente mediada pelo Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes para atendimento das necessidades das mulheres em situação de violência doméstica;

3. Apresentar as histórias de vida de mulheres em situação de violência doméstica;
4. Verificar como as políticas de informação de gênero ressignificam e empoderam as mulheres, tornando-as protagonistas de sua história.

Para tanto, utiliza-se como instrumento de pesquisa os relatos de vida orais, embasado no método de História Oral, visto que foi solicitado às interlocutoras que relatem momentos de vida relacionados à temática abordada na pesquisa. Isso porque, parte-se do pressuposto de que tanto a história oral quanto as memórias de vida são procedimentos metodológicos que buscam registrar, através das vozes e narrativas, “testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida” (DELGADO, 2010, p. 15-16).

A memória oral apresenta-se, portanto, como uma fonte rica de pesquisa no processo de preservação da memória e cultura de um povo. Sabe-se que, antes da criação e difusão da escrita, as histórias, tradições, conhecimentos e ritos religiosos eram passados às gerações seguintes por meio da oralidade. Estudar e pesquisar as histórias e tradições a partir da oralidade permite “obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (LOZANO, 2006, p. 16).

A proposta de pesquisa se justifica, principalmente, por considerar a importância das políticas públicas de gênero que são elaboradas a partir de informações estratégicas, enquanto elemento que promove a ressignificação de padrões culturalmente impostos as mulheres. O foco da pesquisa centra-se no Centro de Referência Estadual da Mulher Fátima Lopes, um equipamento de execução da política pública, que apresenta como objetivo (re) contribuir para fortalecer o protagonismo das mulheres em situação de violência.

visa a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania, por meio de ações globais e atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação à mulher em situação de violência). O Centro de Referência deve exercer o importante papel de articulador dos serviços, organismos governamentais e não governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. As ações do Centro de Referência devem ter como base o questionamento das relações de gênero que tem sido o alicerce das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres (SECRETARIA ESPECIALDE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2007, p. 3).

Vale lembrar a intrínseca relação que a Ciência da Informação tem pelo ângulo da política de informação, pela responsabilidade social, pela gestão e mediação da informação colaborando com a reflexão crítica, o desenvolvimento da sociedade e a mudança de

mentalidades em prol da justiça social. Assim, a proposta da pesquisa é apresentar a relação das Políticas de Informação alicerçadas em elementos sociais e inclusivos que o paradigma social da área predispõe. Outro ponto relevante encontra eco na existência de poucos e poucos estudos na Ciência da Informação entrelaçando Informação e relações de Gênero.

As discussões sobre gênero enquanto categoria social especialmente no que tange ao fenômeno da violência contra as mulheres, ainda é pouco explorado na Ciência da Informação, merecendo destaque nas pesquisas no Brasil (BUFREM; NASCIMENTO, 2012). Algumas pesquisadoras reforçam o pensamento de Bufrem e Nascimento sobre a escassez das discussões sobre gênero e sua relação com a Ciência da Informação, assim, como destaca Siciliano, Souza, Mello e Meth (2017) mostrando quantitativamente o aumento de artigos por décadas na base de dados LISA. Os resultados apontam que: na década de 1980 apenas 4 artigos produzidos, na década de 1990 foram encontrados 78 artigos, em 2000 foram recuperados 229, em 2010 identificou-se 277 artigos (SICILIANO; SOUZA; MELLO; METH, 2017). Neste sentido, um levantamento realizado pelas pesquisadoras Xavier e Kobashi (2019),

[...] na BRAPCI, foi recuperado um artigo utilizando-se o termo “women’s studies” e um indexado por “gender studies”. Ainda na BRAPCI, buscando por “women” no título, foram recuperados 26 artigos, dos quais 9 tinham aderência ao tema da revisão bibliográfica. Buscando-se por “mulher*”, foram recuperados 98 trabalhos, dos quais foram selecionados 35 artigos. A busca pelo termo “feminis*” no título retornou 14 artigos dos quais 3 tinham relevância para a pesquisa. Na SciELO foi utilizada a estratégia de busca: (feminis* OR mulher* OR wom*n OR "women's studies" OR "gender studies") AND ("ciência da informação" OR biblioteconomia OR documentação). Dos 74 itens recuperados, foram selecionados 10 artigos relevantes (XAVIER; KOBASHI, 2019, p. 3).

Percebe-se que as pesquisas sobre violência doméstica na Ciência da Informação são poucas, ao fazer uma breve pesquisa realizada na BRAPCI colocando no título descritor “Violência doméstica” o sistema localizou apenas dois artigos que contém no título o referido tema. Na mesma busca utilizou-se o descritor “Violência contra a Mulher” no qual foi recuperado seis artigos, e a “Lei Maria da Penha” que foi recuperado nenhum artigo.

A inclusão da pesquisadora no grupo de discussão e pesquisa sobre Protagonismo e Relações de Gênero coordenado pela professora Dra. Gisele Rocha Cortês, do Departamento de Ciência da Informação/UFPB - ampliou a visão sobre os elementos culturais que giram em torno da violência contra as mulheres, e instigou a buscar compreender as relações das

políticas públicas e os componentes socioculturais que obstaculizam a cidadania plena das mulheres.

Para tanto, tal pesquisa se estrutura em oito capítulos que se propõem a discutir teoricamente relações de gênero, Ciência da Informação, movimentos feministas, políticas públicas, empoderamento, protagonismo, poder e governamentalidade, interligando-os com as histórias de vidas de mulheres que vivenciam ou vivenciaram a violência doméstica em seus lares, e como as políticas de informação, mediadas pelo Centro Estadual de Referência da mulher, as fortaleceram para buscar romper com a progressão sequencial de violência.

O capítulo 1 aborda a Introdução, o capítulo 2 os Caminhos Metodológicos, o capítulo 3 discorre-se sobre a Ciência da Informação e as relações de gênero, o 4 apresenta os Movimentos Feministas e relações de gênero, já o capítulo 5 discorre sobre Políticas e caminhos para o empoderamento, e o capítulo 6 discute Poder e Governamentalidade das políticas de informação para mulheres. A análise e discussão dos dados são apresentadas no capítulo 7. Por último apresenta-se as considerações finais.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Estudos sobre gênero, movimentos de mulheres e de feministas exigem da pesquisadora (o) elementos advindos das Ciências Sociais que auxiliem na compreensão do fenômeno de modo amplo, respeitando os marcos sociais e históricos referentes ao campo de pesquisa, extraindo os componentes que permitirão visualizar a realidade vivenciada dentro dos contextos culturais e temporais nos cenários políticos, culturais e sociais, neste viés, os métodos científicos permitem capturar os resultados esperados.

O percurso metodológico é delineado a partir da aglutinação dos elementos teóricos, de coleta e aplicabilidade para o desenvolvimento da pesquisa que, teoricamente, está pautada nas temáticas acerca de políticas públicas enquanto diretrizes que possuem objetivos de diminuir as disparidades sociais e enfrentar componentes que estejam desequilibrando a justiça social na sociedade, autores (as) como Secci, Fontes e Marcondes, Soares, Farah, Cavalcante, Marteletto e Oliveira embasam as discussões ao discutir as políticas públicas como estratégias normativas advindas do Estado para promover o equilíbrio social, quando o mesmo apresentou falhas nas estruturas sociais, econômicas e culturais.

Ao evidenciar elementos epistemológicos e teóricos que englobam a pesquisa, pode-se compreender o fazer científico enquanto atividade com forte impacto social, por trabalhar o objeto envolvido por problemas que demandam dinamicidade que permite constantes transformações com práticas mais complexas. Tais problemas são abarcados por dimensões que possibilitam um olhar amplo e compreensivo dos aspectos da pesquisa (BUFREM, 2013). As dimensões apresentadas pelo método quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977), contemplam os enfoques epistemológicos, teóricos, morfológicos e técnicos, nos quais direcionam para cada dimensão, construtos característicos de elementos próprios. O polo epistemológico abrange os elementos dialéticos, fenomenológicos, positivistas construtivistas e outros que dão os aportes reflexivos à natureza cognitiva e teórica ao enlaçar o saber científico dentro de um construto que permitirá o olhar em torno da natureza do objeto.

O teórico abrange as referências que proporcionam a compreensão do objeto em uma linearidade de conceitos, definições e fundamentos que reforçam as hipóteses e objetivos da pesquisa. A morfológica é a aglutinação dos enfoques anteriores compostos por sistemas, tipologias, ideias, linguagens em uma rede de relações que formaliza o objeto dentro de modelos interpretativos que configuram os resultados transparecidos nos dados obtidos. A

dimensão técnica está atrelada aos métodos e modelos de investigação indicados a partir da relação entre o objeto e os acontecimentos (BUFREM, 2013).

Com o direcionamento voltado a esta pesquisa, o enfoque epistemológico apresenta as relações do homem e da mulher, dinamicamente e historicamente, demarcados pelo exercício do poder cultural, social e psicológico que são reproduzidos de geração à geração e reforçados por um discurso hierárquico de dominação exercidos pelo homem, por poderes e micro poderes, nos quais coloca a mulher em uma posição inferior. O enfoque teórico abarca as relações de poder e micropoderes que as mulheres estão submetidas, que os movimentos de mulheres e feministas vem questionando e reivindicando, por meio do destaque ao protagonismo da mulher em todas as esferas da sociedade.

Em relação ao polo morfológico, ocorre por meio do entrelaçamento das questões epistemológicas com as teorias configurando a problemática da pesquisa com os modelos de interpretação que serão pautados nas entrevistas com a gestão da Secretaria da Mulher e Diversidade Humana da Paraíba, bem como as Coordenadoras do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes localizado em Campina Grande, como também com as histórias de vida das mulheres que vivenciaram e/ou vivenciam a violência doméstica.

O polo técnico, pauta-se no panorama entre as mulheres em situação de violência e a efetividade das políticas de informação de gênero nas suas vidas, enquanto ferramenta que as auxiliaram a empoderar-se e romper com o ciclo.

Destarte, ao problematizar esta pesquisa trazendo como ponto principal a história de mulheres que vivenciaram em momentos de suas vidas a violência no âmbito doméstico, considerou-se importante para além do método quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) incorporar mais duas dimensões que foram identificadas por Bufrem (2013), nomeando-as por dimensão ética e política, que englobarão o compromisso social e as contradições sociais pertencentes as discussões sobre a elaboração e implementação das políticas de informação de gênero considerando seu valor e luta advindo das reivindicações, como também, garantir o anonimato dos sujeitos viabilizando os resultados de modo amplo resguardado pela postura investigativa (BUFREM, 2013).

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Metodologicamente a pesquisa caracteriza-se com abordagem qualitativa de natureza descritiva, pautada na história oral de vida, que Meihy e Holanda (2017, p. 35) conceituam como “as histórias de vidas são decorrentes de narrativas, e estas dependem da memória, dos

ajeites, contornos, derivações [...] que talham a essência subjetiva da história oral de vida”, pode-se empreender interpretações qualitativas das experiências de vida, respaldados em situações reais, contextualizadas em situações ampliadas, visto que a questão da violência contra a mulher é uma realidade expressas em várias culturas desde tempos remotos.

Trabalhar com história oral não significa simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência das pessoas, mas, acima de tudo, produzir conhecimentos históricos e científicos, pois, é no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirmam a abordagem qualitativa, a compreensão das relações e das atividades humanas.

2.2 CAMPO EMPÍRICO E INTERLOCUTORAS DA PESQUISA

Para fundamentar a pesquisa de modo prático, optou-se por buscar campos onde estivessem dispostos elementos que corroborassem com o referencial teórico, destarte, o campo empírico da pesquisa será o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes localizado na cidade de Campina Grande/PB, inaugurado em 12 de dezembro de 2012 e ligado à Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Paraíba.

Um dos objetivos do Centro é ajudar as mulheres a romper com o ciclo de violência por meio de acolhida, atendimento e fortalecimento da sua autoestima. As informações que são elaboradas e compartilhadas pelo Centro, determinam o alcance das metas que são pré-estabelecidas no desenvolvimento dos projetos, assim, é notório que as políticas públicas de gênero envoltas de informação construídas estrategicamente para objetivos específicos, alcancem as mulheres em situação de violência e auxiliem-nas na ressignificação de padrões hegemônicos previamente estabelecidos.

Conta com uma equipe multidisciplinar, com apoio psicológico, social e jurídico que são estrategicamente estruturados com vistas a cumprir o objetivo do Centro. Fornece atendimento interno e externo, por meio de palestras e oficinas, e fortalecimento da rede em municípios, escolas, instituições, dentro outras. Segundo a Secretária da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana Gilberta Santos Soares, o serviço contribui para a consolidação da política de assistência e prevenção à violência contra as mulheres, especificamente na região da Borborema. Além do atendimento psicossocial e jurídico, estamos fortalecendo a rede de atendimento para que a violência doméstica seja identificada, seja na escola, no posto de saúde ou nos locais de trabalho, e a mulher encaminhada para o atendimento necessário. (SOARES, 2019).

As atividades e ações orientadas pelas políticas públicas de gênero desenvolvidas pelo Centro, seguem as diretrizes do Governo Federal que visa promover a equidade de gênero e o enfrentamento a violência e discriminação contra as mulheres. Algumas dessas palestras e oficinas são desenvolvidas tanto no âmbito do Centro, como também, em escolas, Universidades, em Municípios vizinhos, nas redes hospitalares dentre outros, trabalham temas como relações desiguais de gênero, enfrentamento a violência doméstica e sexual, Lei Maria da Penha, cultura do estupro, Rede e Políticas Públicas de Enfrentamento à violência. Algumas oficinas são desenvolvidas, para as mulheres que estão sendo acompanhadas, como por exemplo, oficina de artesanato com flores de papel, bandejas de maçãs (autorretrato da superação da violência) e artesanato com garrafas de vidro decoradas.

As interlocutoras da pesquisa são mulheres que integram a equipe da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, Elinaide Carvalho Alves, coordenadora da Gerência Executiva de Gênero da Secretaria, Isania Monteiro Frazão e Joana Christina de Souza Brito, coordenadora e psicóloga do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. Entrevistamos também a Dra. Maisa Araújo Felix, Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (COORDEAM).

Proporcionalmente, optou-se por trabalhar com entrevistas embasada na técnica de história oral, com mulheres que passaram e/ou passam por situação de violência de modo a captar o impacto que tais ações ocasionaram nas estruturas cognitivas, culturais e sociais, que as auxiliaram a buscar romper com o ciclo de violência e assim melhorar sua qualidade de vida.

Em seu anonimato, conforme Pereira de Queiroz (1987) contém o indivíduo um microcosmo de configurações de seu meio social, não se trata de considerar o indivíduo isoladamente, nem de compreendê-lo em sua unicidade, o que se objetiva é compreender a relação dialética de suas vivências com as estruturas da coletividade da qual participa.

2.3 MÉTODOS DE ANÁLISE/INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Por se tratar de uma pesquisa essencialmente qualitativa, a escolha metodológica para apreensão e análise dos dados é a História Oral, com abordagem em História Oral de Vida, pois acredita-se que através da oralidade pode-se empreender interpretações qualitativas das experiências de vida, tanto no âmbito pessoal como institucional do sujeito pesquisado. O intuito desta pesquisa é analisar o empoderamento e o protagonismo social de mulheres que vivenciam e/ou vivenciaram a violência doméstica durante seus relacionamentos,

considerando-se a participação das políticas de informação de gênero da Paraíba nesse processo. Nada mais relevante do que percorrer os vestígios de memórias deixados na trajetória de vida dessas mulheres.

Vale destacar que, por muitos anos, o método de História Oral foi bastante criticado na comunidade científica, principalmente devido à natureza polissêmica e subjetiva da memória. Afinal, diferentemente dos métodos positivistas, não seria possível definir técnicas e instrumentos de análise de depoimentos pessoais. Além disso, a confiabilidade dos relatos orais era posta em questionamento, uma vez que diferentes variáveis externas poderiam influenciar nas respostas.

Mesmo diante de tais críticas e ressalvas, antropólogos, sociólogos, psicólogos, dentre outros profissionais, aprofundaram os estudos e as pesquisas sobre o método biográfico em várias partes do mundo, assim como a pluralidade de seminários, congressos e centros de pesquisa que estão constantemente sendo realizados com intuito de desmistificar essa necessidade de alcançar a legitimidade dos fatos (LOZANO, 2006).

Nessa perspectiva, na obra “Usos e Abusos da História Oral”, Thompson (2006) vem alertar:

[...] deixaram de considerar as razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira, e não perceberam como o processo de lembrar poderia ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual. Ao tentarem descobrir uma única história, fixa e recuperável, alguns historiadores foram levados a negligenciar os muitos níveis da memória individual e a pluralidade de versões do passado, fornecidos por diferentes interlocutores. Eles não se deram conta de que as “distorções” da memória podiam ser recurso, além de um problema (THOMPSON, 2006, p. 67).

Na mesma obra, Lozano (2006) apresenta as etapas do uso da História Oral enquanto método, sob a perspectiva da análise tradicional histórica, na qual nos baseamos para a construção desta pesquisa:

De início, apresenta uma problemática, inserindo-a em um projeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à constituição das fontes orais que se propôs produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com o maior rigor possível, ao controle e às críticas internas e externas da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. Finalmente, passa à análise e à interpretação das evidências e ao exame detalhado das fontes recompiladas ou acessíveis (LOZANO, 2006, p. 17).

Essas concepções descritas acima demonstram que fazer história oral não significa simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência das pessoas, mas, acima de tudo, produzir conhecimentos históricos e científicos.

Vale mencionar que não é interesse desta pesquisa, findar uma discussão; pelo contrário, daremos apenas um passo para abordar uma temática que deve ser estudada enquanto houver transformações sociais no espaço coletivo. Acredita-se na valorização da subjetividade como princípio científico e, por isso, não é objetivo buscar apenas uma verdade, mas sim revelar diferentes “verdades” de acordo com as percepções e “distorções” dos interlocutores.

Cada indivíduo carrega consigo marcas de uma história peculiar, justamente porque “a experiência é o que acontece comigo e, ao acontecer, forma-me e transforma-me, constitui-me e me faz ser como sou, marca a minha maneira de ser, configura minha pessoa e minha personalidade” (LARROSA, 1999, p. 08).

Considera-se também os estudos da pesquisadora Lang (1996) a respeito do método de história oral como fonte de pesquisa. De acordo com a autora, a história oral não deve ser vista apenas como uma técnica para coleta de relatos orais e, sim, como método que valoriza as singularidades presentes nas “brechas” deixadas pelos depoentes.

Ainda de acordo com Lang, as fontes orais podem assumir a forma de: histórias orais de vida (é o relato do narrador sobre sua existência através do tempo); relatos orais de vida (é solicitado ao narrador que aborde determinados aspectos de sua vida; a narração é direcionada para uma temática, a qual utilizamos nesta pesquisa); ou de depoimentos orais (busca obter dados informativos e fatuais do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações, ou a participação em instituições que se quer estudar).

Reforçando as contribuições teórico-metodológicas da utilização da entrevista narrativa nos meandros da pesquisa científica, Souza (2011) implementa, de forma sistemática, conceitos que sustentam a viabilidade e a precisão desse instrumento de coleta de dados, como se registra a seguir.

As pesquisas com entrevistas narrativas inscrevem-se neste espaço no qual o ator parte da experiência de si, questiona sobre os sentidos de suas vivências e aprendizagens, suas trajetórias pessoais e suas incursões pelas instituições, por entender que as histórias pessoais que nos constituem estão produzidas e mediadas no interior de práticas sociais institucionalizadas. As entrevistas narrativas demarcam um espaço no qual o sujeito, ao selecionar aspectos de sua existência e tratá-los através da perspectiva oral, organiza suas ideias e potencializa a reconstrução de sua vivência pessoal e profissional de forma auto-reflexiva como suporte para a compreensão de sua itinerância vivida,

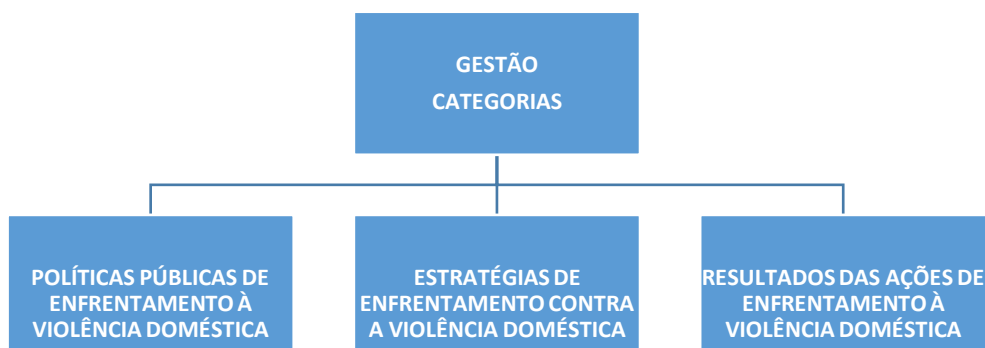
caracterizando-se como excelente perspectiva de formação (SOUZA, 2011, p. 217).

As razões elencadas pelos teóricos citados fortalecem e embasam a opção pela pesquisa narrativa, visto que os relatos das interlocutoras proporcionarão tanto uma compreensão maior das mudanças que as políticas públicas de gênero trazem para as vidas dessas mulheres, como também possibilitará verificar a relação entre as necessidades informacionais e o delineamento das políticas a nível de planejamento e execução.

As temáticas abordadas durante a entrevista buscaram propiciar um espaço de rememoração capaz de conectar o sujeito da pesquisa ao mais antigo vestígio de lembrança que se relacionasse com a violência sofrida, para assim reunirmos informações que caracterizassem a situação estudada. As entrevistas ocorreram mediante contato prévio com os interlocutores, explicando os objetivos das mesmas. Todas foram gravadas em local e datas escolhidas pelos entrevistados, mediante disponibilidade deles.

Para a organização e análise dos dados coletados, optou-se pela criação de categorias elaboradas previamente a partir das leituras e pesquisas realizadas durante a construção do referencial teórico. A pesquisa de campo foi realizada com os sujeitos que compõem o quadro da gestão que articulam as políticas e ações de enfrentamento como também com a Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de atendimento à Mulher (COORDEAM), como também as histórias das mulheres atendidas e acompanhadas pelo Centro. Assim, considerou-se a criação de categorias criadas previamente, com o objetivo, de melhor delinear as entrevistas realizadas.

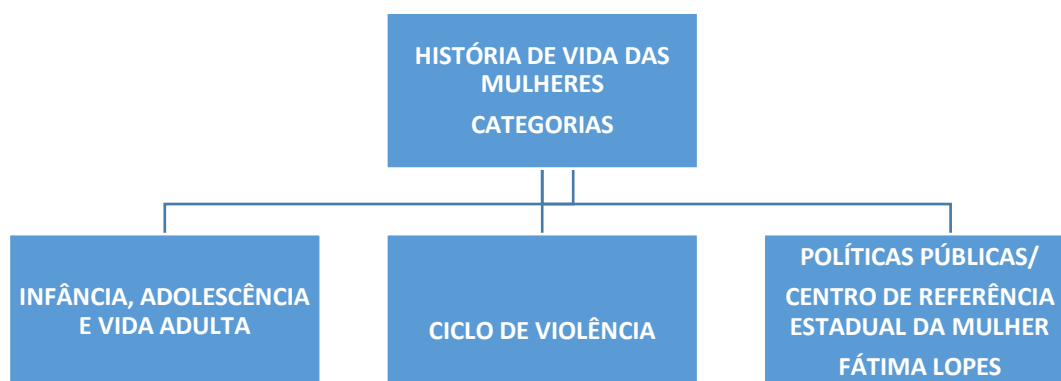
Para as entrevistas que contemplassem a Gestão que formam parte da Rede de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, elencou-se as seguintes categorias:



A primeira categoria direciona as interlocutoras a discutir as políticas públicas a partir das estruturas estratégicas e organizacionais, dispostas como mecanismos de enfrentamento a

violência doméstica. A segunda, abordar sobre as estratégias que compõem as políticas e as ações estratégicas e a terceira apresentar alguns resultados advindos das políticas públicas de Gênero.

Para as entrevistas realizadas com as mulheres que estavam em situação de violência, e são acompanhadas pelo Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, elecou-se as seguintes categorias:



A primeira categoria foi solicitado que as mulheres falassem um pouco sobre a infância, adolescência e vida adulta como formas de identificar elementos estruturais e culturais arraigados a partir dos micropoderes exercidos. Em seguida, pediu-se para que falassem sobre o ciclo de violência nos quais eles estiveram inseridas, destacando os tipos de violências sofridos. E a terceira categoria que elas abordassem sobre como elas ao Centro.

2.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Assim sendo, asseveram Marconi e Lakatos (2011, p. 44) “[...] não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Assim, a aplicabilidade desses métodos possibilita a verificação ou não de pressupostos por meio da observação da realidade e das teorias científicas existentes sobre tais assuntos, processos mediados pela pesquisadora. Deste modo, Richardson (2008) destaca que a metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método.

Para atender aos objetivos geral e os específicos, utilizamos a entrevista semi-estruturada a ser aplicada à gestão da Secretaria Estadual e do Centro Estadual de Referência da mulher Fátima Lopes, para captar o maior número de informações sobre as políticas públicas de gênero, como também, como se organiza e implementa as ações que são direcionadas as mulheres que são atendidas pelo Centro. Optou-se por entrevistar as gestoras no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (1), a Coordenadora

das Delegacias da Mulher do Estado (1), a Coordenadora do Centro Estadual de Referência da Mulher em Campina Grande (1) e a Psicóloga do Centro (1), com o objetivo de captar o olhar da gestão acerca da elaboração e execução das políticas públicas a nível Federal, Estadual e Municipal.

Vale salientar que as políticas de gênero são propulsoras ao fazer com que tais mulheres consigam romper com o ciclo de violência por proporcionar amparo nas esferas jurídicas, sociais, econômicas e psicológicas.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO

Com o crescente interesse em organizar, disseminar e fazer uso da informação, a Ciência da Informação começa a tomar espaço no pós-guerra, a partir de 1948, com conceitos atrelados à informação científica, carregando em seu cerne termos sociedades e instituições responsáveis por publicar e resumir serviços de informação para examinar a possibilidade de desenvolver métodos de colecionar, indexar e distribuir a literatura científica. A Conferência do Royal Society sobre Informação Científica estava particularmente preocupada com os custos de tais serviços tendo em vista as fontes governamentais que lhes dariam suporte (THE ROYAL SOCIETY..., 1948). Tais ideias se desenvolvem e conduzem a refletir sobre patrimônio e conservação, tendo em vista a intenção de fluxo de informações intenso e posto à disposição da sociedade permanentemente.

Com a explosão informacional, cientistas oferecem ajuda para organizar e controlar a imensa e intensa massa de informações, visto que ela se tornara insumo para atingir o desenvolvimento econômico. De acordo com Freire (2001, p. 58), “considerando que a Ciência da Informação é uma ciência relacionada aos seres humanos e ao uso do conhecimento por eles produzidos”, esta possui como uma forte característica, a interdisciplinaridade, pois, perpassa as diferentes áreas do conhecimento, levantando questões informacionais e sociais que permeiam a sociedade.

Contudo, é importante lembrar que este alvorecer da Ciência da Informação está apoiado nas tecnologias que, na década de 1950, começaram a evoluir, chegando alguns a considerá-la como “ciência nova”, enquanto outros classificaram-na como ciência pós-moderna. Wersig (1993, p. 1), por exemplo, afirma que “a ciência pós-moderna não é como uma ciência clássica, dirigida pela busca do entendimento completo de como funciona o mundo, mas pela necessidade de desenvolver estratégias para resolver aqueles problemas que têm sido causados pelas ciências clássicas e pelas tecnologias”.

Em seu percurso histórico, um dos fatores que contribuíram para a consolidação da Ciência da Informação foram os vários artigos publicados, ressaltando a necessidade de comunicação do conhecimento que estava sendo ampliado rapidamente com as pesquisas, descobertas e inovações tecnológicas, apoiadas nas questões dialéticas e terminológicas discutidas principalmente nos países considerados desenvolvidos.

As questões epistemológicas foram aumentando à medida que os problemas com o volume excessivo de informação e documentação proporcionaram questões mais densas sobre qual seria o real objetivo de estudo do campo da Ciência da Informação. São questões ainda

discutidas, pois, alguns autores a consideram como sendo uma disciplina emergente que ainda busca sua clara definição do que pesquisar e resolver. Muito embora desde 1961 ela foi definida nas conferências do Georgia Tech, mas até hoje incita inquietações acerca do objeto.

Logo, os campos científicos de interesse de pesquisa desta ciência, alcançam, pela sua conceituação didática, diferentes paradigmas, estando a sua epistemologia consolidada em três tipos predominantes: o paradigma físico, o cognitivo e o social, todos com características próprias, mas que traduzem vertentes concretizadas na CI (CAPURRO, 2003).

No primeiro momento, fundamenta-se o paradigma físico referente aos impactos das tecnologias na CI, ou seja, pressupõe que a informação está ligada diretamente, mas de forma dependente, ao computador, pois, de acordo com Capurro (2003, p. 7) “a CI tem duas raízes: uma é a biblioteconomia clássica e a outra está relacionada com a computação digital [...] isto permite explicar porque o paradigma físico torna-se predominante entre 1945 e 1960”. No segundo momento, evidencia-se o paradigma cognitivo, no qual se destaca Brookes (1980) com a equação da informação, e Pooper (1977, 1980) que ressalta os conteúdos intelectuais existentes no espaço cognitivo ou mentais, chamando-os de informação objetiva (CAPURRO, 2003).

Em seguida, o paradigma social, o qual aborda os usuários envolvidos em condicionamentos sociais, culturais e materiais existentes no cotidiano do ser humano. Segundo tal paradigma, a CI tem importante papel a desempenhar na sociedade devido à sua forte dimensão social e humana (SARACEVIC, 1996). Por fim, há que se fazer um destaque a Wersig, justamente por representar, desde a década de 1970, uma visão mais ampla e aberta para o contexto social, vislumbrando os problemas de informação para os usuários e os profissionais da informação (FREIRE, G.; FREIRE, I., 2009).

Nesta perspectiva, considera-se que desde a década de 1970 vem se discutindo a ideia de responsabilidade social para a Ciência da Informação através de Wersig e Neveling (1975), alertando que um dos grandes objetivos da CI é contribuir cada vez mais para a *inclusão social*, objetivando o desenvolvimento social e cultural da sociedade.

Por conseguinte, pautando-nos no paradigma social descrito por Capurro (2003), o qual direcionará esta pesquisa, destacaremos a Ciência da Informação e a informação estratégica para o empoderamento feminino sob o olhar social, buscando cada vez mais contribuir para o desenvolvimento sociocultural da sociedade através da construção do conhecimento coletivo de aprendizagem, ressaltando a informação e o conhecimento como elementos primordiais na “aquisição de conhecimentos e de competências com o fim de

transformar a sociedade da informação em uma sociedade do saber” (MATTELART, 2006, p. 135).

Vale destacar o olhar de Hjørland e Albrechtsen (1995) ao destacarem a Ciência da Informação enquanto área que pontua suas pesquisas enquanto prática social envolta de percepções inclusivas, considerando o indivíduo dentro do contexto individual, coletivo e que a partir de compartilhamento de informações as mudanças nas estruturas cognitivas e promover o autoconhecimento em busca de mudanças comportamentais tanto individuais e coletivas.

A partir destas reflexões e com base no pensamento de Capurro (2003) e Hjørland e Albrechtsen (1995) nos quais dialogam em relação do objeto de estudo da CI pautado nas relações de os discursos teóricos e interdisciplinares entre as áreas de conhecimento e informações com possíveis pontos de acesso de diferentes comunidades de usuários a partir das necessidades informacionais.

Conforme destacam Cortes, Alves e Silva (2015) o acesso à informação devidamente estruturada e elaborada estrategicamente é imprescindível para promover a equidade de gênero e o empoderamento individual e coletivo das mulheres, ou seja, a informação se constitui como um elemento mutável e não-neutro, com potencial para a (des) construção de novos conhecimentos e a subversão das desigualdades de gênero.

No entanto, apenas promover o acesso a informação não garante as transformações sociais, pois, existem elementos cognitivos e culturais que são determinantes por elencar questões culturais, cognitivos e sociais presentes nos indivíduos e em seu entorno. Assim, percebe-se a necessidade das políticas direcionadas ao enfrentamento à violência serem elaboradas estrategicamente.

Destarte, faz-se necessário apresentar uma discussão acerca e da importância das mulheres na sociedade e dos movimentos feministas marcados inicialmente pelo ativismo das mulheres e posteriormente vai sendo fortalecido pelo pensamento filosófico, político e social com base em estratégias de luta ao direito individual e coletivo, como também do conceito de empoderamento.

Por meio da informação estrategicamente planejada nos projetos do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, o empoderamento feminino é construído com base na mudança comportamental que busca a igualdade dos gêneros, o enfrentamento à violência física, ao abuso sexual, psicológico, moral, patrimonial. Diante de todos esses argumentos e definições de autores da Ciência da Informação, importa salientar que compreendemos o conceito de empoderamento pelo prisma de Sardemberg (2006).

O empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da auto-determinação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal (SARDEMBERG, 2006, p. 27).

Neste viés, percebe-se a importância dos movimentos feministas ao introduzir nos debates e demandas a importância das mulheres em todas as esferas da sociedade, por meio da luta ao reconhecimento dos seus direitos. Segundo Figueiredo (2008) o feminismo significa um processo de reeducação, ressignificação de padrões hegemônicos de gênero que permeiam distâncias instâncias sociais e estruturas subjetivas. Visa a mudança de mentalidades e o rompimento com a situação de desigualdade e o resgate do descobrimento das potencialidades e da força das mulheres.

No século XIX com a Revolução Industrial e o trabalho das mulheres nas indústrias sendo encarada como mão de obra barata e gerando interesse em maiores contratações, no entanto a inconformidade em ter a mesma jornada de trabalho que os homens, porém ganhando menos fez com que as mulheres se organizassem e nutrissem o desejo a igualdade salarial. As primeiras pautas dos movimentos de mulheres, foi voltado à luta para o direito ao voto (PINTO, 2003).

Com o golpe de 1964 houve repressão aos movimentos sociais, na luta contra a ditadura e pelo processo de redemocratização no país. A partir de 1975 a atuação foi potencializada com encontros, conferências, reestruturando as atuações inclusive com mudanças da análise da situação social, política e econômica das mulheres.

Espírito Santo (2008, p. 318) enfatiza o conceito relações de gênero, enunciando que “a partir da década de 1970, a organização social da relação entre os sexos trouxe à tona a ideia que a cultura em torno da diferença entre homem e mulher deveria ser deslocada do determinismo biológico para as construções sociais, relacionais e culturais”. Percebe-se que a luta feminista não está apenas ligada a questões constitucionais e jurídicas, mas em aspectos que vão muito além, por meio de raízes sociais e culturais, que faz necessária não apenas transformação social, mas uma revolução nos costumes e práticas, ou seja, uma revolução cultural (FIGUEIREDO, 2008).

As políticas públicas de informação estão voltadas para estabelecer uma equidade social, principalmente para os que estão à margem da sociedade. O feminicídio e a violência contra a mulher em todas as suas formas, tem aumentado tanto em nível nacional como a nível local. Na Paraíba, os índices de violência são bastante expressivos, de 2009 a 2018 os

casos não tranquilizam a população feminina, os índices são fortes e assustam. Segundo os dados da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social:

De 2009 a 2018, um total de 1.083 mulheres foram assassinadas. Em 2018, o número chegou a 84 mortes. Os dados oscilam bastante, mas a maior alta foi no ano de 2011, com 146 mulheres vítimas de crimes violentos e letais. Embora, segundo o Governo da Paraíba, tenha havido uma redução de 29% nos casos desde 2010, os números mostram que não há um controle dos casos. Além disso, o mês de janeiro de 2019 também foi marcado pela violência contra a mulher (SEDS, 2019).

A desinformação é um elemento que ajuda no aumento desses números, a falta de conhecimento do real significado da mulher na sociedade, as políticas públicas precisam as necessidades específicas das mulheres, no entanto, geralmente são apresentadas pelo Governo como meras ações que se limitam a superficialidade informativa sem preocupar-se com a mudança comportamental e social dos indivíduos.

A concretização das políticas públicas e das ações informacionais que são estrategicamente planejadas e desenvolvidas é posta como eixo central capaz de romper as barreiras sociais, culturais e institucionais, conscientizando a mulher de seus direitos, de se sua força e capacidade, erradicando a discriminação e pondo em pé de igualdade homens e mulheres.

As discussões sobre gênero enquanto categoria social especialmente no que tange ao fenômeno da violência contra as mulheres, ainda é pouco explorado na Ciência da Informação, merecendo destaque nas pesquisas no Brasil (BUFREM; NASCIMENTO, 2012). Alguns pesquisadores reforçam o pensamento de Bufrem e Nascimento sobre a escassez das discussões sobre gênero e sua relação com a Ciência da Informação, assim, como destaca Siciliano, Souza, Mello e Meth (2017) mostrando quantitativamente o aumento de artigos por décadas na base de dados LISA. Os resultados foram: na década de 1980 apenas quatro artigos, na década de 1990 foram encontrados 78 artigos, em 2000 foram recuperados 229, em 2010 identificou-se 277 artigos (SICILIANO; SOUZA; MELLO; METH, 2017).

Por fim, considera-se que pesquisar o empoderamento feminino por meio das ações do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes no Estado da Paraíba, atuando principalmente como mediador a partir da necessidade, acesso e apropriação da informação das mulheres em situação de violência doméstica. No campo da Ciência da Informação, contribuirá para a construção de uma sociedade mais igualitária, como também a promoção da igualdade entre os gêneros e no fortalecimento ao enfrentamento da violência contra a mulher.

4 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

O feminismo é um movimento mundial responsável pelas mudanças sócio/culturais da mulher enquanto ser ativo e partícipe da sociedade, denunciando as desigualdades e a violência que historicamente as mulheres são submetidas. Enquanto movimento social, o feminismo é um movimento essencialmente moderno advindo das ideias iluministas e dos ideais transformadores da Revolução Francesa e da Americana, e se espalha a partir de demandas sociais e políticas fazendo referência as mulheres enquanto grupo segregado e excluído dos direitos gerais (COSTA, 2005).

A partir da resignificação da participação das mulheres no contexto político e das relações de poder impostas culturalmente, o movimento feminista chama atenção a opressão no exercício do poder político questionando e denunciando o caráter submisso que a mulher sempre foi colocada. A partir desta configuração, o feminismo destaca a “necessidade de criar novas condutas e práticas, conceitos e dinâmicas que proporcionem um modelo de cidadania universal” (COSTA, 2005, p. 2). Neste direcionamento, o movimento feminista contribui para o moderno conceito de inclusão e inserção das mulheres na sociedade a partir da defesa dos direitos e autonomia das mulheres no sistema cultural e universal. A partir deste panorama, os sociólogos e historiadores buscam elementos teóricos que desconstruam padrões universalmente incorporados culturalmente pelo patriarcado e pelas próprias mulheres. Percebemos assim o modelo patriarcal em enquadrar os papéis das mulheres dentro de elementos pífios como forma de minimizar a atuação delas na sociedade, nas linhas de produção, na política, no mercado de trabalho, nas manifestações, na academia e etc.

Deste modo, “os homens estão autorizados a realizar seu projeto de dominação-exploração das mulheres, mesmo que, para isso precise utilizar-se de força física” (SAFFIOTI, 2001, p. 121). E assim, as mulheres ficam a mercê da supremacia masculina que foi instaurada culturalmente a nível mundial, e quando ela tenta romper o ciclo, em muitos casos, acontece o feminicídio.

Segundo Figueiredo (2008) o feminismo significa um processo de reeducação, resignificação de padrões hegemônicos de gênero que permeiam distâncias, instâncias sociais e estruturas subjetivas, visa à mudança de mentalidades e o rompimento da situação de desigualdade e o resgate de descobrimento das próprias potencialidades e identidades. Assim, Soares (1994) reforça que é uma ação política que engloba teoria, prática e ética enquanto sujeitos de transformação de sua própria condição social. Segundo as autoras (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 150) “o feminismo pode ser considerado um movimento

social, um campo de produção de conhecimento fortemente teorizado e disputado e mesmo uma visão emancipatória de mundo”. De fato, o movimento foi se construindo e consolidando-se no decorrer da história, com forte e expansiva representatividade social e cultural desconstruindo padrões pré-determinados e reducionistas do papel da mulher na sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário apresentar discussões sobre dos movimentos feministas na sociedade marcados inicialmente pelo ativismo das mulheres, e que posteriormente vai se fortalecendo pelo pensamento filosófico, político e social com base em estratégias de luta ao direito individual e coletivo.

As mulheres engajadas no movimento, normalmente letradas e bem nascidas, viam a possível saída para romper com os mecanismos de dominação e opressão do seu sexo: a educação e a instrução. Através da educação, alcançariam a liberdade, os direitos sociais e políticos, a profissionalização e até o poder econômico que proporcionaria uma relativa autonomia, dentro dos limites que a vida social urbanizada impunha ao sexo feminino (ALMEIDA, 2000, p. 03).

A primeira fase foi marcada pelo movimento sufragista, que apresenta mobilizações iniciais em vários países europeus no início do século XX, considerada uma fase que tinha destaque a partir das reivindicações sobre a igualdade nos direitos entre homens e mulheres, principalmente, ao voto e a igualdade as condições de trabalho no mesmo patamar que os homens, como também questionavam o controle que os maridos exerciam sobre as esposas, limitando suas atuações de várias formas. A segunda fase denuncia as desigualdades culturais e políticas que subordinam as mulheres, e a partir de pautas, que defendiam principalmente o direito a educação, o combate à dominação masculina, a sexualidade e o divórcio, buscam o equilíbrio social almejado. Foi composta por intelectuais e líderes operárias (PINTO, 2003).

A terceira fase foi marcada pelo movimento feminista se agregando a outros, somando a reivindicações nos quais foram mobilizando novas demandas e ganhando mais espaço e destaques no cenário internacional. Deste modo, foi se institucionalizando e formulando redes de cooperação ganhando camadas mais populares e atuantes (PINTO, 2003).

A nível mundial tinham-se cenários de efervescência política, revoluções de costumes e culturais, no Brasil vivia-se nos moldes da ditadura militar em que pairava a repressão, perseguição e morte, mesmo assim a partir de 1970 os movimentos feministas reconfiguram-se e passam a demandar necessidades que advém das mulheres e suas realidades cotidianas (PINTO, 2003)

Na década de 1970 os movimentos feministas reformulam-se a partir de demandas recorrentes da política econômica e social, conforme destaca Silva (2000) “as mulheres da periferia de São Paulo, por meio das comunidades da Igreja Católica reivindicam ao Estado o atendimento das necessidades básicas, como creches, melhores salários e unem-se contra a carestia”, como em outros países, as reivindicações partem da relação da mulher com o trabalho urbano ou rural e vão as ruas por meio de manifestações.

Nessa atmosfera, meados da década de 1970, surgem os trabalhos das sociólogas Heleieth Saffioti e Eva Altermann Blay referências para o movimento, que se fortalece também com a inserção de mulheres nas lutas de esquerda contra a ditadura, e assim, o movimento vai se politizando cada vez mais. Neste momento iniciam os primeiros movimentos de enfrentamento a violência contra as mulheres.

Em 1975 a ONU promove o Ano Internacional da Mulher, incentivando várias atividades em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte com o intuito em discutir a condição da mulher e as novas discussões acerca do feminismo e das reivindicações advindas. Assim novos grupos de estudos e de reflexão vão inserindo o movimento no âmbito acadêmico, e assim, caracterizando a partir de discursos estratégicos, amplos e heterogêneos.

Vale destacar a imprensa feminista propiciando destaques a mobilização dos movimentos, por meio dos jornais Brasil Mulher, Nós mulheres e Mulherio. Muito além da divulgação, os jornais denunciaram o silenciamento da sociedade sobre casos de violência e a impunidade dos criminosos (WOITOWICZ, 2008). Deste modo, o movimento alcança a mídia revolucionando os programas, levantando as bandeiras impensáveis como a sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica (COSTA, 2005).

A partir do cenário político e social da época, as primeiras políticas públicas advindas das necessidades das mulheres em contextos sociais, culturais e econômicos são criadas pelo movimento feminista considerando as demandas que as mulheres apresentavam. A inclusão das necessidades das mulheres foram sendo exigidas para compor as agendas políticas fomentando as discussões. E assim começaram a ser implantadas as primeiras políticas específicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

As discussões acerca de gênero, surgem essencialmente nos anos 1980 a partir da relação entre academia e o movimento feminista. Percebe-se a necessidade em compreender as relações para além das diferenças sexuais que limitavam as discussões e consequentemente as demandas e ações a partir das desigualdades entre homens e mulheres construídas socialmente e assim, reforçando a ideia da diferença sexual. Deste modo, a categoria gênero é criada a partir da necessidade em romper os padrões apresentados acima, e assim ampliar as

discussões para uma “organização social da relação entre os sexos” e tentar compreender as relações entre homens e mulheres considerando os contextos sociais e culturais.

Conforme ressalta Scott “gênero é um termo que também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, como formas de indicar construções culturais que se relacionam de modo fluído” (SCOTT, 1995, p. 75). A pretensão das ideias discutidas expande-se ao compreender que as relações sociais enquanto constituintes da identidade dos sujeitos, compostas de pluralidades culturais que não são fixas ou permanentes (LOURO, 1997).

Nesse direcionamento, é importante frisar que quando se fala em relações de gênero (os papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres construídos com base nas "diferenças" de sexo), a desigualdade é uma marca profunda, resultado de um longo processo de naturalização das diferenças sexuais. Ou seja, a presença da genitália é fator de construção, inclusive, do que se entende por sexo. A respeito do caráter biológico que separam os corpos, atribuíram-se características e performances a cada sexo, tidas como essenciais, moldando-os e adequando-os ao que se acredita ser próprio de cada um (BEZERRA; RABAY, 2014, p. 2119).

As historiadoras e sociólogas, por sua vez, reconheceram que as discussões sobre gênero deveriam ir além de abordagens meramente política e de poder, mas que deveriam ampliar os debates para as mudanças sociais e culturais sobre a questão da mulher pautadas na interrelação com o homem, buscando a compreensão dos comportamentos excludentes, desiguais e violentos (SCOTT, 1995). Destarte, as mulheres eram encarceradas na sua vida privada, em sua grande maioria não eram vistas nos espaços públicos, sua ausência cotidiana por muito tempo não foi notada.

A rigor, as questões de gênero se pautaram na dominação patriarcal em relação à subordinação das mulheres frente à necessidade dos homens em mantê-las dentro dos padrões aceitáveis, impostos por elementos culturais determinantes que reduzem a importância das mulheres na sociedade.

Michel Foucault em sua obra *Microfísica do Poder* (1979), apresenta o poder de modo descentralizado em forma de rede, que todos o exercem dentro de uma relação sistêmica, seja consciente ou inconscientemente, formando os micropoderes. As relações de poder estão tanto na esfera do ser homem quanto no ser mulher, obviamente em escalas maiores e menores, como também no modo como são exercidos, no entanto, existem dentro das relações sociais. Conforme ressalta Saffioti (2001) o conceito de exploração e dominação

se torna insuficiente, pois, existe a possibilidade de reação e subversão a partir de ações a nível macro ou micro através das ações.

Segundo Scott (1995, p. 6) “o termo gênero não implica na tomada de posição sobre as desigualdades ou o poder [...] revela sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos legítimos [...]”. Deste modo, a autoafirmação das mulheres é reforçada e apresenta-se como um elemento de reconstrução identitária por meio das relações ideológicas que foram rompidas e/ou construídas socialmente. Neste contexto, gênero surge como uma forma de falar de “sistemas de relações sociais ou entre os sexos” rejeitando a discussão da oposição binária advinda da diferença sexual (SCOTT, 1995).

5 PODER, ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DE GÊNERO

Neste capítulo abordam-se as relações entre poder, política e governamentalidade a partir do viés sociológico dos elementos de Foucault, por compreender o conjunto constituído pelas instituições que exercem formas específicas de poder com base nos pilares políticos, pautados nos micropoderes, estabelecidos nas relações individualizadas dos sujeitos enquanto práticas sociais, que determinam o regime político. A partir desta abordagem, correlaciona-se a elaboração, implementação e avaliação das políticas de informação de gênero voltadas as mulheres em situação de violência.

Foucault (1979) a partir do livro “Microfísica do Poder” estabelece novas discussões acerca dos poderes a níveis específicos com base em uma centralidade não-dependente, mas que deverá convergir a interesses macro. E ele reforça que o poder não se concentra apenas no Estado e na economia “[...] mas que está disseminado pelos vários âmbitos da vida social, fragmentados em micropoderes [...]” (FRANÇA, 2017, p. 19). Exemplifica a família como centro do poder econômico, estabelecendo relação entre governar uma família e um Estado, associando o poder a partir da visão sistêmica das partes com o todo, nos quais, os mecanismos são pautados a partir das funções de similaridade e de distinção estabelecidos pela rede social.

Os micropoderes são exercidos a partir de elementos advindos da própria estrutura que compõe a sociedade, estabelecidos por partes culturais que estão arraigados em pontos distintos interligados por caracteres comuns da rede de regime social (FOUCAULT, 1979). O exercício do poder pode ocorrer em qualquer parte do tecido coletivo, reforçando a desterritorialidade do mesmo, sendo deslocável a partir do interesse em exercê-lo, tanto a nível estatal como também a nível local, pautado nas conexões sociais variáveis inclusive demandados por tratos hierárquicos, exercidos nas práticas de poder, ou seja, “o poder não é algo que de possui, e sim algo que se exerce” (FRANÇA, 2017, p. 22).

Continuando, onde existe o exercício do poder há luta, a partir da ideia de resistência ao domínio exercido, especialmente, se a repressão for o meio pelo qual o poder está centrado. Ressalta ainda que o poder não deve ser visto apenas como algo negativo que limita, mas como um reforço as concepções positivas e ideológicas, pautadas na disciplina, estabelecendo relação de subordinado e subordinador direcionado aos elementos organizacionais dos elementos micro até o macro. Foucault (1979) afirma:

[...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de

fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p. 7).

O exercício do poder reorganiza o espaço social quer seja no tecido coletivo ou individual, o funcionamento e a manutenção da sociedade a partir do sistema social estabelecido pelas relações de disciplina, vigilância e controle são exercidos pelo poder e estabelecidos pelo indivíduo detentor do saber. Tal sujeito é partícipe dentro da estrutura legitimada por discursos e relações que são baseadas em práticas deterministas do saber pautadas na individualidade, ou seja, o poder não apaga a individualidade, ele a constrói enquanto relações interdependentes (FOUCAULT, 1979).

Segundo França (2017, p. 25) “não há conhecimento neutro, pois todo saber tem sua origem em relações de poder, e não há relações de poder sem constituição de saber [...] todo ponto de exercício de poder é também de formação de saber”. Percebe-se a relação intrínseca do poder com o saber, ambos, enquanto práticas pautadas no exercício de condições políticas, culturais, sociais e econômicas determinadas pela sociedade. Ao asseverar que o poder está presente nas estruturas diversas da sociedade, Foucault (1979) rompe com a visão única e centralizada que o poder se encontra no Estado enquanto mecanismo de controle único capaz de intervir na realidade buscando sua alteração. Ou seja, existe um deslocamento do espaço de análise (FOUCAULT, 1979), com os macro e micropoderes considerando as articulações políticas a fim de promover a implantação de políticas públicas, efetivos a partir de informações advindos do sistema que formam os interesses sociais, a partir de focos locais que determinam os macropoderes. Desse modo, o Estado é considerado uma das formas elementares que constituem o poder, e não o ponto central.

Ao considerar a relação intrínseca entre o poder e o saber como forças estratégicas, capaz de determinar os moldes de governo enquanto ato de soberania nas multiplicidades de pensar e exercer o poder e o saber, o exercício do governo se dá a partir dos interesses sociais que são apreendidos nas estruturas micro das relações estabelecidas nos tecidos sociais. Deste modo, o ato de governar está entre a soberania e a pluralidade de governos com bases sociais que os agentes podem proporcionar. Assim, “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim, porque provém de todos os lugares”. O poder não é, pois, uma instituição nem uma estrutura e, também, não é uma potência de que alguns sejam dotados, mas “o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 103).

Na reorganização dos espaços e nas estruturas de poder, considerando a importância dos micropoderes estabelecidos por Foucault, as mulheres se encontram às margens da história da sociedade, apesar de apresentarem importantes papéis nas estruturas sociais, sempre foram colocadas em posições subordinadas em relação aos homens, tendo sua voz silenciada por séculos. As políticas públicas criadas pelo Estado - reivindicadas, por décadas, a partir de lutas e resistências dos movimentos feministas e de mulheres – constituem-se como poderes macro a partir da organização da sociedade por parte de demandas a serem atendidas que interferem diretamente nas estruturas sociais, econômicas e culturais.

Salienta-se que apenas a criação da Lei não garante as mudanças comportamentais e/ou a diminuição dos casos de agressão, mas, as ações de capacitação, educativas e informacionais construídas ao longo do tempo, moldam novas ações e reações diante da violência doméstica das mulheres perante a sociedade.

As políticas de informação de gênero promovem a integração entre os atores sociais a partir de regras e dinâmicas que estabelecem novos cenários sociais, ao considerar os micropoderes estabelecidos no tecido social. Cabe ressaltar, que o estabelecimento de políticas públicas não garante as mudanças projetadas, visto que, as relações de poder existem nos elementos sociais que podem ser resistentes as políticas vigentes ou que estão por vir (GIANEZINI, 2017). Assim, as políticas de informação de gênero, precisam se adequar aos espaços sociais ocupados por elas, ao considerar as práticas de poder já existentes nas ocupações espaciais, fundamentadas nos pontos momentâneos e deslocáveis do exercício do poder.

Ao instituir uma política de informação de gênero, o Estado impõe novos estratos com mecanismos funcionais à posição da mulher diante da sociedade, a implementação da Lei Maria da Penha (11.340/06) que estipula a punição adequada e coíbe a violência doméstica contra a mulher, de modo, que reprime os atos violentos direcionados as mulheres. A implementação da Lei Maria da Penha (11.340/06), bem como as políticas públicas de gênero nacionais, estaduais e municipais estimulam as mulheres em situação de violência a buscarem ajuda perante os órgãos disponíveis, e assim, promovem mudanças comportamentais nas agredidas e nos agressores.

5.1 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DE GÊNERO

A informação e o conhecimento são elementos cada vez mais presentes nos ambientes organizacionais, chegando a ser considerados instrumentos de sobrevivência das organizações

em âmbito competitivo e socio informacional. Na atual conjuntura, informação e conhecimento ganham destaque como produtos e serviços que possuem valor real e significativo. Choo (2003, p. 28) ressalta que “o uso estratégico da informação é aquela em que a organização cria, organiza e processa a informação de modo a gerar novos conhecimentos por meio do aprendizado”, possibilitando desenvolvimento, capacidades e a criação de produtos e serviços e a melhoria dos já existentes.

Mais do que capital e trabalho, a informação e o conhecimento são os recursos econômicos significativos da sociedade pós-capitalista (CHOO, 2003). Questões que envolvem a inclusão social como os projetos desenvolvidos por organizações privadas, públicas e do terceiro setor potencializam o acesso à informação e ao conhecimento de forma igualitária necessária às organizações. Portanto, entende-se que existe a constante necessidade em promover estratégias que fomentem o melhor desempenho na execução dos projetos.

As organizações além de serem participantes ativas da sociedade exercem influência no processo de mudança seja no campo político, empresarial ou social. Verifica-se, então, que as organizações sempre estiveram presentes no cotidiano das pessoas por serem atributos de qualquer conjunto estruturado ou ordenado segundo algum critério (MAXIMIANO, 2012). Elas são componentes essenciais da sociedade, pois todos os produtos são desenvolvidos em ambientes organizacionais e também “as grandes transformações sociais da história têm sido essencialmente baseadas em organizações” (HALL, 2004, p. 2).

As organizações, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, devem ser analisadas como aquelas que necessitam de processos organizados e bem fundamentados de informação, para que o uso seja eficiente e eficaz e a informação passa a ser vista como elemento de mudança na estrutura cognitiva do indivíduo e da comunidade onde essas ações se desenrolam. Essas estratégias atuam no momento da transferência da informação coletiva por meio de ações que são realizadas e empregadas de forma discursiva estrategicamente contextualizada para o indivíduo atuando na formação do indivíduo.

Assim, os projetos sociais desenvolvidos pelas organizações ultrapassam os serviços meramente formais, tomando para si funções e atividades com características diversas, para públicos direcionados e específicos. Alcançando, em sua maior parte, os objetivos propostos em sua missão.

No decorrer das décadas, as organizações sociais foram aumentando, desenvolvendo-se e amadurecendo seus vários segmentos e atividades, rompendo definitivamente com a ideia de assistencialismo e, incorporando – como característica principal – ações contínuas de responsabilidade social para com seus beneficiários (as). Com isso, a característica

fundamental que distingue as atividades sociais é a missão e seus objetivos das organizações que as promovem, os quais são determinados pela esfera da realidade social em que se baseiam seus dirigentes.

Assim, os projetos e ações das organizações sociais são orientadas tomando-se como base didática a educação popular¹, comprometida e participativa, norteando-se pela perspectiva da realização de todos os direitos do povo, incentivando o diálogo constante. É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social. A principal característica da educação popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino.

Portanto, para o universo dessas organizações todas as ações estão embasadas em atividades pensadas no qual a inclusão e a cidadania encontram-se relacionadas à representação dos agentes, atrelada aos direitos fundamentais e à dignidade humana (MARTELETO; RIBEIRO, 2002).

Os discursos passam a ser representações sociais e histórias vivas e, para tanto, foram criadas estratégias informacionais, a partir de conceitos extraídos da Comunicação, Linguística, Cognição, Sociologia, Antropologia e Educação. A informação, empregada de forma estratégica, servirá como um elo entre os profissionais e as comunidades onde eles pretendem atuar.

Para Stewart (2002, p. 31), “conhecimento e informação estão embutidos cada vez mais em todos os nossos produtos de uso cotidiano” e a informação é a estrutura significativa com a competência para gerar conhecimento para o indivíduo ou um grupo, e Barreto (1994, p. 2) acentua que “a informação quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao da sociedade em que ele vive”. Este é o ponto central dos projetos que são desenvolvidos por organizações públicas, privadas e pelo terceiro setor são importantes para ampliar o acesso à informação, e assim, modificar a realidade de vida das pessoas que estão em situações de risco, contribuindo para as mudanças sociais do indivíduo e dos que estão no seu entorno, pois, considera-se que estes tornam-se multiplicadores de informação e conhecimento.

¹ Freinet (1969, p. 15) considera “a educação popular com suas ações voltadas para as classes populares”. Portanto, é aqui entendida como um paradigma político-educativo, teórico e metodológico que emergiu na América Latina nos anos 60, atingindo repercussão internacional através dos estudos de Paulo Freire. Ela tem seu interesse voltado para a organização das classes subalternas e o ativismo político, objetivando promover a justiça social. Sua orientação metodológica se aproxima do que é conhecido como “construtivismo” e está associada às formas de educação não formal, diferindo do método de ensino clássico.

Vale ressaltar que para todos os tipos de organizações, a informação passa a ter alto valor lucrativo, social e cultural, portanto, precisam estar cientes da necessidade de se posicionar estrategicamente para que os objetivos e metas sejam alcançadas amplamente. Tal valor, é destacado por meio das políticas públicas governamentais que as implementam, mas por não conseguir atingir de modo mais pontual as pessoas, as organizações assumem a responsabilidade de criação de projetos e ações alcançando a todos e promovendo mudanças sociais significativas.

Dentre os aportes teóricos mencionados acima, cabe traçar o delineamento histórico da trajetória do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil a partir da década de 30. Cabe lembrar, que o capitalismo estabeleceu fortes mudanças econômicas e sociais que foram marcados por revoluções sociais essencialmente requerendo do Estado mudanças que fossem voltadas ao bem estar do povo, assim, mundialmente novas estruturas políticas foram sendo solidificadas a partir da institucionalização da gestão social.

Para Dallari (2013) os fatos que marcaram tais mudanças foram a Revolução Industrial, a I Guerra Mundial iniciando o Liberalismo Econômico, A Crise de 1929 que necessitou de uma economia mais interventiva entre a aliança do Estado e as iniciativas privadas, e a II Guerra Mundial trazidas pelas necessidades advindas a partir da reconstrução após seu término. Todos esses elementos atrelados aos movimentos sociais, institucionais, administrativos e políticos colaborando para a construção de um Estado mais desenvolvido e assistencialista. Nesse sentido, compreende-se que as políticas enquanto ações diretamente ligadas a intervenções estatais a partir de demandas advindas da sociedade como também a partir de interesses dos agentes governamentais.

No Brasil tais institucionalizações surgiram a partir da década de 1930 enquanto campo científico/metodológico, marcado pelos movimentos políticos característicos à época, advindos de um período assinalado por mudanças socioculturais que envolveram criações de instituições estatais que centralizaram as discussões em torno do discurso legítimo e necessário ao desenvolvimento do país. O delineamento histórico, perpassa pelas décadas de 30, 60, 80 e anos 2000 reforçados por atores sociais e políticos característicos de cada momento destacado.

As primeiras atividades que implementam as políticas públicas no Brasil, ocorre em 1930 com a participação da burocracia brasileira a partir da Modernização do Estado, tendo por base o processo de Constituição por meio da intervenção estatal focado principalmente na política econômica a partir da informação técnica pautadas no comércio exterior, Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico, Conselho Federal de Comércio Exterior, a Superintendência da Moeda e do Crédito dentre outros (FARAH, 2016).

A informação científica também tem papel essencial, neste período, pois estudos sobre as condições sociais as quais circundam a sociedade brasileira, na época, são vistas como insumo básico para os burocratas ao criar instituições que pudessem atender as demandas nacionais. Como é o caso dos Institutos de Previdência que exerceram papel fundamental sobre os recursos para programas habitacionais estabelecendo parcerias com a engenharia a partir de diretrizes e normas urbanísticas e de construção (FARAH, 2016).

A partir de então, novos apanhados ideológicos foram surgindo, intensificando e ampliando o interesse de outras áreas pelas políticas públicas, descentralizando e dispersando em várias áreas profissionais. Surge assim, um novo ator social e político que incrementa as demandas e redireciona os interesses no desenvolvimento e implementação das políticas públicas – instituições não governamentais – com forte interesse social incitando os debates em temas como habitação, saúde, educação etc. (LOUREIRO, 1997). São por meio desses atores que a sociedade civil começa a adentrar na constituição das políticas públicas.

Em meados da década de 1970, as organizações de cunho social passam a apresentar novas articulações e novos moldes operacionais demandados pela situação social e política do país, neste direcionamento, as demandas permanentes e possíveis de promover as mudanças sociais, os autores asseveram:

[...] as políticas públicas precisam ser compreendidas e trabalhadas, incluindo aqui, em especial, sua variante social, que remetem à ideia do estabelecimento de uma melhor condição socioeconômica aos beneficiados – que diante das distintas desigualdades apresentam fragilidades (e limitação) na reivindicação de seus direitos sociais – pelas mesmas. Além disso, essas políticas carecem de avaliação sistemática, o que exige grande esforço de análise, por serem complexas e variadas (GIANEZINI et al., 2017, p. 1066).

A partir de estruturas e motivações sociais, as políticas públicas ganham espaços mais elementares servindo como pontes entre o Estado e a sociedade, ao deter a partir de suas estruturas complexas os interesses públicos e os do governo aliadas em ações, diretrizes e Leis que institucionaliza os espaços provocando mudanças profundas ou artificiais nos cenários reais da sociedade. Neste sentido, no período da Ditadura Militar, temas como saúde com foco no movimento sanitarista e o de habitação centrado na urbanização, estiveram presentes nas principais agendas de governo.

A década de 1980 foi marcada pelo enfraquecimento do regime ditatorial, e consequentemente, na reestruturação democrática do país nos quais foram marcados por movimentos sociais intensos bem como o fortalecimento de agendas que demandavam a criação de novos espaços de discussões com a efetiva participação da sociedade bem como de instituições que representavam os interesses de inclusões sociais, econômicas e culturais. Farah (2016, p. 971) reforça os principais canais que foram reforçados e ganharam mais espaço de atuação e articulação “[...] conselhos gestores de políticas públicas, orçamento participativo, conferências setoriais, audiências públicas, entre outras contribuíram para a diversificação do lócus da análise de políticas”. Assim, vários ativistas e coordenadores de organizações sociais passaram a buscar capacitações, bem como, articulações formadas por redes temáticas e de interesses para fortalecer a influência às políticas públicas sociais.

A Constituição de 1988 se torna o principal instrumento de política pública nacional, que reconhece os direitos e deveres da sociedade, descentralizando o poder ao estabelecer a importância dos estados e municípios a buscar a equidade social para todos os cidadãos, o que leva os gestores locais a criar micropolíticas que corroborassem com a macropolítica estabelecida nacionalmente, e assim, buscar profissionais capacitados que pudessem estabelecer a transversalidade por meio da elaboração e implementação das políticas públicas.

Nos dias atuais, devido a multiplicidade de atores sociais bem as instituições, nos mais variados interesses, têm demandando estudos mais pontuais que devem ser traçados a partir do bem-estar social e o interesse público, considerando os limites espaciais e temporais que se fundamentam em projetos e/ou programas pautados em planos e metas bem definidos (GIANEZINI et al., 2017). Cabe reforçar, que as políticas públicas precisam estar vinculadas ao Estado, porém, o interesse pode partir das esferas públicas e privadas seguindo o interesse geral.

Neste viés, as políticas públicas surgem como amortizadoras do processo de exclusão que vivenciamos cotidianamente, a partir de realidades sócio culturais que nas suas estruturas sistemáticas que culturalmente são construídas na sociedade. Assim, as organizações sociais passam a agir intencionalmente com Estado fortalecendo e estendendo o papel de interventoras no processo de inclusão.

Tem como características campos multidisciplinares articulados em implementações a partir de ações que produzirão efeitos, principalmente, nos campos sociais, culturais e econômicos ora mais pontuais em setores mais perceptíveis. Como destaca Teixeira (2002), o que são e quais as funções das políticas públicas:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

A partir de ações implementadas pelo Estado as políticas públicas advém de estruturas que são indicadas como lacunas existentes na sociedade, assim, a importância dos analistas ao considerar todas as variáveis que deverão compor as políticas.

A discussão acerca das desigualdades de gênero vem influenciando cada vez mais o Estado a buscar caminhos que amenizem as diferenças e influenciem na coibição dos índices de violência contra a mulher que vem aumentando a cada ano. Articulação e integração formam a base do processo de construção da política pública de gênero por meio de ações que são estruturadas estrategicamente.

A informação estratégica está presente na elaboração das políticas públicas, pois, precisa partir da sociedade a criação de mecanismos que coíbam situações que mexa com a balança da desigualdade. Deste modo, as políticas públicas são criadas com direcionamentos específicos, voltadas a superar ou amenizar as desigualdades, defender os direitos humanos e atender as especificidades de gênero (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

As informações estratégicas que embasam a elaboração e implementação das políticas públicas, são a base necessária para que as ações atinjam os objetivos propostos, deste modo, os caminhos metodológicos precisam ser seguidos, desde a elaboração, implantação o monitoramento e a avaliação constantes. Cabe salientar, que as políticas públicas é uma das formas de comunicação e aproximação do Estado com a sociedade, pois, as demandas emergem a partir das realidades sociais vivenciadas. As políticas públicas são instrumentos democráticos.

A partir de articulações das organizações sociais e dos movimentos feministas, pautados na troca e compartilhamento de informações estrategicamente formuladas para direcionar o enfrentamento a violência contra a mulher, as redes foram se articulando e fortalecendo-se ao compreender que o atendimento à mulher em situação de violência, não termina na delegacia, hospital ou na justiça, existem outros elementos que apontam a necessidade dessa mulher ter acesso a outros serviços que auxiliaram o rompimento do ciclo de violência.

Neste direcionamento, Cavalcanti e Oliveira (2017, p. 201) afirmam que a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, surge com o “objetivo de desenvolver estratégias de prevenção para garantir os direitos das mulheres, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada as mulheres”. Neste sentido, por meio da Rede integrada de atendimento à mulher em situação de violência, passam a ter mecanismos efetivos que garantam a proteção, atendimento e apoio do Estado por meio de serviços especializados e não especializados pautados em órgãos federais, estaduais e municipais como também em organizações sociais de mulheres e feministas ligadas a saúde, educação, economia e cultura.

As informações estratégicas que compõem as políticas públicas, são adquiridas a partir de diálogos coletivos advindos de forma intersetorial, transversal e interinstitucional dos espaços públicos e de poder “que são cristalizados e hierarquizados em nossa sociedade, produzindo e reproduzindo a subordinação das mulheres e a invisibilidade de seus direitos” (SEMDH, 2013, p. 15).

A transversalidade possibilita a reorganização de todas as políticas e instituições que envolvem as mulheres de modo a combinar e dividir tarefas, e assim, ultrapassar as barreiras departamentais que poderiam travar a efetividade das políticas, conforme reforça Blay (2003),

Para enfrentar esta cultura machista e patriarcal são necessárias políticas públicas transversais que atuem modificando a discriminação e incompreensão de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos. Modificar a cultura da subordinação de gênero requer uma ação conjugadas. Para isso é fundamental estabelecer uma articulação entre os programas dos Ministérios da Justiça, da Educação, Saúde, do Planejamento e demais Ministérios (BLAY, 2003, p. 09).

A Intersetorialidade está pautada em articular as ações dos diversos órgãos do governo como um arranjo de atividades formalizado por meio de uma rede pensando na interação e integração. A interseccionalidade possibilita uma visão complexa sobre os diferentes marcadores sociais, considerando a diversidade que regem a vida das pessoas, e assim, promover a interação e o respeito entre as diferenças, rompendo com padrões que fomentam a discriminação e as desigualdades sociais (SEMDH, 2013).

Deste modo, trabalharemos com o entendimento que as políticas públicas são essencialmente estratificadas, mas ao mesmo tempo, sistêmicas no qual suas partes possuem características distintas, porém, estão diretamente relacionadas ao sistema como um todo. Em vista disso, temos as políticas públicas subsequentemente as políticas públicas de gênero, e dentro deste contexto, temos as políticas de informação de gênero no qual aborda essencialmente a informação enquanto subsídio valioso para enfrentamento aos vários tipos

violência contra a mulher. Por fim, temos as políticas de informação para as mulheres que estão inseridas nas políticas de gênero, todavia, estão voltadas para as necessidades específicas das mulheres em várias conjunturas sociais, pautadas essencialmente em informação enquanto elemento que auxilia a mudança cognitiva e comportamental da mulher em situações diversas.

Conceitualmente, as **políticas de informação de gênero** são constituídas a partir do conjunto de diretrizes, regras, ações e atividades que intercaladas a outras políticas interferem nas culturas práticas sociais, culturais e econômicas da sociedade, utilizando como elemento imprescindível a informação tratada e articulada de forma estratégica para alcançar as representações sociais que apresentam situações de desigualdade social e/ou discriminação.

Tais políticas visam a equidade de gênero, estabelecendo todos os direitos, o respeito, o exercício a plena cidadania, e assim, compreendendo que as relações sociais são dinâmicas e ao mesmo tempo evoca a participação de diferentes atores sociais, respeitando suas particularidades, porém, estabelecendo conexões solidificadas na igualdade e respeito (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015).

As políticas de informação para as mulheres, visam a inclusão das mulheres e abrange um conjunto de práticas e ações organizadas para promover a inclusão e garantir os direitos das mulheres dentro da sociedade, visto que, as discussões da mulher é marcada por situações de desigualdades e desequilíbrios aos direitos básicos do indivíduo. Deste modo, o Estado cria mecanismos que equilibra as relações sociais e promovam o bem estar social.

Direitos como segurança, habitação, emprego, renda, lazer, cultura e principalmente o direito à vida são constituintes a todos os cidadãos independente de sua condição enquanto ser social. Nesse sentido, a violência contra a mulher é uma realidade presente há décadas, que acompanha o desenvolvimento político e social da sociedade, que ainda priva às mulheres aos direitos básicos, colocando-as enquanto coadjuvantes ou até mesmo diminuindo sua importância no desenvolvimento como um todo.

Destarte, as políticas de enfrentamento a violência contra a mulher tornam-se instrumentos efetivos enquanto educadoras e punitivas por meio de suas ações articuladas e integradas, proporcionam suportes para as mulheres objetivando o empoderamento para que ela possa quebrar o ciclo de violência que está inserida.

O termo empoderamento surge a partir das demandas dos movimentos feministas, em que consiste tomar consciência de si mesma, de suas possibilidades, de autodescobrimento e afirmação, ou seja, tomar o poder sobre sua vida pautadas na autovalorização, e assim lutar

por sua vida enquanto atividade individual pautadas em suas potencialidades (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015).

O empoderamento impulsiona as mulheres, em situação de violência doméstica, a romper com a progressão sequencial da violência de modo mais efetivo, porém, é importante destacar que o “empoderar” acontece gradativamente e tem que partir do indivíduo, porém, as políticas de informação juntamente com as ações proporcionam novos direcionamentos para essas mulheres.

Isto porque o empoderamento é um processo pessoal e político, cujas dimensões pessoais/internas e corporais não podem desvincular-se de suas conotações políticas, de impugnação das relações de poder vividas não somente nas relações familiares, nas quais os sujeitos vivem cotidianamente e, por sua vez, são parte da ordem social. Neste sentido, o empoderamento deve ser priorizado como transformação de estruturas de subordinação, ou seja, como um processo de emancipação (CRUZ, 2018, p. 104).

Compreende-se que o empoderamento parte do indivíduo, porém, por meio das conotações políticas e sociais estendem-se para as estruturas coletivas rompendo padrões e relações de poder transformando suas próprias realidades como também dos que estão no seu entorno. Sendo assim, uma mulher que passou por situação de violência doméstica, mas que conseguiu romper o ciclo com o auxílio das políticas públicas de gênero torna-se uma referência no enfrentamento a violência, por conseguir mudar suas estruturas comportamentais, como também, inspirar mudanças em outras ajudando e influenciando positivamente a vida de outras que vivenciam a mesma situação de agressividade.

O empoderamento está diretamente ligado as ações individuais e coletivas, depende do modo de agir, lidar e decidir a partir de situações que demandam posicionamentos do agente que passou por transformações estruturais que está condicionado ao fluxo de ideias que advém de novas estruturas cognitivas. Segundo Kleba e Wendausen (2009, p. 738) o empoderamento acontece em três dimensões da vida social “psicológica ou individual, grupal ou organizacional e estrutural ou política”. A psicológica ou individual parte da necessidade de apreensão cognitiva e que condicionará a mudança comportamental do sujeito, ou seja, uma mulher em situação de violência que a partir de suportes legais, psicológicos e informacionais possibilitará a autonomia e libertação da condição de agressividade que está subjugada.

A dimensão grupal ou organizacional esta diretamente ligada ao “apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade”, ou seja, as mulheres compartilham experiências e sentimentos comuns, assim,

conseguem refletir e internalizar que ela está em uma situação de violência e que existem maneiras de libertar-se de tal condição.

O nível estrutural ou político está expresso nos mecanismos criados pelo Estado para suprir as demandas da sociedade ou por vácuos constitucionais expressos no poder público municipal, estadual e federal. No caso da violência de gênero as políticas de informação de gênero, são criadas e implementadas visando diminuir as desigualdades e discriminação a todos que sintam seus direitos corrompidos.

O empoderamento precisa partir do desejo da mulher em buscar uma vida nova longe da violência a qual está presa, porém são necessárias ferramentas que as estimulem a enxergar sua capacidade e força. Por estar diante do contexto da violência, principalmente a psicológica, ela internaliza os abusos emocionais minando sua autoconfiança passando a duvidar da sua capacidade, ela passa a ter a autoestima ferida. Tal violência é subjetiva e mascarada por elementos discursos imbuídos de carinho, cuidado e amor, quando na verdade está mascarado pelo controle, posse e manipulação, a partir daí as agressões físicas surgem em segundo plano. Segundo o Art. 7 da Lei Maria da Penha nº 11340/06:

a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL - LEI MARIA DA PENHA, 11340/06, art. 7, 2006).

Estando as mulheres em situação de fragilidade emocional, e internalizando o sentimento de impotência e de dependência do parceiro, a mulher não consegue enxergar as possibilidades de libertar-se da situação de violência. A partir de tal realidade, percebe-se a necessidade de dispositivos estatais que alcancem as mulheres com tais perfis, e as ajudem a buscarem caminhos possíveis para transpor o ciclo. As políticas públicas de gênero são elaboradas a partir de tais realidades que são expressas em números alarmantes de mulheres agredidas e mortas por seus companheiros diariamente.

5.2 PROTAGONISMO SOCIAL DO MOVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

Ao considerar a violência contra a mulher como uma realidade que assombra a sociedade há séculos, as políticas públicas surgem como uma ferramenta de gestão que tenta amortizar os impactos que a violência contra a mulher atinge a sociedade, neste sentido Secchi (2010, p. 1), define: “política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Deste modo, com vistas a diminuir as desigualdades entre as categorias, as políticas públicas de gênero visam diminuir as disparidades sociais promovendo a justiça das classes por meio de ações econômicas, sociais e culturais que mexam com as estruturas hegemônicas da sociedade (SILVEIRA, 2004).

O Estado tem importante papel ao desenvolver e articular políticas públicas, ao assumir sua responsabilidade diante das desigualdades, pois, conforme ressalta Soares (2004) que o Estado não é neutro enquanto agente de mudanças sociais e culturais, e exerce influência direta dentro da sociedade, desempenhando papel enquanto organização estatal capaz de criar mecanismo que coíbam a violência nas várias esferas, inclusive de gênero.

Ao incluir o conceito de gênero nas formulações de políticas públicas, pretende-se não apenas apresentar ferramentas de enfrentamento a violência para as mulheres, mas ir além apresentando aparatos que possam auxiliar a construção social e histórica das relações entre os gêneros baseadas no respeito e na igualdade (FARAH, 2004). No entanto, vale ressaltar que a emergência das políticas públicas direcionada às mulheres são importantes, e suas elaboração e implantação constituem um marco importante na história de vários países. Deste modo, cabe ressaltar o percurso histórico, marcados pelas representações dos movimentos sociais e feministas nas reivindicações das políticas públicas.

Um marco importante na elaboração das políticas públicas para as mulheres foi em 1948 quando a Organização das Nações Unidas (ONU), em Paris, aprovou a Declaração dos Direitos Universais, no qual seu primeiro artigo versa que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (ONU, 1948), deste modo, a equidade aos direitos das mulheres passaram a ser reconhecidos pelos órgãos estatais, e inicia um longo caminho cercado por luta, reivindicações, acordos assinados, convenções que potencialize a igualdade entre o ser homem e o ser mulher (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

Em 1979 foi realizada a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, no qual definiu o que é a violência contra a mulher como um ato de anulação do exercício dos direitos humanos e liberdades

fundamentais. Assim, a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos realizada em Viana em 1993, foi reconhecida a violência contra a mulher como uma violação dos direitos humanos. Portanto, em 1994 ocorre A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher realizada em Belém do Pará ampliando as discussões e formalizando as discussões no país.

Deste modo, nota-se a importância do tema ser discutido no Estado, por incitar a necessidade de formalização e implementação do nível macro ao micro, para que hajam efetivas mudanças nas estruturas sociais e culturais. Segundo Teles e Melo (2003) as políticas públicas representam um importante instrumento de transformação social e implementação de igualdade de gênero. Assim elas representam o instrumento formalizado para amortizar as desigualdades sociais e garantir os direitos fundamentais de todos os indivíduos.

Importante destacar que a participação do Estado na construção e desconstrução das mudanças ou adequações nas mudanças culturais da sociedade, desde modo, faz-se necessário que o Estado reconheça as demandas - como também sua falha governamental por não considerar a necessidade da política pública - e assuma o papel de agente central na elaboração e implementação das políticas públicas advindos dos mecanismos governamentais.

Com as discussões cada vez mais articuladas na academia, como também nos movimentos, as questões da mulher incluindo a inserção maior delas no mercado de trabalho, vão interessando às agendas políticas e a plataforma do governo. Neste cenário que em 1984 é criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher, tem como objetivo inserir os direitos da mulher na carta constitucional e no texto da Constituinte, como também impulsionar ações direcionadas ao bem-estar ligadas a saúde da mulher, como também fortalecendo as discussões sobre violência contra a mulher.

Segundo Ana Carla Alves e Ana Karina Alves (2013) questões como sexualidade, corpo da mulher e a saúde são publicizadas pelo movimento feminista, criando uma linguagem inovadora carregada de luta e resistência, criando assim, novas práticas sociais criando temas específicos a serem tratados. Segundo Silva (2000):

Nos anos 90, a tendência é a institucionalização dos movimentos sociais, e o movimento de mulheres não foge a regra. Alguns perdem o caráter espontâneo e a-hierárquico e se organizam sob a forma de instituições não governamentais, disseminando-se pelo país financiados por organismos nacionais ou internacionais (SILVA, 2000, p. 8).

Debates sobre a situação da mulher vítima de violência passaram a fazer parte das discussões nos grupos de estudos e enquanto reivindicações dos movimentos. Vários casos

de violência contra a mulher foram denunciados, e com a criação dos canais de comunicação cada vez mais aberto as denúncias como também o apoio implementado por meio das políticas públicas de enfrentamento, casos antigos que chocaram o país no qual os agressores/assassinos foram julgados a partir da Lei de contravenção (prisão simples ou de multa) tornaram-se fomento para a implementação de políticas mais eficazes que garantisse a vida da mulher.

Os movimentos feministas passaram a fortalecer as discussões ressaltando questões que vão além do ato violento de ser, mas, contextualizando no universo sócio/cultural que é promovido através do modelo patriarcal tão presente na sociedade, e compreendendo que a informação que é compartilhada nas esferas da educação básica, auxiliam na desconstrução cultural do machismo e no fortalecimento do respeito à mulher enquanto ser humano.

Ao elevar a discussão na perspectiva machista, considerando os poderes e micropoderes que envolvem as relações, o movimento passa a direcionar as ações de intervenção desde a raiz do problema, ou seja, na educação dentro dos lares, nas escolas e nas comunidades trabalhando com informação preventiva e ao mesmo tempo, ampliando a luta para mais políticas de acolhimento e combate a violência e ao feminicídio.

Côrtes (2012, p. 149) afirma que “a violência doméstica, constitui um problema social que afeta milhares de mulheres cotidianamente em todo o mundo. É uma manifestação que se conceitua como violência de gênero”. A violência acontece no ambiente em que a vítima deveria se sentir segura e acolhida, o agressor usa de vários outros tipos de violência até chegar à física de fato.

Para o agressor, ela apanha pelo simples fato de ser mulher, estar em uma situação inferior e por romper com o controle masculino, por isso, tal violência se constitui de gênero, pois implementa a relação de poder que o homem exerce sobre a mulher. Assim é importante descortinar as questões que envolvem a violência contra a mulher, e desmistificar e desconstruir os estereótipos arraigados nas estruturas históricas da cultura machista.

A cultura patriarcal é envolta de interpretações educacionais e domésticas que se organizam no seio da sociedade propagando a violência como um ato de virilidade masculina e da posição superior e dominação de homens frente às mulheres, e que é concebido como natural (ALMEIDA; BANDEIRA, 2006). Ampliando tal ideia, Foucault (2001) resalta as relações de poder a partir da esfera da violência como uma das formas de manter a estrutura de controle e força sob o outro.

Os movimentos feministas juntamente com as práticas de combate a violência bem como as políticas públicas se apresentam como instrumentos importantes no processo de

fortalecimento e empoderamento das mulheres, para o enfrentamento à violência e para a garantia de sua vida. Os autores reforçam que as mulheres ficam mais vulneráveis a violência e ao feminicídio, quando quebram o contrato de submissão imposto pelo sistema e por seu parceiro (CÔRTEZ, 2012, p. 155).

A partir da década de 1970, os movimentos sociais são marcados por reivindicação acerca das melhorias da qualidade de vida das pessoas (FARAH, 2004). Com ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, como também a insatisfação dos trabalhadores rurais em relação as questões trabalhistas, as mulheres passam a ser vistas como sujeito político dentro do contexto coletivo, encaradas como força reivindicadora de questões reais que atingiam toda sociedade. Neste tocante, no final da década de 70 inicia o primeiro movimento contra a violência à mulher mobilizado pelo movimento feminista com o slogan “Quem ama não mata”, denunciou casos de mortes de mulheres por seus maridos e companheiros.

Este cenário possibilitou a incrementação das políticas públicas para as mulheres, e na década de 1980 é marcada pelo surgimento dos primeiros órgãos que tinham como objetivo o atendimento à mulher em situação de violência. O SOS's constitui um marco sobre política pública para as mulheres, pois foi o primeiro a ter contato direto com a mulher agredida em risco iminente de morte, e como toda primeira experiência, passou por dificuldades por haver um despreparo das profissionais em lidar com tal situação, além de surgirem demandas que estavam além dos objetivos do SOS's (SILVEIRA, 2010).

Incitado pelo movimento das mulheres, o poder público começa a implantar políticas para as mulheres vítimas de violência, segundo Pinto (2003) em 1985 a questão da violência ganha mais força com a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983 e da primeira Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres ambas no Estado de São Paulo, e em 1992 haviam 141 em várias regiões do país. Ainda em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ligado ao Ministério da Justiça.

A partir do conjunto de mobilizações advindo das reivindicações dos movimentos das mulheres é criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983, como parte de questões de envolviam à saúde da mulher, estreitando a relação dos órgãos públicos de saúde com as necessidades da mulher. A partir de então, fatores que envolvem a condição das mulheres, passam a ter demandas sociais, culturais e de saúde pública.

Os centros de referência surgem a partir da experiência com o SOS's, e tem como objetivo realizar orientações e encaminhamentos necessários, com atendimento psicológico, social e jurídico. As casas abrigo também inspiradas no SOS's, mas, com um atendimento

mais direcionado aos casos mais graves de agressão no qual as mulheres estão em risco de morte (SILVEIRA, 2010).

No mesmo ano é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e em 1986 é criada a primeira Casa Abrigo, no Estado de São Paulo pela Secretaria de Segurança Pública, para mulheres que se encontram em situação de risco de morte. Neste tocante, a Constituinte de 1988 teve em sua estrutura a participação das mulheres através de propostas apresentadas ao Congresso em relação à saúde, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra (FARAH, 2004).

No Norte e no Nordeste o movimento tem início a partir de articulações entre as feministas inspiradas em Bertha Lutz em São Paulo e Lolinda Dalton na Bahia, a partir de grupos que encabeçam associações e ONG's na Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Pará. Como enfatiza Ferreira (2011, p. 28.) “os desejos das feministas de socializar ideias, conteúdos, que permitiriam e possibilitaram a visibilidade de questões despercebidas pela sociedade [...] a ação delas trouxe ao público o universo das mulheres, suas bandeiras e luta”, enfatizando temas que envolviam a saúde da mulher, defesa pelo seu corpo, a violência contra a mulher.

Em 2003 é criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com status de Ministério, com esta força e apoio do Governo Federal novas conquistas foram alcançadas. Deste modo, as lutas e reivindicações continuam com o movimento feminista cada vez mais articulado, criando redes e incorporando novas demandas e interações (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

Pode-se destacar, enquanto movimento articulado, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) ocorrida em Brasília em julho de 2004, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) da Presidência da República, que teve como objetivo propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que foi pautado por oito pontos fundamentais: Autonomia das mulheres, laicidade do Estado, Equidade, Igualdade e respeito à diversidade, Universalidade das Políticas, Justiça social, Transparência dos atos públicos, participação e controle social (FONTES; MARCONDES, 2005).

No ano de 2007 foi realizada a II Conferência Nacional com o objetivo de avaliar a implementação dos primeiros resultados do PNPM, e em 2011 tivemos a III Conferência sob um panorama totalmente diferente a I CNPM, conforme destacam a Articulação de Mulheres Brasileiras:

Ali, em 2004, estávamos sob efeito positivo da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM com status de Ministério, orçamento próprio e com vinculação direta à Presidência da República. Conquistamos a almejada reformulação do CNDM, que passou a ter representantes de movimentos sociais eleitos por seus pares, ao invés de escolhidos pela presidência. Hoje, a conjuntura em que acontece esta III CNPM é outra. Estamos em meio ao agravamento da crise internacional do sistema capitalista, crise em nome da qual cortam-se direitos Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas 12 sociais ameaçando ao sistemas universais de seguridade social dos países europeus, enquanto nós estamos aqui querendo universalizar e expandir o acesso a direitos (ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS, 2011, p. 12).

Nessa perspectiva de luta e resistência importante na defesa dos direitos das mulheres brasileiras, é que foi conquistado a implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), aprovada em 2006 no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem esse nome em homenagem a uma mulher que sofreu por muitos anos fortes violências de seu marido.

Cabe reforçar a importância da atuação dos movimentos, como também a articulação dos órgãos encabeçados pelas feministas, como destaca Brasted (2011, p. 15) “impulsionar políticas públicas voltadas para a efetivação da cidadania das mulheres, especialmente no que se refere ao enfrentamento da violência”, foram essenciais para toda conquista da Lei Maria da Penha, esta que adveio da Convenção do Belém do Pará em 1992 que destacou os desafios a serem enfrentados para que a mulher tenha direito a uma vida sem violência. A autora reforça a atuação dos movimentos:

A elaboração e o processo legislativo voltados para a aprovação da Lei Maria da Penha contaram com a capacidade de organização e de mobilização política de organizações e movimentos feministas, que desenvolveram articulações amplas, incluindo articulações com atores-chave do poder político. Esse processo redundou, também, no aprofundamento do debate público sobre a violência de gênero e sobre as limitações do exercício da cidadania pelas mulheres. Significou, ainda, a incidência sobre políticas públicas para além da demanda legislativa. Nesse sentido, a ação de advocacy das organizações e movimentos feministas foi um exemplo de pressão sobre o Estado para retirá-lo do espaço de omissão legislativa em relação aos direitos humanos das mulheres (BRASTED, 2011, p. 16).

A pressão que esses grupos exerceram a partir de articulações e mobilizações sociais, construídas ao longo de 30 anos de lutas e demandas em prol de políticas que defendam uma via digna as mulheres. A partir de então, as políticas de enfrentamento contra a violência em todos os níveis, contra a mulher foram intensificados, como também a exposição midiática dos casos.

Maria da Penha Maia Fernandes, Biofarmacêutica cearense, foi casada com o professor universitário Marco Antônio Heredia Viveros, o qual cometeu violência doméstica durante 23 anos de casamento. Em 1983, Marco Antônio tentou matar Maria da Penha com um tiro de espingarda nas costas enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica. Logo após este atentado à vida de Maria da Penha, Ele (Marco) foi encontrado na cozinha gritando por socorro, dizendo que havia sido atacado por assaltantes.

A segunda tentativa se deu meses mais tarde quando ele tentou eletrocutá-la e afogá-la empurrando-a no chuveiro. Após essa segunda tentativa de matá-la, Maria da Penha não aguentou mais, tomou coragem e o denunciou, saindo de casa devido a uma ordem judicial, iniciando então uma batalha para que o marido fosse condenado. O caso foi julgado duas vezes, mas o advogado de defesa alegou que havia irregularidades no processo, ficando em aberto por alguns anos.

Maria da Penha, então acionou o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe, para Defesa dos Direitos da Mulher. Estes organismos encaminharam seu caso para a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1998. O caso de Maria da Penha só foi solucionado em 2002, quando o Estado Brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela corte de Direitos Humanos. Cabendo ao Brasil se comprometer em reformular suas leis e políticas em relação à violência doméstica contra as mulheres.

Neste cenário, a homologação da Lei Maria da Penha. Até então, todo e qualquer caso de violência que acesse mulheres eram aplicadas apenas as medidas convencionais do código penal brasileiro enquanto crimes de menor potencial ofensivo pautados na Lei 9099/1995, utilizadas e aplicadas como um crime convencional qualquer, embora a constituição de 1988, em seu texto, já havia determinado “que o Estado crie e assegure mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares” (GOMES; BATISTA, 2015). Vale salientar, que a Lei Maria Penha não se aplica apenas a violência física, ela contempla também os casos de violência psicológica, patrimonial, moral e sexual.

Outro marco importante para a luta contra a violência contra as mulheres, foi em 2015 a então presidenta Dilma Rousseff, sancionou a Lei do Feminicídio. Criada a partir de uma recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigou a violência contra as mulheres nos Estados Brasileiros (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2019).

O estudo da Lei Maria da Penha e de outras Leis e documentos correlatos, como a Lei do Feminicídio, os Relatórios de pesquisas atualizados de instituições que militam junto a

causa de violência contra a mulher, dentre outras informações pertinentes ao tema, favoreceu a todos o reconhecimento da importância dessas Leis, serem cada vez mais ressaltadas em toda sua existência e necessidade.

Importante ressaltar que a implantação de Leis sem as constantes avaliações e adequações necessárias, de nada adianta. Ao desenvolver e implantar uma Política Pública de enfrentamento à violência deve ser composta de elementos sociais, culturais, informacionais, econômicos e educacionais para alcançar os objetivos propostos. A simples existência da Lei sem as garantias que as rege, não garante o fim de uma cultura machista de opressão e violência contra a mulher.

Assim, mesmo com todo ensejo da aprovação da Lei em prol de proteção para a mulher, percebemos que as ações que demandam de sua aplicabilidade ainda são incipientes diante da realidade atual. Persiste o medo e a insegurança no tocante a denúncia e suas consequências, a acessibilidade para sua eficácia dependendo do local do domicílio e da zona geográfica em que reside e do enfrentamento da mulher para lidar com as consequências (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2019).

Segundo o Mapa da Violência, a taxa de homicídio de mulheres no Brasil é de 4,8 ao ano, a cada 100.000 habitantes. A Lei Maria da Penha, criada em 2006, e a Lei do Feminicídio, de 2015, buscam diminuir esse número, porém, mesmo com a Lei e as várias políticas públicas de enfrentamento contra a violência, em todos os níveis, os números não vêm diminuindo.

Porém, os dados não devem ser encarados como elementos desanimadores, pelo contrário, hoje tem-se ferramentas de alcance maior contra a violência nunca tido antes, as redes sociais, os canais de comunicação aberta, as Delegacias de Atendimento às Mulheres, as Secretarias da Mulher e as militâncias espalhadas pelo mundo que fortalecem as redes, vêm contribuindo grandemente com a luta e com a implantação de políticas públicas contra o machismo e a violência contra as mulheres.

Deste modo, a produção e a reprodução cultural ocorre através da informação que é absorvida e modificada a partir da construção cognitiva do sujeito conforme destaca Marteleto (1995, p. 4) “O objeto informação, enquanto forma instituída de memória, gestão, distribuição e recepção dos artefatos culturais, é aqui o elemento de ligação entre as dimensões conjuntista-identitária e imaginária”, ou seja, a construção identitária envolto de valores culturais está condicionada ao acesso e uso que o indivíduo têm à informação.

Percebe-se a importância dos movimentos feministas ao atuarem enquanto protagonistas (a partir de articulações políticas e sociais ao demandar dos órgãos públicos a

inclusão de gênero nas agendas) como também antagonistas ao pautar suas demandas com base nas discussões com foco na discriminação e violência de gênero exercida pela sociedade patriarcal por décadas. Como reforça a Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011):

No que tange aos serviços especializados, a rede de atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos Rede de Enfrentamento Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos). Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento. É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Quadro 1: Principais Características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Rede de Atendimento Refere-se somente ao eixo da Assistência/Atendimento Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não especializados). Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Conceito de Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e de Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Rede de Enfrentamento 16 (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante (BRASIL - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2011, p. 15).

A partir do apanhado histórico sobre a construção e implementação das políticas públicas de gênero, percebe-se que houve um redirecionamento de políticas sob dois eixos: o primeiro é de prevenção, que são pautados essencialmente em informação com foco na educação/conscientização e no auxílio da quebra de paradigmas referentes a cultura do patriarcado fundamentados nas relações de poderes e micro poderes que determinam as relações desiguais entre homens e mulheres. O segundo é de enfrentamento, a partir do dispositivo das leis e das políticas que protegem as mulheres que estão em situação de violência e/ou com ameaça iminente à sua vida.

Tendo em vista a discussão apresentada, considera-se importante ressaltar a importância da informação estrategicamente estruturada para ser direcionada aos dois eixos de aplicabilidades das políticas, que estão interligados em níveis estruturais e de atuação. Deste modo, historicamente falando, as políticas são construídas direcionadas aos grupos que se encontram em situações de desigualdades. Deste modo, a partir de tais reflexões, entende-se

que as ações de enfrentamento à violência são Políticas de Informação de Gênero, que são combinadas a partir das ações de prevenção e de enfrentamento como atividades necessárias e complementares que vão construir pilares fundamentais a igualdade e o respeito de gênero.

Como afirma Foucault (1988, p. 104) [...] “lá aonde há poder, há resistência [...]”, desta forma, historicamente mulheres e homens comprometidos com a igualdade de gênero vêm atuando para que o Estado se comprometa com o enfrentamento a violência doméstica e familiar, a partir da implantação de políticas públicas direcionadas às mulheres.

As questões sociais que emergem da sociedade são essencialmente baseadas em contratos sociais, políticos e culturais regidos por informações carregadas de valores morais e éticos que permeiam as comunidades, tais elementos compõem os processos de formação do sujeito social tanto na esfera individual quanto na coletiva. A mobilização dos sujeitos nas esferas culturais e sociais, são determinados pela realidade nos quais estão inseridos, deste modo, o empoderamento é visto uma atividade que eleva o indivíduo a alcançar metas e objetivos, conduzindo-o ao conjunto de conhecimentos capaz de tonar partícipe de sua própria história.

Compreende-se o protagonismo no contexto de luta e resistência pautadas em ações que advém do empoderamento individual e coletivo fazendo com que o sujeito se torne ator ativo no enfrentamento aos problemas sociais e culturais advindos da sociedade, pautados na potência transformadora regidas pela resistência. De acordo com Gomes (2019, p. 12) “o protagonismo social é uma conduta, uma postura, um modo de existência que envolve todas as esferas da vida humana [...] que inclui o objeto informação”. Resistência, luta e poder são elementos de suma importância para o protagonista que busca a transformação da realidade.

Segundo Perrotti (2017) o sentido da palavra denota a força que rege os interesses sociais que percorre a história das civilizações (Proto = primeiro e Agoniste = o que luta), sendo assim, protagonista assume o papel de ser que estará lutando para superar as dificuldades partindo da justiça social coletiva. O autor reforça que para o protagonista importa reagir, lutar e superar o fazer vazio do desequilíbrio social que a exclusão e a discriminação envolve.

O protagonismo exige do indivíduo força e determinação para construir e buscar o sentido para sua vida, deixando de lado a posição de vítima e romper as condições adversas da vida social. Conforme destaca Perrotti (2017, p. 15) “protagonistas assumem a luta pela construção, pela criação, como atitude face ao mundo. Lutar mais que enfrentamento contra, é o modo de ser e de estar, de produzir e cuidar de um mundo comum [...]”, ou seja, o protagonista ao buscar sua essência pessoal para o sentido de viver, consegue modificar a

percepção, como também o ambiente no qual vive por meio da postura, do modo de ser e pensar reestruturado.

O protagonismo se torna social por abranger por “representar a mudança de conduta, uma postura que envolve diversas esferas e dimensões sociais da vida” (GOMES, 2019, p. 14), abrange os elementos sociais e culturais conduzindo mudanças comportamentais, éticos e morais do ser social. E a informação age enquanto elemento essencial que irá conduzir as mudanças cognitivas e provocar as mudanças comportamentais individuais e coletivas, que conduz a necessidade de interação entre os indivíduos, conforme destaca Gomes (2017) no protagonismo social é necessário a interação no espaço político e social de troca e intersubjetividade.

Compreende-se a importância da informação no estado cognitivo, no qual, o usuário passa ser o centro determinante de todo o processo, ampliando a discussão a partir das Teorias Cognitivas, que destacam os estudos acerca do conhecimento humano, que destacam a interação, a construção e a mudança enquanto elementos ligados aos processos mentais e comportamentais ligadas aos desenvolvimentos cognitivos que motivará as mudanças sócio/culturais dos indivíduos e do meio. Como destaca Evedove e Fujita (2013, p. 59) “[...] analisar o sujeito enquanto ser pensante dentro do meio que o cerca para que o processo de conhecer ocorra de maneira mais proveitosa e satisfatória”. Nessa perspectiva, o protagonismo surge como consequência desse processo de reestruturação cognitiva e consequentemente comportamental.

Neste viés, aponta-se o protagonismo dos movimentos feministas como também das organizações sociais, ao reivindicar o espaço da mulher nas estruturas sociais, econômicas e culturais da sociedade, como também, a equidade dos direitos que foram historicamente negados ou diminuídos por estarem sujeitas a culturas patriarcais e em relações de poder que impediam de ser protagonista de sua própria história.

As reivindicações do movimento e das organizações sociais, para a inclusão da agenda de gênero, intercaladas por políticas públicas que motivassem a inclusão das mulheres nos vários segmentos sociais, como também estabelecer garantias aos direitos, foram conquistas advindas do protagonismo das feministas e dos movimentos sociais. Assim, fazer com que o Estado percebesse a mulher enquanto sujeito político e coletivo, a partir das demandas e necessidades nos espaços públicos e privados, como as desigualdades sociais, direito a creches, saúde da mulher, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher, foram temas específicos advindos do protagonismo do movimento de mulheres e feministas (FARAH, 2005).

A inclusão da agenda de gênero nas pautas políticas possibilitaram a constituição de vários programas e ações que com o tempo foram ampliando em torno de debates que foram pleiteados em busca de institucionalizar as demandas que partiam das mulheres e dos movimentos feministas, como também, dos órgãos internacionais que pressionavam o país para que firmassem compromisso por meio de políticas que garantissem os direitos da mulher. Com o tempo, tais demandas contribuíram para que os movimentos de mulheres e feministas tivessem espaço privilegiado na luta pela “superação da desigualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira” (FARAH, 2005, p. 130).

O crescente número de casos de violência à mulher, se torna uma das principais reivindicações a partir da década de 80, passa a demandar dos movimentos e organizações, articulações políticas e jurídicas que motivassem o Estado a estabelecer ferramentas que resguardassem a vida da mulher. E assim foram criadas várias políticas e redes articuladas para atender e acompanhar a mulher em situação de violência, como as Casas Abrigo, as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, os Centros de Referência, a Lei Maria da Penha, a Lei do feminicídio, dentre outras ações articuladas em segmentos Estaduais e Municipais para dar suporte as Leis e as políticas voltadas para a mulher em situação de violência.

5.3 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTAS PARA O EMPODERAMENTO FEMININO

Nas últimas décadas a discussão acerca da violência contra a mulher é destaque nas mídias, fazendo com que a sociedade preste mais atenção aos índices alarmantes e cobrem dos poderes públicos soluções rápidas e eficientes. O poder público e a sociedade vêm tomando consciência para a necessidade da elaboração e efetividade de políticas públicas, com intuito de trazer soluções para os problemas que advém da sociedade, considerando o direito à vida e a liberdade enquanto fundamentais ao ser humano independente do gênero, cor ou raça.

A partir de então, debates sobre violência contra as mulheres tornaram-se mais presentes nos ambientes sociais, políticos e especialmente no jurídico ajudando a reforçar a necessidade que se tratasse o assunto como problema de saúde pública nacional. A partir daí as políticas públicas no enfrentamento a violência contra as mulheres passam a se institucionalizar expandindo para os estados e municípios.

As políticas públicas de enfrentamento a violência têm como características ações de responsabilidade social, que são constituídas de intervenções contínuas com metas e objetivos

a serem alcançados à médio e longo prazo, que explanem toda a comunidade por meio de processos de mudanças sociais e culturais para a sociedade.

Tais políticas são imprescindíveis para promover o empoderamento e auxiliar as mulheres a romperem com o ciclo de violência no qual se encontram. As delegacias, as casas abrigo, os centros de referências são órgãos que trabalham formas diferentes de proteção e fortalecimento da mulher que encontra-se fragilizada. Os relatos de violências são diversos, e conhecê-los faz com que a sociedade compreenda a importância de reivindicar do poder público políticas cada vez mais fortes para enfrentar a violência.

Deste modo é importante apresentar a participação das organizações e movimentos sociais de mulheres e feministas no que tange a discussão sobre a condição da mulher e as questões de gênero na Paraíba corroborando com as demandas nacionais e internacionais.

Como abordado em capítulos anteriores, os movimentos de mulheres e feministas apresentaram importantes contribuições as demandas sociais, políticas, econômicas e culturais sobre as questões da mulher. Por meio de organizações articuladas promoveram encontros nacionais que fortaleceram os movimentos como também estimularam a criação de novos grupos espalhados pelo país. Inspirados pelos movimentos, eventos internacionais e discussões sociais, o movimento de mulheres ressurgiu no Brasil a partir da década de 70 sob o regime militar, e assim, questiona os direitos, a voz e a liberdade social usurpadas pelo regime ditatorial exercido.

Os Encontros Nacionais foram marcados por vozes feministas, que a partir de reflexões e discussões pautadas em debates e oficinas, que vinham do cotidiano e das dificuldades pessoais que sentiam a partir de experiências como discriminação, espaços para trabalharem no setor público e privado, saúde, direitos sociais e políticos, violência dentre outros.

Neste sentido, a década de 80 foi marcada pela unificação do movimento nacionalmente, por meio a institucionalização dos Encontros anuais. Em 1980 por meio do Encontro espontâneo por não haver uma convocação, porém, caracterizou-se pela formação de grupos de auto-consciência e interessadas em compartilhar questões que as inquietavam. Em 1981, é marcado pelo Encontro Nacional em Salvador, apresentando-se de modo mais organizado e fortalecido, unificou temas de interesse coletivo incluindo a violência contra a mulher. E assim, anualmente, foram acontecendo os eventos fortalecendo a integração e buscando ampliar as discussões fomentando nos anos seguintes o fortalecimento da Rede (ABATH; IRELAND, 1999). O quadro abaixo apresenta uma linha de tempo dos Encontros Nacionais feministas referentes a década de 80 e 90.

Quadro 1: Encontros Anuais Feministas / 1980 - 1990

1980	•Discriminação contra a mulher/fortalecimento de grupos - Rio de Janeiro (RJ)
1981	•Violência contra a mulher - Salvador(BA)
1982	•Saúde da mulher; Condições da mulher - Campinas(SP)
1983	•Violência contra a mulher ; Criação de coletivos em vários locais- Brasília (DF)
1984	•Não possui informação em destaque - USP(SP)
1985	•Concentrado na criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; dar visibilidade à mulher - Belo Horizonte (MG)
1986	• - Petrópolis (RJ)
1987	• Direito dos trabalhadores rurais, trabalhadoras domésticas, racismo e prostitutas - Garanhuns (PE)
1988	• Distribuídas em 82 oficinas com temas diversificados ; lançou a campanha "Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher" - Bertioga (SP)
1990	• Gênero com diversidade no país da exclusão; participação das mulheres negras - Caldas Novas (MG)
1997	•Resgate da história do movimento feminista; combate à violência contra a mulher ; campanha para a regulamentação do aborto legal - Salvador (BA)
2000	•As mulheres e a construção da identidade do país - João Pessoa (PB)

Fonte: Adaptado de Santiago, Santos e Moreira (2013).

Foram nesses espaços, recheados de interação, autoconsciência e compartilhamento que a mediação da informação surge como sustentáculo no processo de empoderamento para alcançar as demandas desejadas. Segundo Gomes (2019, p. 16) “a apropriação da informação é sustentáculo do processo de conscientização, de domínio do conhecimento e do exercício da crítica, para a construção do sujeito protagonista”, ou seja, as dimensões do empoderamento e protagonismo das mulheres aconteceriam a partir da comunicação mediada pelos projetos e ações vindos das organizações sociais coordenadas por ativistas empoderadas e protagonistas em busca da equidade social de gênero.

A mediação da informação trabalha a partir da ação do exercício crítico desenvolvendo estratégias de comportamento e potencialidades individuais e coletivas agindo como elemento formativo, e assim, o mediador atua como agente político enquanto caminho para fazer com que as mulheres busquem o romper do ciclo da violência doméstica e reconstruam suas vidas (GOMES, 2019). Enfatiza-se a intrínseca relação do ato de mediar com os elementos éticos atenuantes e pertencentes a cada indivíduo, tais limites precisam ser

observados e assegurados de modo que não interfira no desenvolvimento das ações desenvolvidas.

Na Ciência da Informação a mediação tornou-se não só campo de estudo, mas, principalmente, prática profissional em espaços que tratam e disseminam a informação. Para esta pesquisa, a mediação é entendida como uma ação capaz de criar e construir significados, e independente dos recursos utilizados para prover o intercâmbio de informações. O ato de mediar inclui também o de interferir, contribuindo na transformação daquilo que está sendo mediado.

Etimologicamente, a palavra “mediador” deriva do latim *mediator*. O termo “mediador”, então, origina-se de *mediari*, que significa intervir, colocar-se em duas partes, de *medius*, “que está no meio ou entre dois pontos” (CUNHA, 2007, p. 509). Para o francês Jean Davallon (2007, p. 5), essa concepção faz parte de uma conceituação de puro “uso comum, uma primeira utilização que se divide entre o senso científico e o senso comum”. No entanto, esse termo recebe diversos conceitos, já que “cada domínio de investigação possui o seu próprio uso – ou mesmo a sua própria definição – de mediação” (DAVALLON, 2007, p. 10).

Dessa forma, as terminologias mediação, mediações, mediador e mediando podem ser vistas em diferentes concepções e discursos variados, dependendo do campo de estudo que esteja sendo empregado, tornando simples a apropriação do termo. Por outro lado, a variada extensão de estudos sobre o assunto e do uso que se faz do mesmo termina por ocasionar uma ausência de precisão.

Em áreas correlatas à Ciência da Informação, como, por exemplo, a Comunicação Social, a mediação é abordada como procedimento essencial para construção social da informação, assim como meio de distribuição e divulgação da mesma. Autores como o francês Jean Davallon, o espanhol Jesús Martín-Barbero e a brasileira Lúcia Santaella, dentre outros, são nomes bastante citados em pesquisas que abordam a temática. Além dos autores supracitados, alguns estudiosos da Ciência da Informação como Almeida Júnior, Malheiros e Sueli Bortolin, estão em constante diálogo sobre a temática.

De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 92), a mediação da informação significa “Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional”. Ainda de acordo com o autor, a mediação da informação inclui dois fatores fundamentais: a apropriação da informação que é inerente ao processo de produção/disseminação da informação e interferência que é inerente aos procedimentos de

como a informação será destinada ao usuário.

Destarte, a mediação da informação na CI tem como objetivo facilitar o acesso e compreensão da informação, visando à transformação de uma dada situação ou à solução de problemas. Antes de ser simplesmente uma “ponte” que liga duas pontas fixas com intuito de prover a comunicação, a mediação de informação na CI deve ser concebida como ação representativa na produção do conhecimento.

Neste sentido, como consequência das práticas de mediação da informação, o empoderamento vai se constituir a partir de aspectos cognitivos e emocionais que serão administrados através das relações entre os sujeitos respeitando os aspectos sociais, culturais e econômicos que entrecruzam com as políticas de informação de gênero elaboradas para alçar as mudanças necessárias. Segundo Kleba e Wendausen (2009) “processo e produto se imbricam” submetendo as relações de opressão e violência.

O protagonismo da mulher se dá quando ela rompe com o poder e/ou micropoderes de que instalam na relação abusiva, conforme Foucault (1994) o poder não acontece de modo isolado, mas a partir de espaços diversos onde se localizam elementos que potencializam em forma de rede as práticas agressivas tanto no viés psicológico quanto físico. Quando a mulher está em um nível de empoderamento, ela decide romper estes espaços de poder, e assim buscar novas formas de viver. Vale ressaltar que o empoderamento não é rígido, ou seja, as políticas – em suas aplicabilidades - não garantem que a mulher volte a adentrar em um relacionamento abusivo, pois, os componentes que permeiam tais relações são subjetivos, cognitivos e comportamentais.

A formação de grupos acadêmicos de bairros, organizações, associações rurais e de sindicatos que defendiam e demandavam o espaço e os direitos das mulheres na Paraíba, foram de suma importância para a implementação das políticas públicas de gênero. Nomes como Anayde Beiriz, Elisabeth Teixeira e Maria Margarida Alves se destacaram enquanto mulheres emblemáticas que quebraram paradigmas. Nesta perspectiva, durante o regime militar três grupos foram destaques no Estado: O Grupo Feminista Maria Mulher criado em 1979, o Grupo Raízes em 1984 e a União de Mulheres de Cruz das Armas em 1986, “a temática abordada pelos três era a saúde da mulher que estava emergindo nesta ocasião dentro do movimento” (ABATH; IRELAND, 1999, p. 7).

As principais atividades desses grupos são pautadas em palestras sobre a saúde da mulher, trabalho e violência, como também cercam temas que surgem a partir de demandas por elas apresentadas que se torna interesses que representam a maioria. Segundo Abath e Ireland (1999) asseveram que a agenda se desenvolvia em torno de dois eixos: 1- luta por

necessidades imediatas referentes a saúde e emprego, 2- luta por necessidades mais gerais como equidade de direitos, discriminação, violência e o direito ao aborto. Percebe-se que as atividades nos dois eixos abordados, giravam em torno da informação enquanto elemento trabalhado de modo a suscitar a mudança comportamental, utilizando mulheres empoderadas e articuladas como mediadoras.

A Paraíba, apesar de ter sido um dos estados pioneiros na elaboração de políticas públicas de combate a violência contra a mulher, ainda se faz necessário a constante discussão para o combate à cultura machista. No referido Estado, os índices de violência são bastante expressivos, de 2009 a 2018 os casos não tranquilizam a população feminina, os índices são fortes e assustam. Segundo Governo do Estado, de 2009 a 2018, um total de 1.083 mulheres foram assassinadas. Em 2018, o número chegou a 84 mortes. Os dados oscilam bastante, mas a maior alta foi no ano de 2011, com 146 mulheres vítimas de crimes violentos e letais. Embora, segundo o Governo da Paraíba, tenha havido uma redução de 29% nos casos desde 2010, os números mostram que não há um controle dos casos. Além disso, o mês de janeiro de 2019 também foi marcado pela violência contra a mulher (SEDS, 2019).

Entre 2015 a 2017 há uma significativa diminuição dos casos de violência seguidos por morte, com 113 mortes em 2015, caindo para 97 em 2016, diminuindo ainda mais em 2017 para 78 casos registrados, porém em 2018 o índice sobe um pouco para 84, porém, ainda representa uma diminuição (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Destarte, mesmo diante da redução, os números continuam a preocupar as autoridades paraibanas fazendo com que as políticas de enfrentamento sejam reforçadas no Estado.

Vários elementos podem ser encontrados a partir dos dados acima, desde a cultura do patriarcado no Estado ser forte e abrangente, estando em todas as classes sociais, e até mesmo em casos isolados e específicos de violência. Cabe ressaltar a importância de que todos (as) se envolvam com a criação e a execução das políticas, tanto os atores – políticos, administrativos e sociais – como a sociedade em geral necessitam participar da elaboração e da execução para que a mesma surta o efeito esperado.

Segundo o Anuário de Segurança Pública da Paraíba, o mês de janeiro de 2019 foi marcado pela violência contra as mulheres, “pelo menos 19 casos de violência contra a mulher, entre eles feminicídio, violência doméstica, abusos e assédios, marcaram o mês de janeiro” (ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Dados expressivos que incitam o medo na população.

Diante de tal contexto, o Estado da Paraíba vem desempenhando um importante papel na construção de políticas públicas com o objetivo de fortalecer o combate a violência contra

a mulher. De acordo com a Secretária da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana Estadual Gilberta Soares, políticas públicas estão sendo implementadas no sentido de dar apoio às mulheres em situação de violência.

Segundo ela, há políticas nas áreas de repressão a esses crimes, em parceria com a Secretaria de Segurança e Defesa Social, incluindo o aumento para 14 Delegacias da Mulher em todo o Estado e o SOS Mulher, dispositivo que mantém o contato da vítima diretamente com a Polícia. Também destacou a implantação da “Patrulha Maria da Penha”, em que a Polícia Militar fará visitas às mulheres com medidas protetivas, no sentido de dar segurança às vítimas ameaçadas. Além dessas ações, Gilberta destacou as casas e centros de apoio às vítimas de violência doméstica, como a Casa Abrigo em João Pessoa e o Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes em Campina Grande. Conforme Gilberta, outro centro de apoio está sendo implantado na cidade de Sumé, Cariri Paraibano (SOARES, 2019, entrevista).

Na Paraíba os movimentos feministas e grupos de apoio reivindicaram do poder público, mais políticas públicas que atendessem diretamente as demandas das mulheres no que tange o enfrentamento à violência, a equidade de gênero, a discriminação e o preconceito contra as mulheres. Em 2008, o Governo Estadual atende as demandas para assinar o Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher junto ao Governo Federal e com este acessar recursos de fomento a política para mulheres, especialmente na área de violência contra mulher. A adesão não aconteceu, deste modo, elaborou-se o Plano Estadual de Enfrentamento a Violência contra a Mulher do Estado da Paraíba, nesse contexto, foi instalado o debate para criação da Secretaria da Mulher e a reestruturação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM).

Em meados de 2009, foi desenvolvido o Programa Estadual de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba, vinculado a Casa Civil do Governador. Em março de 2010, foi criada a Secretaria Especial de Estado de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba, através da medida provisória n. 149, transformada em lei pelo poder executivo em abril do mesmo ano, através do Decreto n. 9.077/2010. O mecanismo não tinha status de secretaria de estado. Nesse mesmo ano, foi assinada a adesão ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher mediante a presença da Ministra de Políticas para Mulheres, Nilcéa Freire (SECRETARIA DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA, p. 1).

Em 2010, sob nova gestão, é criada a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana,

com o objetivo de orientar, apoiar, coordenar, acompanhar e executar políticas públicas para mulheres, população negra, comunidades tradicionais

e população LGBT. A Secretaria conta com a Gerência de Equidade de Gênero, Gerência de Direitos Sexuais e LGBT e a Gerência de Equidade Racial. Aporta o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) e o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) (SECRETARIA DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA, p. 1).

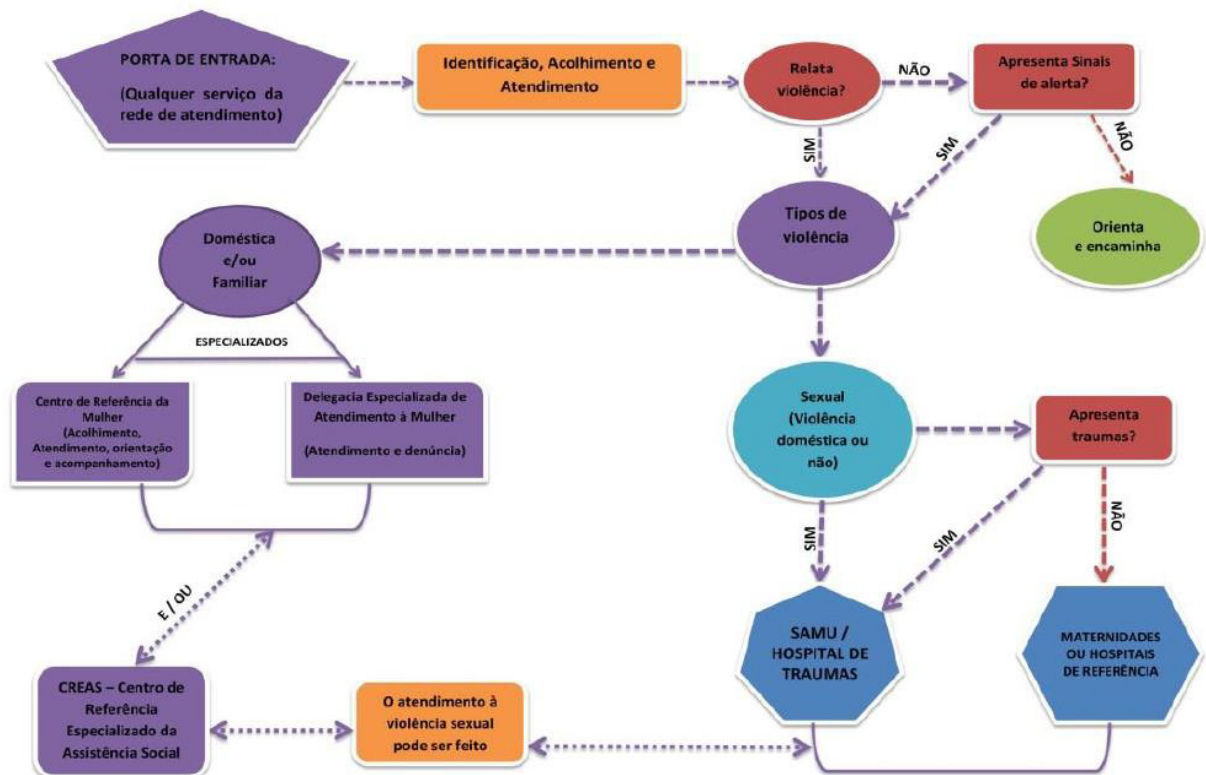
A partir de então com a Secretaria ligada diretamente a Casa Civil e partícipe do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência, as políticas públicas se intensificam ficando mais articuladas e alinhadas ao plano nacional, estadual e municipal combinados em redes integradas com grupos e movimentos feministas.

A Secretaria tem competência Orientar, apoiar, coordenar, acompanhar e executar programas e atividades voltadas à implementação de políticas, diretrizes e ações governamentais para mulheres, população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), população negra, comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ciganos/as e comunidades de terreiro) e de promoção da igualdade racial e de gênero e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos, LGBT e de mulheres afetadas por discriminação de gênero, racial, de orientação sexual e demais formas de intolerância (SECRETARIA DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA, p. 1).

As políticas públicas de gênero da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana são: os serviços – Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes; Casa Abrigo Ariane Thays e Patrulha Maria da Penha são mediadas ou executadas através da Gerência Executiva de Equidade de Gênero, nos quais articulam-se campanhas anuais e pontuais de enfrentamento à violência contra a mulher. Neste sentido, ainda existem as redes de enfrentamento que articulam-se com associações, ONG's, Tribunal de Justiça da Paraíba, Polícia Civil e Militar, OAB/PB, Universidade Federal e Estadual da Paraíba e implementam as ações embasadas em dados quantitativos de violência contra a mulher.

A figura abaixo identifica o fluxo de atendimento da rede especializada da mulher em situação de violência doméstica e familiar, e apresenta cada etapa do acolhimento até os encaminhamentos que a rede oferta enquanto serviços que compõem a política pública do Estado da Paraíba para as mulheres.

Figura 1: Fluxo de atendimento da rede especializada em violência doméstica e familiar na Paraíba.



Fonte: Andrade et al. (2019, p. 18).

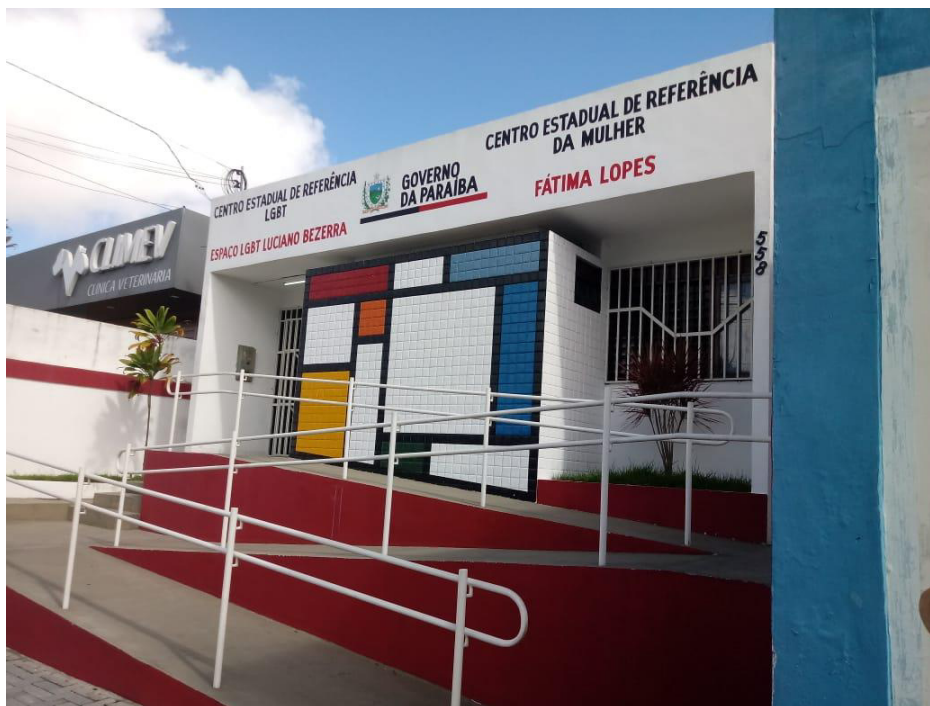
Deste modo, pondera-se que os movimentos de mulheres e feministas, por meio das organizações por elas criadas, desempenharam papéis fundamentais e importantes para a constituição das políticas públicas de gênero, por institucionalizar e dar força as demandas reais advindas da condição da mulher na sociedade brasileira. Mobilizou o Estado a incluir na agenda, políticas públicas que beneficiassem as mulheres tornando-as visíveis na sociedade preconceituosa e discriminatória que vivem.

5.4 CENTRO ESTADUAL DE REFERÊNCIA DA MULHER FÁTIMA LOPES

O Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, desempenha importante papel enquanto articuladora, mediadora e executora das políticas públicas e as ações que são implementadas. Foi inaugurado em dezembro de 2012, em Campina Grande e está vinculado a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), atua como um mecanismo específico de política pública de prevenção e enfrentamento a violência

doméstica, com atendimento psicológico, social, jurídico de orientação e informação às mulheres em situação de violência doméstica e sexual. Abaixo uma foto da fachada do prédio.

Figura 2: Fachada do prédio do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes



Fonte: Própria da pesquisa, 2019.

O Centro tornou-se o espaço onde as mulheres são acolhidas e/ou encaminhadas para o atendimento especializado, nos quais encontram serviços especializados que lhe ajudam a romper o ciclo de violência o qual estão inseridas. Assim, “[...] os centros têm, entre seus objetivos, a discussão da construção social do papel das mulheres e da construção da subalternidade; e a recuperação da cidadania, autoestima e confiança nas próprias percepções e decisões [...]” (SILVEIRA, 2006, p. 64). O quadro 2 apresenta o quantitativo de mulheres atendidas pelo Centro desde 2012 (ano em que foi criado), até meados de 2018, no qual receberam apoio contínuo dos profissionais. Segundo a Coordenadora do Centro, “a mulher eu procura o serviço é acolhida por uma equipe multidisciplinar que escuta, atende e encaminha para outros serviços da rede, quando necessário”.

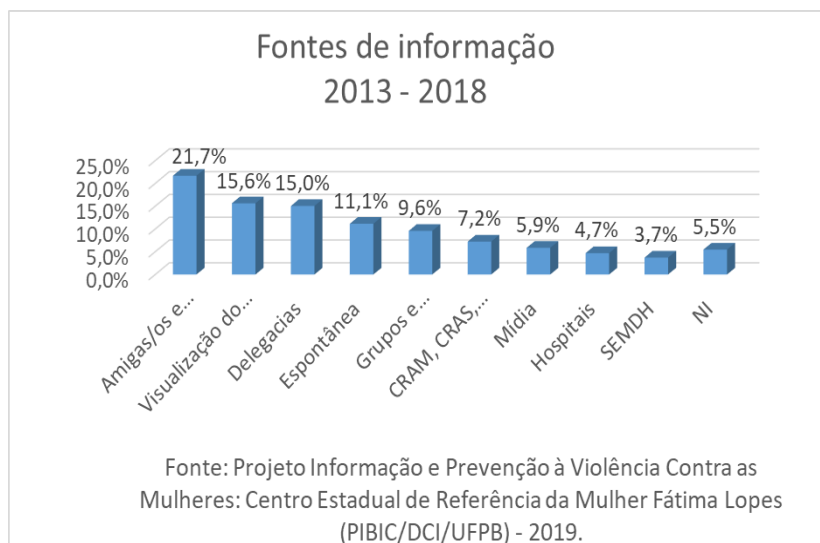
Quadro 2: Mulheres atendidas pelo Centro

Quantidade de mulheres atendidas pelo CREMFL (2012-2018)	
2012	6
2013	93
2014	76
2015	90
2016	87
2017	93
2018	195
TOTAL	640

Fonte: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (2019).

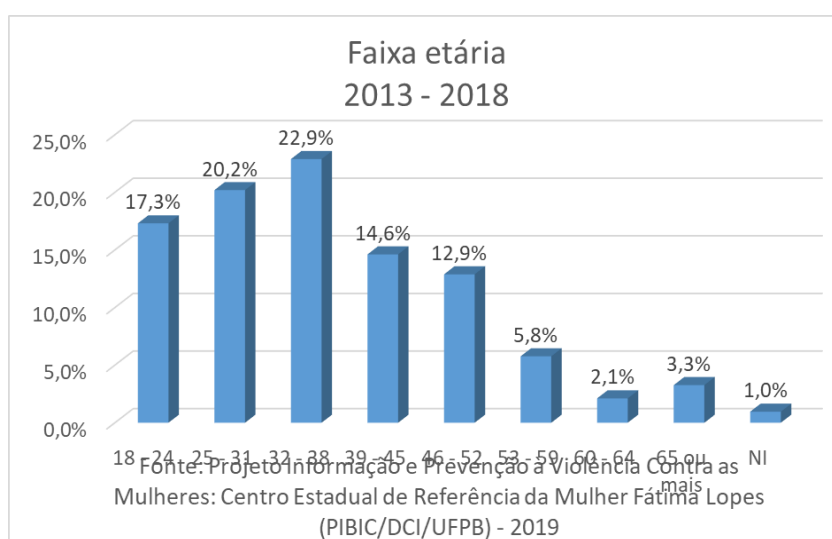
Desse quantitativo de atendimentos apresentados pelo Centro, 21 mulheres foram encaminhadas à Casa Abrigo por estarem em risco de morte e necessitarem de proteção do Estado para preservar sua vida. Além do atendimento in loco, o Centro realiza atividades em cidades da região por meio de atividades educativas de prevenção e qualificação profissional, mobilizar e articular as redes de atendimento de atendimento locais, promove atividades de divulgação e prevenção integrando campanhas nacionais e estaduais.

Dados adquiridos a partir do projeto de PIBIC coordenado pela professora do Departamento de Ciência da Informação/UFPB Dra. Gisele Rocha Cortês, apresentou variáveis que auxiliam o Centro a estabelecer perfis mais precisos das mulheres em situação de violência, que buscaram o atendimento nos períodos de 2013 a 2018, com o objetivo de romper o ciclo. Os quadros abaixo apresentam as fontes de informação apontadas pelas mulheres ao buscar os serviços do Centro, a faixa etária, escolaridade, caracterização étnico racial, situação no mercado de trabalho, relação com o autor da violência, local da violência e tipo de violência.

Gráfico 1: Como as mulheres encontraram o serviço do Centro

Fonte: Projeto Informação e Prevenção à violência contra as mulheres: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (PIBIC/DCI/UFPB) – 2019.

A partir dos dados apresentados no quadro acima, percebe-se que a informação passada pelas pessoas a partir de outras fontes de informação adquiridas, destacando-se as informações advindas de outras pessoas como também a visualização do Centro, por se localizar no centro e no entorno hospitalar, foram primordiais para as mulheres buscarem os serviços do Centro.

Gráfico 2: Faixa etária

Fonte: Projeto Informação e Prevenção à violência contra as mulheres: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (PIBIC/DCI/UFPB) – 2019.

O quadro acima apresenta a faixa etária de mulheres que estavam em situação de violência quando buscaram ajuda no Centro e/ou foram encaminhadas para atendimento. Percebe-se que as mulheres entre 32 e 38 anos estão mais propensas a violência doméstica.

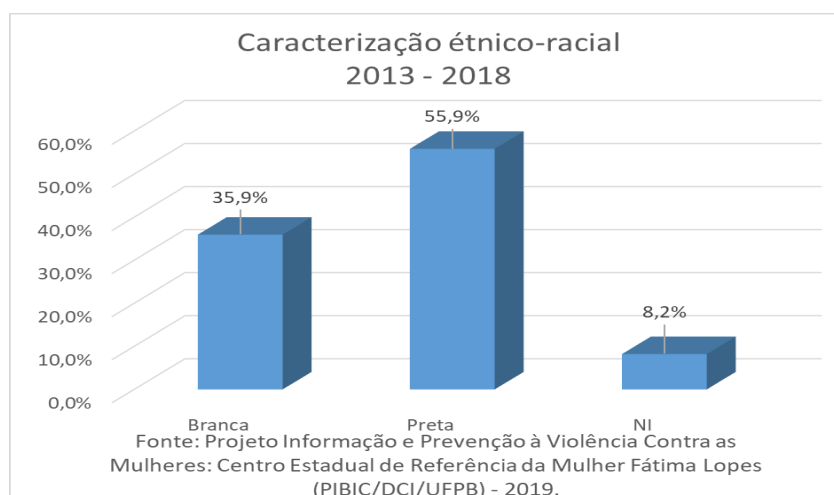
Gráfico 3: Escolaridade das mulheres



Fonte: Projeto Informação e Prevenção à violência contra as mulheres: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (PIBIC/DCI/UFPB) – 2019.

Os dados acima indicam que as mulheres que possuem o ensino médio completo foram as que buscaram os serviços de atendimento do Centro, por estarem em situação de violência doméstica.

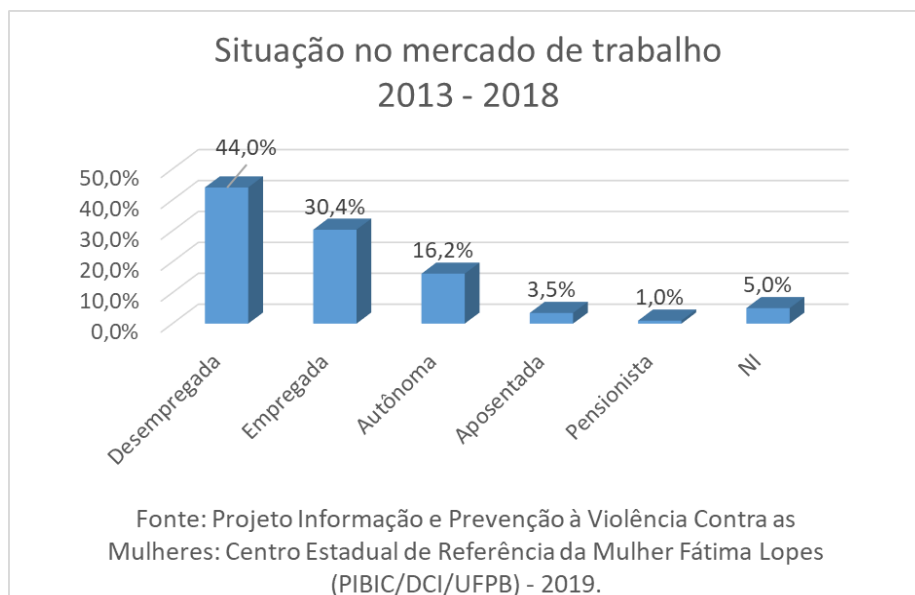
Gráfico 4: Caracterização étnico-racial



Fonte: Projeto Informação e Prevenção à violência contra as mulheres: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (PIBIC/DCI/UFPB) – 2019.

As mulheres negras são as que estão mais vulneráveis a situação de violência doméstica, segundo os dados obtidos pela pesquisa.

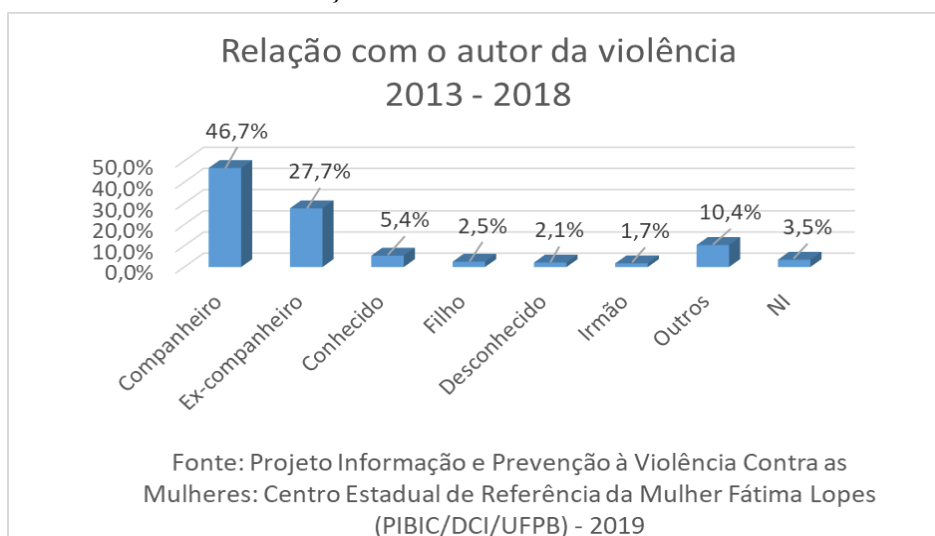
Gráfico 5: Situação no mercado de trabalho



Fonte: Projeto Informação e Prevenção à violência contra as mulheres: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (PIBIC/DCI/UFPB) – 2019.

As mulheres desempregadas, por estarem economicamente dependente do companheiro, geralmente, estão mais propensas a violência doméstica por não possuírem segurança financeira para poder sair de dentro de casa. Na maioria dos casos, tais mulheres têm filhos, e ficam com medo de prejudicar as crianças.

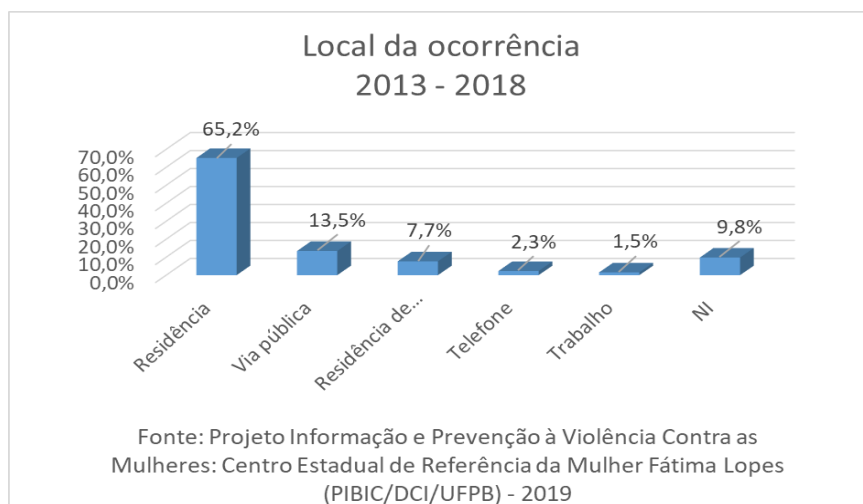
Gráfico 6: Relação da mulher com o autor da violência



Fonte: Projeto Informação e Prevenção à violência contra as mulheres: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (PIBIC/DCI/UFPB) – 2019.

Na maioria dos casos de violência doméstica, a mulher é agredida pelo companheiro, ou seja, pela pessoa que convive dentro de casa. Os dados da pesquisa comprovam que 46,7% quase a metade dos atendimentos foram com mulheres agredidas pelo companheiro.

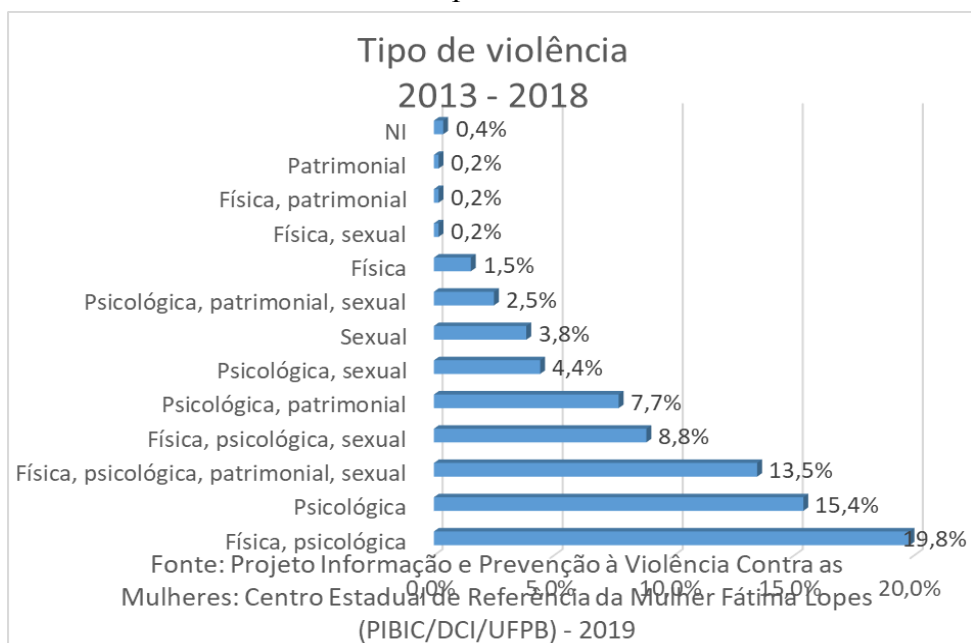
Gráfico 7: Local da ocorrência da violência doméstica



Fonte: Projeto Informação e Prevenção à violência contra as mulheres: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (PIBIC/DCI/UFPB) – 2019.

A própria residência é o local mais comum onde ocorre a violência, segundo os dados acima, 65,2% a mulheres atendidas pelo Centro relataram que as agressões ocorreram dentro de casa, geralmente na presença dos filhos.

Gráfico 8: Tipos de violência doméstica



Fonte: Projeto Informação e Prevenção à violência contra as mulheres: Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (PIBIC/DCI/UFPB) – 2019.

A violência psicológica e a física são os tipos mais comuns de violência no qual as mulheres que foram atendidas pelo Centro relataram, entre os anos de 2013 e 2018.

A partir dos dados apresentados, percebe-se a importância da constituição e implementação das políticas públicas para as mulheres em situação de violência doméstica, por buscarem a proteção e defesa das mulheres submersas a cultura machista que destroem sua autoestima, machucam seus corpos e ceifam suas vidas. As mulheres precisam ter o direito à vida e a dignidade humana resguardado e garantido pelo Estado, tendo em vista, os dados alarmantes apresentados anualmente.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com o objetivo de conhecer, descrever, analisar e refletir acerca da problemática em estudo, a qual transita em torno da compreensão de como as políticas públicas de gênero estruturadas em estratégias de organização, controle, distribuição e inclusão atuam como mediadoras no empoderamento e protagonismo das mulheres em situação de violência doméstica, utilizamos a entrevista semiestruturada, gravada e transcrita conforme falada pelo respondente. A metodologia empregada foi a História Oral, com ênfase na história de vida. Todo o processo foi realizado com base nos preceitos desse método, uma vez que, quando o pesquisador decide usar as fontes orais, é preciso ter em mente que a:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento de condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição [...] autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2017, p. 15).

Assim, o capítulo apresenta as entrevistas feitas com a duas mulheres que compõem a Gestão da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, nas figuras da Gerente da Equidade de Gênero, a Coordenadora das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) na Paraíba, bem como da Coordenadora e da Psicóloga do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, que representam essas instituições articulando e implementando as políticas públicas de gênero. Além disso, são apresentadas as histórias de vida de quatro mulheres que sofreram e/ou sofrem violência doméstica, atendidas e acompanhadas pelo Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes.

Como forma de preservar a identidade dos sujeitos ao tornar públicos seus relatos de vida pessoal e profissional, os interlocutores serão identificados por nomes fictícios, atribuídos após as entrevistas realizadas.

As entrevistas e os relatos foram analisados tomando por base as categorias pré-estabelecidas para direcionar do melhor modo as entrevistas, que posteriormente foram transcritas e analisadas. Assim, a análise ocorreu corroborando as falas dos sujeitos com o referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores.

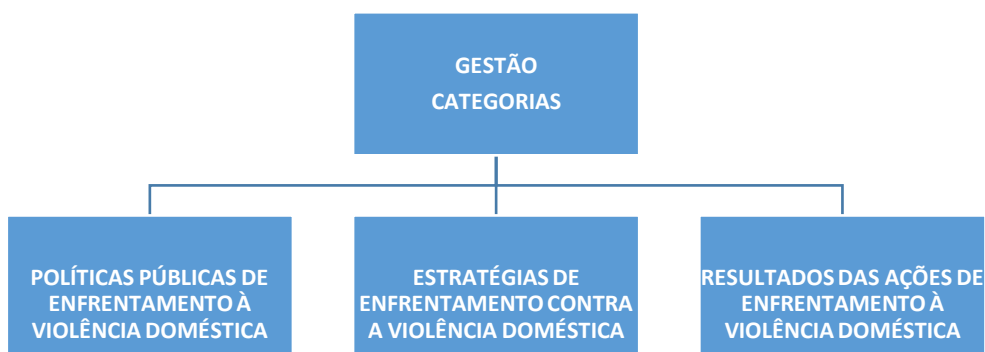
6.1 ENTREVISTAS COM AS GESTORAS DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA PARAÍBA

Este capítulo apresentara a análise da gestoras que compõem a rede de enfrentamento a violência contra a mulher na Paraíba. As interlocutoras da pesquisa são mulheres que integram a equipe da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, Elinaide Carvalho Alves, Coordenadora da Gerência Executiva de Gênero da Secretaria, Isania Monteiro Frazão e Joana Christina de Souza Brito, Coordenadora e Psicóloga do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. Entrevistamos também a Dr. Maisa Araújo Felix, Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (COORDEAM).

As gestoras também apresentam a importância dos mecanismos articulados a partir da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, dentro do universo que circunda a violência de gênero, a partir do fortalecimento dos serviços prestados nos órgãos municipais, por meio das secretarias e coordenadorias da mulher. Foram reunidos 210 minutos de gravação, nos quais as entrevistadas tiveram liberdade para apresentar - em suas falas - seus trabalhos frente à gestão na constituição, implementação e avaliação das políticas públicas para as mulheres, sendo conduzidas a partir das categorias previamente estabelecidas.

Elencaram-se três categorias que foram pré-estabelecidas com o intuito de direcionar melhor as entrevistas, bem como facilitar o entrelace das falas apresentadas com o referencial teórico desta pesquisa.

Figura 3: Categorias criadas para análise das entrevistas com a Coordenadora da Gerência Executiva de Gênero, com a Coordenadora e Psicóloga do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes e Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de Atendimento à mulher (COORDEAM)



Fonte: Própria da autora, 2019.

A categoria **Políticas Públicas de enfrentamento à violência doméstica** apresenta o olhar da gestão articulado com políticas a nível nacional, assim como junto à Rede de Enfrentamento Estadual, a partir de todos os elementos que compõem a violência contra a mulher, desde o atendimento, a punição e a prevenção, com a participação de vários órgãos que fortaleceram o Estado no resguardo da vida, na integridade e no bem-estar da mulher.

A segunda categoria versa sobre **Estratégias de enfrentamento à violência doméstica**, que aborda ações estratégicas compostas pela rede nos níveis estadual e municipais, montadas a partir de dados apresentados recorrentemente. As ações são estruturadas com base no enfrentamento e na prevenção da violência contra a mulher, fundamentadas em informações em direcionamentos, como preventivo, educativo, estratégico, punitivo, dentre outros.

Na última categoria, apresentam-se os **Resultados das ações de enfrentamento à violência doméstica**, na qual se destacam os aspectos positivos, negativos e o olhar direcionado a projeções futuras das políticas públicas para as mulheres.

6.1.1 Políticas Públicas de enfrentamento à violência doméstica

No início da entrevista, questionou-se como se deu a articulação das políticas públicas para as mulheres na Paraíba, a partir do ensejo dos movimentos sociais que demandavam soluções do Estado para o enfrentamento à violência, bem como a abertura da agenda política acerca de soluções. A entrevistada 1 (**Coordenadora da Gerência Executiva de Gênero da Secretaria – Elinaide Alves**) ressalta:

Na Paraíba, a gente tem os organismos de política para as mulheres implantados a partir de 2004, tá, 2005, na verdade. O governo federal, ele implanta primeiro o órgão de políticas para as mulheres no governo de Lula, na gestão de Lula. Tinha uma demanda anterior vinda do governo de Fernando Henrique, que o Brasil tinha assinado vários tratados internacionais, dizendo que tinha compromisso de enfrentar as diversas formas de discriminação contra as mulheres, de promover a igualdade. E uma das questões da discriminação, do problema que as mulheres sofrem, é a questão da violência doméstica, violência como um todo, violência doméstica, violência de gênero, questão de estupro (**Elinaide Alves**).

[...] Então, no Brasil, a gente tem um movimento de mulheres e feministas organizado desde a década de 1950, 1960. Se você faz um histórico um retrocesso, na verdade sempre existiu, mas de maneira muito mais organizada, 1960, 1970, 1980, com inclusive uma atuação importante das parlamentares (**Elinaide Alves**).

[...] Com a chegada do governo Lula, do PT, isso se concretiza com a criação de uma secretaria com status de Ministério, uma secretaria de política para mulheres, tá certo? E aí os estados e os municípios são fomentados, são incentivados a criarem. Então, na Paraíba, o primeiro órgão de Gestão Pública é a coordenadoria de políticas públicas pra mulheres no município de João Pessoa, na gestão do então Prefeito Ricardo Coutinho [...] (**Elinaide Alves**).

Mintzberg, Ahlstrand, Lampel (2000, p.177) referem ao poder das estratégias para despertar os seres humanos para a realidade de atendimento aos sonhos, esperanças, ciúmes, temores etc, considerando a estratégia como um processo político ou como política e seus micropoderes no sentido oferecerem possibilidade de benefícios. A articulação em prol das políticas públicas direcionadas para as mulheres ocorre desde a década de 1970; todavia, há um fortalecimento na agenda política, a partir dos anos 2000, de demandas federais exigindo que os estados compartilhem a responsabilidade em enfrentar a violência de gênero por meio de políticas públicas efetivas, originando a política pública. Ou o poder macro determinando e os estados adotando ou seguindo como se fora transferência de poder, utilizando-se dos próprios jogos de influências, ao apresentar estratégias com características de mudanças.

As demandas e necessidades nos espaços públicos e privados, tais como desigualdades sociais, direito a creches, saúde da mulher, sexualidade, contracepção e violência contra a mulher são temas específicos advindos do movimento de mulheres e feministas (FARAH, 2005), que auxiliaram diretamente no fortalecimento das redes interseccionais de enfrentamento à violência.

Como exemplos, na Paraíba, a partir dos movimentos nacionais, passam a existir grupos de mulheres e feministas articulados, demandando cada vez mais políticas que minimizem a discriminação contra a mulher, e estabeleçam melhorias nos serviços públicos prestados às mulheres, principalmente em relação à saúde.

Conforme (**Elinaide Alves**) “[...] na Paraíba, há também um retrato da atuação do movimento organizado de mulheres e feministas, que aqui tem uma trajetória bem pautada nas décadas de 1970, 1980 e 1990”. Em termos de organizações sociais, existem o Grupo Feminista Maria Mulher, criado em 1979, o Grupo Raízes em 1984 e a União de Mulheres de Cruz das Armas, em 1986. “(...) a temática abordada pelas três era a saúde da mulher que estava emergindo nesta ocasião dentro do movimento” (ABATH; IRELAND, 1999, p. 7).

A Entrevistada (**Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher/COORDEAM - Dra. Maisa Félix**) pontua dando sequência ao relato:

[...] Obviamente que a época em que foi instalada a estrutura de procedimentos, a legislação era outra. Nós (da Paraíba) não tínhamos um estado voltado para políticas públicas, para o desenvolvimento de políticas públicas, para as mulheres vítimas de violência. Nós tínhamos as delegacias, mas nós não tínhamos leis fortes, para que o indivíduo sentisse realmente a mão do estado, e que a mulher pudesse ser protegida, tendo assistência. Então nós não tínhamos casas-abrigos, nem tínhamos pra onde conduzir a mulher e também não tínhamos muitos programas para colocá-la no mercado de trabalho [...] (**Dra. Maisa Félix**).

De acordo com Secchi (2010, p. 1), “política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Assim ao serem criadas e implementadas pelo Estado, as políticas públicas de gênero passam a contar com poder para diminuir as disparidades sociais e promover a justiça das classes por meio de ações econômicas, sociais e culturais interferindo nas estruturas hegemônicas da sociedade (SILVEIRA, 2004). Dessa maneira, as políticas públicas são vistas como ação efetiva do Estado a favor da sociedade.

Conforme (**Dra. Maisa Félix**): “Com o advento da Lei Maria da Penha, nós vamos ter um momento marcante, mas também antes do advento da Lei, nós vamos ter a questão do estado [...] A Lei do feminicídio, a segunda qualificadora [...]”. Enquanto (**Coordenadora do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes – Isânia Frazão**) reforça: “[...] A Lei Maria da Penha é um dos nossos princípios norteadores [...]”. Direcionamento que recebe reforço dos autores Gomes e Batista (2015, p. 25) nos termos em “que o Estado crie e assegure mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares”. Observa-se nas falas das entrevistadas a importância da existência e aplicabilidade das leis que enfrentam e coíbem a violência, dando força aos mecanismos do Estado para agir corretamente diante dos casos de violência contra a mulher. Percebendo o papel do Estado por meio dessas políticas públicas, ressalta (**Dra. Maisa Félix**):

[...] Ele (Estado) precisa ainda dar condições pra que essa mulher que sofre a violência tenha um atendimento completo, que é exatamente conseguir tirá-la do ciclo da violência. E não é fácil, porque o Estado também não pode tutelar a todo momento a vida do ser humano. Então você precisa que essa mulher queira ir para um serviço psicológico, ter um acompanhamento, que quando precisa, também ir para o mercado de trabalho novamente. Então você tem aí... nós vamos ter aí, a parte da prevenção, essa parte da prevenção nós vamos pra palestras em todas as associações, universidades, bairros, panfletagens e integrações. Nós vamos ter ações, sempre em parceria, nunca ações individualizadas, sempre em parcerias com os outros com outras instituições, [...] (**Dra. Maisa Félix**).

Vale ressaltar que a violência contra a mulher vai além da questão apenas de segurança pública, mas envolve vários outros elementos que reforçam ou enfraquecem a

violência. Segundo Côrtes (2012, p. 149), “a violência doméstica, constitui um problema social que afeta milhares de mulheres cotidianamente em todo o mundo”. Como ainda é destacado por **(Dra. Maisa Félix)**:

Porque se entendeu que segurança pública não é um elo somente do Estado, mas é toda uma sociedade. E o enfrentamento da violência contra mulher, ele não é só um caso de polícia, o caso de polícia ele aponta, ele é o final, porque é exatamente quando a mulher é agredida, ou quando essa mulher é morta. Então ele é praticamente o final do problema, vamos dizer assim, é quando chega à gota máxima da violência [...] **(Dra. Maisa Félix)**.

[...] a questão da violência, ela é um fenômeno instalado na vida, na cultura das famílias, da sociedade, mas quando ela surge dentro da gestão pública ela já está instalada há muito tempo, já parece com uma certa gravidade, com agressões fortes, com ferimentos graves, ou com umas... de fato com homicídio **(Elinaide Alves)**.

As políticas ou estratégias envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e de cidadania contribuem para o enfrentamento da violência contra a mulher, ou seja, as ações que moldam comportamentos, que conscientizam, que informam conduzem a prevenção alcançando resultados a longo prazo tão efetivos quanto o próprio enfrentamento. Obviamente um é consequência do outro, como **(Dra. Maisa Félix)** assevera: “[...] é muito mais que a questão de prevenir, de educar, mas de fazer com que o homem desperte na consciência dele que nós somos seres humanos, e merecemos respeito, e temos o direito de viver”.

A cultura patriarcal é apresentada enquanto um ato que viola os direitos das mulheres e usada enquanto justificativa para autorizar a agressão contra a mulher. Ou seja, é envolta de interpretações educacionais e domésticas que se organizam no seio da sociedade, propagando a violência como um ato de virilidade masculina e da posição superior e dominação de homens frente às mulheres, o que é concebido como natural (ALMEIDA; BANDEIRA, 2006). Reforça os elementos de força como forma de inibir a posição da mulher no contexto social e faz com que a cultura patriarcal se propague de geração à geração.

Porque nós entendemos que não é só repressão da violência, nós precisamos educar, porque o que nos mata todos os dias, o que nos agride todos os dias, lamentavelmente é uma questão cultural. É a cultura do patriarcado, o homem achar que nós somos mercadoria, ele achar que nós não somos seres humanos e temos o poder para decidir o que queremos ou não **(Dra. Maisa Félix)**.

Cortês (2012) reforça que as mulheres ficam mais vulneráveis à violência e ao feminicídio quando quebram o contrato de submissão imposto pelo sistema e por seu parceiro. E **(Dra. Maisa Félix)** reforça esse entendimento:

Quando é que a mulher morre? Quando é que essa mulher sofre violências graves? Quando essa mulher decide colocar um ponto final na sua relação abusiva. Então, eu ouvi isso de uma feminista, de uma professora aqui em um discurso que ela fez na assembleia, na discussão anti-feminicídio, e ela diz isso. Nós conseguimos tudo, nós alcançamos todos os níveis profissionais, nós tivemos uma Presidente da República, não existe nenhum campo profissional onde não exista uma mulher, onde nós não estejamos presentes, porém quando nós decidimos colocar ponto final na nossa relação abusiva, nós somos mortas [...] **(Dra. Maisa Félix)**.

As políticas públicas de enfrentamento à violência devem considerar todas as linhas intersetoriais, considerando os 10 eixos da Conferência Nacional que a **(Elinaide Alves)** apresenta em sua fala:

gerência de enfrentamento à violência contra as mulheres, com uma pasta dentro da gerência de... executiva, identidade e de gênero; tem a gerência de enfrentamento à pobreza, e pra discussão das autonomias de emprego, geração de renda, tem a gerência de políticas intersetoriais, e faz parte ainda dentro da gerência essa articulação e o fomento pra que os municípios criem organismos locais de políticas para as mulheres, e que a gente também faça uma grande discussão e trabalho dentro da política setorial, intersetorial, com a discussão sobre as mulheres nos espaços de poder e decisão **(Elinaide Alves)**.

Percebe-se, a partir das falas acima, há necessidade em estabelecer autonomia das políticas do estado, mas também trabalhar o empoderamento dos municípios, buscando o autogoverno e, dessa forma, fortalecer os micropoderes dos órgãos que devem implementar as políticas locais para as mulheres, a partir do fortalecimento dos agentes governamentais municipais. Há sistemas que Mintzberg, Ahlstrand, Lampel (2000, p.179) descrevem como legítimos, cujo poder é reconhecido oficialmente: a autoridade formal, a cultura estabelecida e a experiência certificada. É o que com outras palavras nos chama atenção a **(Elinaide Alves)**.

[...] a organização local, das redes municipais [...] é importante que os órgãos municipais sejam fortalecidos. Tínhamos 16 em 2011, e hoje a gente tem 54 [...] estabelecemos convênios com os municípios para eles criarem esses órgãos [...]a partir do convênio com o governo federal estruturamos os municípios com mobiliário, a gente deu capacitação, fez um curso de formação com essas gestoras, pra elas compreenderem o que é política pública para as mulheres, e qual é a atuação dela dentro do município, quais são as áreas que ela vai trabalhar, como é que ela vai traçar esse perfil de atuação de estratégia dentro do município **(Elinaide Alves)**.

Para além do Centro de Referência da Mulher Fátima Lopes, as entrevistadas discutem outras políticas públicas para as mulheres em situação de violência que são importantes enquanto articuladoras dos serviços prestados à mulher. De acordo com (**Dra. Maisa Félix**), “[...] nós estamos hoje com 14 delegacias especializadas no atendimento às mulheres em situação de violência e as coordenações [...]”. Ela ainda acrescenta outros serviços que se somam às delegacias, têm também a ampliação seguida pela fala de (**Dra. Maisa Félix**):

Vamos ter aí a questão do... de um programa dentro do Mulher Protegida, que é o SOS Mulher [...] Ela recebe um aparelho telefônico, ela é monitorada 24 horas por GPS, no momento em que ela recebe esse aparelho, tem três figuras que fazem aquela figura ali, Paraíba unida pela paz, aqueles três corações: verde, vermelho e amarelo. O verde, a gente faz um acordo com ela, ela entra em contato com a gente pra dizer que a situação tá tudo em ordem durante a semana. O amarelo, ela tem a visualização do... e ela... ela tem recebido algumas mensagens, algumas ameaças por WhatsApp, quando ela clica no amarelo, abre no sistema, é monitorado diretamente na Central do CIOP aqui na Secretaria de Segurança Pública, com um oficial de dia, que é o coordenador que toma conta dessa parte, que é o responsável por essa parte, então abre lá o telão e diz onde essa mulher está. Então de imediato ele tenta entrar em contato com ela, se conseguir, tudo bem, mas mesmo assim ele manda uma VTR até o local pra que saiba... pra que a VTR saiba lá, converse com ela para saber o que aconteceu e essa mulher é conduzida até a delegacia para nós registrarmos o que foi que aconteceu. O vermelho ela já tá com a visualização do indivíduo, isso quer dizer que a mulher não vá sofrer uma ameaça? Não, isso não quer dizer, mas isso quer dizer que é uma ferramenta que é disponibilizada pra que essa mulher tenha uma resposta mais séria por parte do... da polícia no momento em que ela aciona, entendeu (**Dra. Maisa Félix**).

[...] em 2011, temos a implantação da casa abrigo Ariane Taís, que também era uma demanda, desde a década de 1980, que um serviço de abrigamento provisório, mas de segurança e de sigilo para mulheres em situação de ameaça de morte [...] em João Pessoa já contava com o Centro de Referência Ednalva Bezerra [...] (**Elinaide Alves**).

Este, o cenário em que as políticas públicas de gênero são montadas para que cumpram os objetivos de diminuir as desigualdades e a discriminação contra a mulher. As políticas de informação de gênero visam à equidade, estabelecendo todos os direitos, o respeito, o exercício da plena cidadania, compreendendo que as relações sociais são dinâmicas e ao mesmo tempo evocam a participação de diferentes atores sociais, respeitando suas particularidades, porém estabelecendo conexões solidificadas na igualdade e respeito (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015).

6.1.2 Estratégias de enfrentamento contra a violência doméstica

Justifica-se a necessidade de as políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher estarem articuladas em rede, pois o atendimento deve ser completo, pautado de ponta a ponta. O atendimento em rede assegura à mulher o acompanhamento de uma extremidade a outra. Cavalcanti e Oliveira (2017, p. 201) afirmam que a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres surge com o “objetivo de desenvolver estratégias de prevenção para garantir os direitos das mulheres, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada as mulheres”. Isto é o que também se depreende da afirmação de **(Elinaide Alves)**:

[...] na verdade, o Estado já fazia discussão com a segurança, tinha um diálogo com Ministério Público, com Tribunal de Justiça, e já organizava essa rede de atendimento às mulheres em situação de violência, que é delegacia, serviços de hospital, como é que a demanda chega no Tribunal de Justiça, com Ministério Público, com Defensoria Pública, com CIOPS, no Brasil já estava se organizando. E isso se chamava atuação em rede, que a mulher liga pro CIOPS, o CIOPS aciona a Polícia Militar, que vai lá, ela vai pra delegacia, da delegacia ela vai pra o hospital, do hospital ela precisa de ajuda com relação à demanda, se ela precisa de mudar de lugar. Então, isso se chama atuação em rede, dos órgãos, é essa... é essa articulação pra cada demanda das mulheres que se chama atuação em rede, porque um atendimento de uma mulher vítima de violência, não é um atendimento por um único órgão; ele sozinho não vai muitas vezes da resolutividade que ela precisa, ela demanda vários... vários outros atendimentos dentro do processo dela, de cada uma, e aí isso se chama atuação em rede [...] **(Elinaide Alves)**.

Percebe-se que as primeiras articulações direcionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher foram traçadas por meio das redes que compartilham ações em prol do atendimento e acolhimento, como também da prevenção e punição. As redes reforçam os serviços que são montados estrategicamente para que a informação chegue até as mulheres que sofrem com a violência doméstica. Nesse sentido, **(Isânia Frazão)** aponta:

[...] nós costumamos dizer que o Centro de Referência não atua sozinho, ele vai precisar da parceria, não só dos serviços, mas da sociedade civil também, do movimento de mulheres. E daí a importância dessa divulgação desse serviço, para que a mulher que esteja em casa sofrendo nessa situação de violência doméstica saiba onde procurar. Então a gente sempre orienta, se ela chegou numa unidade básica de saúde, nós estamos trabalhando com essa unidade básica de saúde, com enfermeiros, com estudantes de enfermagem que vão estagiar, para que eles referenciem essas mulheres pra cá. Da mesma forma nas escolas, da mesma da mesma forma nos CRAS, nos CREAS [...] **(Isânia Frazão)**.

São vários impactos que a violência contra a mulher impõe ao convívio familiar e a sociedade. Nesse direcionamento, é de suma importância que o diálogo ocorra no ambiente formativo das crianças e jovens, com foco na desconstrução da cultura machista arraigada nos lares e convívios sociais como um todo. Bourdieu (1998, p. 15) afirma que a “ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina”, ou seja, é uma cultura enraizada de séculos que, para desconstruir, faz-se necessário o diálogo informativo e formativo. Como destaca **(Isânia Frazão)**:

[...] a violência que tem ocorrido contra as mulheres no ambiente doméstico e familiar tem destruído, tem devastado a vida de famílias e se a gente quer uma mudança de comportamento, a gente precisava levar pra esse espaço de discussão que é a escola. Então esse trabalho também é desenvolvido não só com estudantes, mas em formação com professores. A gente primeiro vai até a escola, solicita essa parceria, a partir do acordo que é feito entre as direções, seja estadual ou municipal, nós vamos pra escola desenvolver esse trabalho e depois a gente vê um resultado. E isso tem sido positivo, tem sido significativo, porque a gente tem encontrado respostas, né. Quando a gente está nas escolas que a gente inicia esse debate, muitos daqueles alunos, eles já começam a expressar através do discurso, do seu diálogo, o que eles vivenciam em casa. E muitas vezes essas escolas começam a demandar essas mães pra o atendimento, então isso de certa forma é positivo, porque a escola trata a questão da prevenção no sentido educativo, mas também encaminha as mulheres pro serviço [...] **(Isânia Frazão)**.

As ações do Centro de Referência têm articulado suas políticas a partir das diretrizes da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, e têm desenvolvido estratégias para além das paredes institucionais de atuação, ou seja, têm buscado parcerias com municípios que demandam os serviços, trabalhando a formação dos profissionais para que o atendimento seja humanizado e especializado, como enfatiza **(Psicóloga do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes – Joana Brito)**: “A gente não trabalha só com o atendimento ao usuário também fazemos palestras, capacitação de profissionais, trabalhamos o fortalecimento de rede de atendimento em outros municípios”. Sobre a articulação com outros municípios, a entrevistada continua:

A gente com relação a essas formações, a gente sempre trabalha assim, por exemplo, no município, ele articula aqui com a nossa coordenadora a necessidade de fazer, né, essa capacitação com os profissionais. Porque quem compõem a rede de Atendimento à Mulher!? São os serviços de saúde, a parte da educação também. Social, temos os CREAS, os CRAS, é... muitas vezes os próprios sindicatos, as ONGs também no campo jurídico, tem Ministério Público, tem juizado. No campo, por exemplo, da polícia, tem a polícia civil, a polícia militar. Então, essas muitas vezes, principalmente os municípios pequenos, não há uma rede articulada, então cada um trabalha

por si. Aí às vezes, muitas vezes, não compreende qual é a necessidade daquela mulher. Porque às vezes a mulher vai no posto de saúde, e foi vítima de violência, tratam aquela sequela física e pronto, e acaba por ali. E quando há esse fortalecimento da rede, aquele, por exemplo, setor mesmo que seja da saúde, atendeu aquela demanda física da mulher, mas compreende que ela precisa também de outras demandas, então vai articular com outra instituição que faz parte da rede, como, por exemplo, o CREAS, o CRAS, acionar esse serviço para que também ajude essa mulher. Porque senão, não adianta, cuidou daquela mulher, daqui a um mês ou daqui algumas semanas ela vai retornar, Então aquele atendimento, trata aquela hora, mas não tô resolvendo a questão em si, o problema né [...] (**Joana Brito**).

Evidencia-se a importância do fortalecimento da Rede de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, por demandar articulações de vários órgãos que instâncias e competências diferentes, de acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres o conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à “atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres [...]” (BRASIL, 2011, p. 13), reforçando seus direitos e assistência, como também que o agressor seja responsabilizado. Portanto, é necessário que os órgãos estejam bem articulados a partir das políticas transversais e intersetoriais.

[...] A gente tanto trabalha com uma demanda que vem do município que geralmente é a Secretaria de ação social que nos solicita. Mas não ficamos só esperando, muitas vezes acionamos também os municípios, ah “há o interesse de vocês”, porque muitas vezes o município não está nem interessado, ou então não sabe que existe uma rede de atendimento (**Joana Brito**).

Eu... quando eu faço a referência pro outro serviço, eu também tenho que tá procurando saber como é que está, se a mulher já foi atendida, como é que é? Como é que tá a situação dela? E o agressor? Eu tenho que também tá de alguma forma, é... monitorando, porque se eu faço a referência pra um serviço e aquele serviço não dá assistência à mulher, e aí como é que fica? Muitas vezes essa mulher vai ficar desacreditada daquele serviço (**Joana Brito**).

As atividades articuladas do Centro seguem as normativas do Governo Federal que corrobora com a Estadual, no qual ambas afirmam que os Centros não podem fazer busca ativa, ou seja, a mulher precisa ter a iniciativa de buscar os serviços de atendimento, como afirma (**Joana Brito**):

[...] os centros de referências das mulheres não podem fazer busca ativa, ou seja, a gente não pode ir até a casa da mulher. A gente entende que a mulher tem que vir até o serviço, porque a gente trabalha com o entendimento de que a mulher tem que ter poder de decisão sobre a sua vida, tem que dar autonomia a essa mulher. Então se ela realmente quer arrumar esse ciclo e quer ajuda, aí ela venha até o nosso serviço. O centro ele abre exceção para alguns casos, por exemplo, em que a mulher foi vítima de violência, tá, por exemplo, é... é... hospitalizada, por exemplo, e ela relata para aquele serviço de saúde que gostaria de nosso atendimento, né. Porque como a gente trabalha em parceria, por exemplo, hospital do trauma, hospital aqui, Hospital Universitário, eles sabem que existe o nosso serviço. Então quando uma mulher aparece lá, e foi percebido que essa mulher é vítima de violência, então eles falam pra mulher desse serviço, e perguntam a elas se elas querem né, que alguma técnica de serviço vá lá. E quando elas consentem, há um consentimento delas, então a gente vai, aí nesse caso a gente vai fazer essa busca ativa. Mas é uma exceção, até porque além da gente trabalhar com a questão do respeito à vontade da mulher, a gente também trabalha com a questão da segurança da equipe (**Joana Brito**).

Percebe-se a importância da autonomia da mulher no querer romper o ciclo de violência, pois esse é o primeiro passo a ser dado, a partir do desejo em ter uma vida plena e digna, assim é o caminho do empoderamento. Segundo Kleba e Wendausen (2009, p. 738), o empoderamento acontece em três dimensões da vida social: “psicológica ou individual, grupal ou organizacional e estrutural ou política”. Partindo do acompanhamento, buscado e consentido, o Centro de Referência ampara continuamente as mulheres a partir dos serviços informativos, psicológicos e jurídicos.

Sobre as formações desenvolvidas nas ações e oficinas de formação dentro do Centro com vistas a ajudar as mulheres em situação de violência, as entrevistadas destacam:

É... esse ano nós estamos com um projeto, que é uma terapia em grupo, onde nós trabalhamos diversas temáticas dentro do contexto da... do fenômeno da violência, que vai desde a questão do empoderamento, autonomia dessas mulheres, à questão da resignificação da vida dessas mulheres a partir dos atendimentos que são realizados no nosso serviço. E assim, e no primeiro momento tem esse diálogo, tem esse debate, a gente procura sempre priorizar, escutar essas usuárias, a mudança que esse serviço tem feito na vida delas, que elas reconheçam essa política pública, não só como um espaço de atendimento no momento dessa aflição, a priori, mas também que elas vejam um espaço como transformação da vida delas, de encorajamento, de empoderamento, pra que elas rompam esse ciclo da violência [...] (**Isânia Frazão**).

No segundo momento a gente procura associar esse tema, sempre é uma atividade lúdica, e essas atividades lúdicas elas sempre são pensadas, não só pra fazer com que as mulheres reflitam sobre a condição que elas se encontram, sobre esse processo de rompimento do ciclo, mas também de dar a essas mulheres a autonomia. Então a gente pensa de uma forma conjunta, a

equipe, e tem à frente desse trabalho a educadora social, mas sempre com o apoio das técnicas. O tema é pensado enquanto equipe, as estratégias de atuação pensadas enquanto equipe, mas à frente desse trabalho está a educadora social [...] (**Isânia Frazão**).

A informação estratégica está presente na elaboração das ações que compõem as políticas públicas, pois, é preciso chegar aos grupos em situação de vulnerabilidade e que alternem a balança da desigualdade. Assim, as políticas públicas são criadas com direcionamentos específicos, voltadas a superar ou amenizar as desigualdades, defender os direitos humanos e atender as especificidades de gênero (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

Nesse sentido, percebe-se que o Centro de Referência atua a partir de estruturas baseadas nos micropoderes que advêm da violência que as mulheres trazem em suas falas a partir dos atendimentos. Nessa perspectiva, o poder não se concentra apenas no Estado e na economia, “[...] mas que está disseminado pelos vários âmbitos da vida social, fragmentados em micropoderes [...]” (FRANÇA, 2017, p. 19), ou seja, dentro dos contextos familiares, grupais, das comunidades, enfim, dentro de todos os elementos micro que formam a amplitude da sociedade.

A violência contra a mulher ainda é encarada de modo naturalizado na sociedade, a partir de estruturas sociais estabelecidas por séculos que determinam comportamentos abusivos. Assim, as ações do centro demandam também a mudança cultural baseada no machismo exacerbado.

[...] muitas dessas mulheres viram suas mães, suas ancestrais, suas avós passarem por esse contexto, então acabam naturalizando. O que elas viam, talvez pra elas, por ser, por ver com frequência, por acreditar que era normal, quando elas chegam dentro de um relacionamento abusivo, muitas vezes elas não vão conseguir enxergar [...] (**Isânia Frazão**).

[...] Então quando chegam aqui, que a gente vai conversando, que a gente vai fazendo esse atendimento, elas já vão conseguindo diferenciar. E o que a gente procura sempre passar também, pra que elas já repassem essas informações pra suas filhas pra que essas filhas já vejam de forma diferente [...] (**Isânia Frazão**).

É nesse contexto que se percebem as ações das políticas públicas, pautadas e conduzidas por meio da mediação da informação estratégica, através dos agentes competentes, a fim de alcançar os objetivos propostos. Por meio da mediação busca-se trabalhar a partir a criticidade, desenvolvendo estratégias de comportamento e potencialidades individuais e coletivas, agindo como elemento formativo; o mediador atua como agente

político enquanto condutor do caminho para fazer com que as mulheres busquem romper o ciclo da violência doméstica e reconstruam suas vidas (GOMES, 2019). A mediação, é, portanto, uma ação capaz de criar e construir significados que auxiliem os sujeitos a buscarem por mudanças estruturais, ou seja, é uma estratégia baseada em micropoderes interligados através da política macro com foco nas mulheres em situação de violência.

6.1.3 Impactos das ações de enfrentamento à violência doméstica

As estruturas das políticas públicas, desde seu desenvolvimento, aplicabilidade e monitoramento constante, tornam possível a realização de análises para avaliar a efetividade das ações a partir dos dados coletados em determinado período. “[...] essas políticas carecem de avaliação sistemática, o que exige grande esforço de análise, por serem complexas e variadas” (GIANEZINI et al., 2017, p. 1066). Nos relatos abaixo, observa-se a importância das análises das políticas enquanto fator determinante para promover a continuidade, modificação e/ou extinção. Leonardo Secchi (2012) afirma que uma política deve ser extinta, quando os efeitos para os quais ela foi criada são atingidos ou quando ela não surte nenhum efeito, daí a importância das constantes avaliações.

As políticas públicas para as mulheres devem, também, incluir os homens a partir das análises sociais e culturais que envolvem a agressão contra as mulheres. Nesse sentido, **(Dra. Maisa Félix)** ressalta:

Não adianta só prender, nosso problema não é a prisão agora, nosso problema é reeducar. É mostrar ao homem que nós não somos propriedade. Então é a questão da educação, os grupos reflexivos, nós precisamos discutir essa masculinidade tóxica que existe, precisamos de congressos e cursos, não só na esfera do agressor não, precisamos discutir nas nossas instituições, policiais, nas empresas, em todo o local, porque em todo local nós temos a masculinidade tóxica [...] **(Dra. Maisa Félix)**.

A educação continuada e informativa de enfrentamento à violência discutida nos grupos reflexivos, nas comunidades, nas universidades, nos espaços de lutas sociais reforça as agendas políticas que discutem a violência de gênero enquanto um problema que intersecciona várias áreas da sociedade. Por outro lado, a efetividade das políticas públicas se dá a partir do momento em que toda a sociedade se envolve na discussão sobre o que é a violência contra as mulheres e exige do Estado mecanismos eficientes que combatam os altos índices de feminicídio. Nesse direcionamento, **(Dra. Maisa Félix)** destaca:

Veja bem, a maioria dos feminicídios que nós temos hoje, a grande maioria no estado da Paraíba, são mulheres vítimas, inexistindo registro anterior nas delegacias. A polícia não tem conhecimento de que dona Maria, senhora Maísa, senhora Renata, sofreram violência, mas senhora Maísa, senhora Renata, senhora Maria foram vítimas do feminicídio. Quando o repórter policial vai ao local, o que é que nós escutamos: a família, no seu momento de dor, o vizinho no seu momento de dor da perda da vizinha, dizendo “era uma história anunciada, brigavam demais, brigas grandes, brigas nos finais de semana. Ela pedia socorro, saía correndo, a gente corria, voltava”. Então, a sociedade precisa acordar de que a violência contra mulher não é uma violência qualquer, é uma violência que com o tempo leva ao feminicídio, é questão só de tempo, quem dá uma tapa, dá um murro; que dá um murro, dá uma facada; quem dá uma facada, dá mil facadas; quem dá um empurrão, mata. Então você não pode permitir que sua vizinha, que sua irmã, que sua comadre, que sua prima, que sua conhecida, sofram todos os finais de semana, “peia”, humilhações, gritos, empurrões [...] (**Dra. Maísa Félix**).

Como no destaque: “os homens estão autorizados a realizar seu projeto de dominação-exploração das mulheres, mesmo que para isso precisem utilizar-se de força física” (SAFFIOTI, 2001, p. 121). A partir do momento que a mulher tenta romper o ciclo de violência, é quando ocorre o feminicídio. Consequentemente, é imprescindível manter o acompanhamento da mulher em situação de violência, como ressalta (**Isânia Frazão**):

[...] essas propostas (oficinas) são pensadas justamente pra gente tentar compreender o universo que essas mulheres vivem, desde a saída de casa até o atendimento aqui. Mas também, posterior a esses atendimentos, o que é que tem mudado na vida delas [...] (**Isânia Frazão**).

[...] E o relato dessas mulheres, ele é muito forte, quando a gente vê desde a aparência física até o relato, de empoderamento, né, de como essas mulheres chegaram aqui fragilizadas, a autoestima totalmente destruída, são mulheres que perderam a autoestima. Então elas não se maquiavam, que pra gente talvez não seja tão relevante, mas a gente vê que no primeiro atendimento essa mulher chegou aqui é... com o cabelo assanhado, sem batom e depois de todo esse acompanhamento, quando ela vem pra uma oficina, a gente já vê a mulher, brilha, é totalmente diferente, a gente já vê uma mulher maquiada, a gente já vê uma mulher com o cabelo arrumado [...] (**Isânia Frazão**).

Os resultados do acompanhamento contínuo das mulheres que são atendidas no Centro são perceptíveis, pois um dos objetivos das ações é o resgate da autoestima e o empoderamento que fará com que essa mulher busque romper com a violência a que está submetida. Segundo Sademberg (2018, p. 18), “o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação e, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. Implica a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal”.

Nessa última atividade de... desse mês de agosto, em alusão aos 13 anos do aniversário da Lei Maria da Penha, nós falamos que não só Maria da Penha passou por essa situação, mas tantas mulheres passam, vivenciam. E uma delas disse que, por conta da equipe, ela não voltou pra casa e não foi assassinada, porque ela chegou pra o atendimento, uma jovem de 18 anos, a mãe de 31, o padrasto dessa jovem que era o companheiro da mãe, tanto agredia ela, como agredia a enteada, e também ameaçava de morte. Quando ela chegou pra o atendimento, a equipe, *a priori*, penso: “não, a gente não pode deixar essa mulher voltar pra casa com esse relato, vamos ligar pra delegacia”, então a gente liga pra delegada, “existe uma possibilidade de prender ele ainda hoje, porque se ela voltar pra casa, ela vai ser assassinada”, ela trouxe todas as provas, uma jovem de 18 anos que estava com 8 dias de resguardo, e a criança internada no HU, e a menina toda pontuada, né, se assustando, acordando e eu ouvi dessa jovem de dizer “hoje eu vejo a minha mãe sorrir, hoje eu vejo a minha mãe dormir”, isso é muito forte, né, isso é muito forte, você ouvir de uma usuária dizer “se não fosse por você e pela equipe, a gente tinha voltado pra casa e tinha sido assassinada. Hoje eu estou vendo o quanto tranquilo tá a vida da minha família”. Essa mãe com 5 filhos, essa primeira filha de 18 anos que não era filha do agressor, era a enteada, mas ela via ele na delegacia e dizia é “eu fico triste ele está preso, porque ele não é meu pai, mas foi ele quem me criou”. Quão difícil é pra essas mulheres, a gente ouvir e fazer ela entender que mesmo diante daquele contexto dele ter educado, dele ter criado, mas no momento ele queria tirar a vida dela (**Isânia Frazão**).

A partir dos relatos, percebem-se as fragilidades da mulher que sofre a violência e que se apresentam como agressões físicas e também as psicológicas, estas as mais difíceis de tratar, visto as mulheres internalizam todas as humilhações a que estão submetidas, ou seja, acreditam que se estão naquela situação é por sua culpa e erro.

A Lei Maria da Penha, Art. 7, nº 11340/06, descreve bem:

A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL - LEI MARIA DA PENHA, 11340/06, art. 7, 2006).

A partir do acompanhamento contínuo, a entrevistada (**Isânia Frazão**) afirma que “no primeiro dia que essas mulheres chegaram aqui (Centro), pra esse dia da oficina, a gente já vê uma mudança significativa. É necessário o trabalho sistemático [...]”, ela continua:

[...] daí a importância da gente firmar o vínculo com essas usuárias, até que elas consigam caminhar com suas próprias pernas, que tenham autonomia pra voar. Na verdade, a gente procura ensinar isso a elas, e isso é positivo

pra gente enquanto equipe, é muito significativo, porque percebemos que aquela mulher poderia estar nas estatísticas do feminicídio se não tivesse vindo até o serviço (**Isânia Frazão**).

[...] a gente trabalha muito com empoderamento e também com resgate da autoestima da mulher, porque a mulher que sofre violência, ela teve totalmente a autoestima dela sabotada por esse agressor. Então muitas vezes ela não acredita mais na capacidade dela, seja capacidade de, por exemplo, arrumar um trabalho, de continuar os estudos, de cuidar dos filhos, né, então ela começa a internalizar tudo aquilo que o agressor dizia que depreciava ela [sic], é uma verdade, então a gente vai trabalhar desconstruindo isso. É também importante a gente trabalhar com ela a questão do respeito e da autoestima e da autovalorização, pra não acontecer o que muitas vezes acontece, dela... romper um relacionamento com o agressor e depois de um tempo ela vai e começa um relacionamento com outro agressor [...] (**Joana Brito**).

Ao alcançar os níveis de empoderamento, a mulher consegue identificar os níveis de violência em que se encontra, conseguindo rompê-los e cujo trauma é capaz de superar. (**Isânia Frazão**) afirma:

[...] o relato dessa mulher é a vivência mais extrema de que ela está conseguindo superar. Se em um outro momento ela conheceu outra pessoa e essa pessoa, como resumimos nesse grupo, né, quando eu consegui me relacionar com outra pessoa e eu identifiquei que ele estava fazendo o mesmo que o relacionamento anterior, então eu já disse não. Então, a gente já consegue ver que essa mulher consegue sair do ciclo, não só a partir desses atendimentos, mas porque nesse primeiro atendimento, dessa primeira violência que ela sofreu, ela já conseguiu compreender as fases desse ciclo, ela já conseguiu compreender do que se trata a violência psicológica, que quando ela chega aqui, muitas vezes ela diz que quer apenas uma orientação. Nessa orientação que a gente vai repassando, elas vão identificando todas essas fases, todos esses tipos de violência, mas a partir do que nós vamos orientando, de imediato ela não consegue entender que quando ele força ela [sic] a ter uma relação sexual, é considerado como um estupro (**Isânia Frazão**).

Os relatos acerca dos resultados das ações que compõem as políticas públicas para as mulheres evidenciam a importância dos serviços prestados pela rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, a partir do engajamento do poder público ao direcionar soluções para os altos índices de agressões e mortes das mulheres.

6.2 HISTÓRIA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A perspectiva de história oral de vida no delineamento proposto pela pesquisa, ou seja, com características de relato oral de vida (LANG et al., 2010), é apoiada em uma entrevista

livre, a partir de perguntas sensibilizadoras através das quais o relato poderá transcorrer naturalmente. Consideramos necessário, entretanto, mediar algumas perguntas condutoras para direcionar o fluxo da memória narrativa e manter a perspectiva de interesse da pesquisa.

Nesse sentido, as falas das mulheres foram elencadas a partir das categorias previamente estabelecidas para melhor direcionar as entrevistas, como também corroborar do melhor modo as análises das histórias de vida apresentadas. São as categorias:

- I. Infância, adolescência, vida adulta;
- II. Ciclo de violência e resistência;
- III. Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes.

As entrevistas foram realizadas no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, em Campina Grande/PB, intermediadas pela coordenadora do Centro, pois, essas mulheres são acompanhadas continuamente pelos serviços ofertados pelo órgão e consequentemente pela rede de enfrentamento.

Foram entrevistadas três mulheres cujas histórias de vida pontuam principalmente como a violência adentra em suas vidas, e como é dinamizado o apoio pelas políticas de enfrentamento. Para resguardar suas identidades, foi-lhes atribuído nomes das flores do sertão nordestino, que demonstram sua força e beleza mesmo diante de um cenário tão seco e severo. O quadro abaixo demonstra os perfis das três mulheres.

Figura 4: Perfis das mulheres entrevistadas

NOME FICTÍCIO:	<i>Violeta da Caatinga</i>	<i>Flor do Mulungu</i>	<i>Flor do Algodão</i>
IDADE:	33 anos	28 anos	28 anos
ESCOLARIDADE:	Ensino superior incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior completo
TEMPO DE ATENDIMENTO NO CENTRO DE REFERÊNCIA	7 anos	11 meses	30 dias

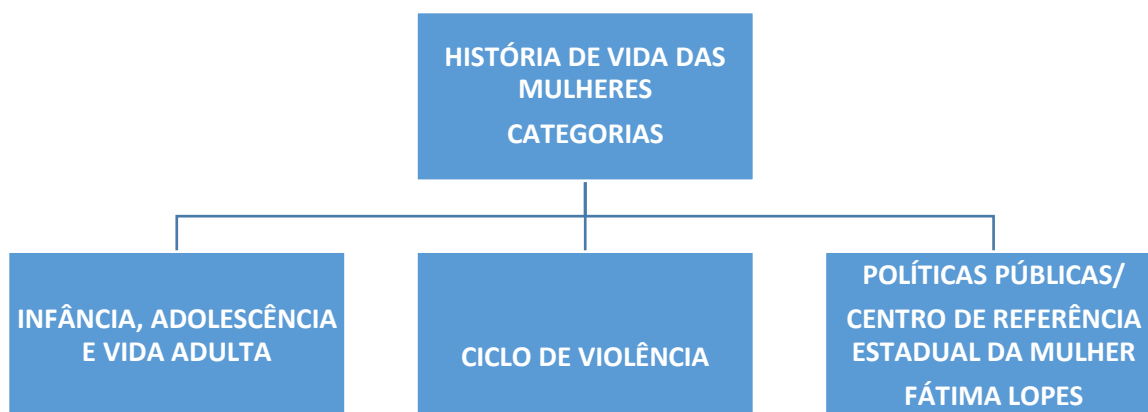
Fonte: Própria do autor, 2019.

As entrevistas foram gravadas e a transcrição efetuada respeitando-se a estrutura discursiva e a linguagem das interlocutoras da pesquisa. A fim de reordenar as respostas de acordo com o que tratávamos em cada momento da análise, por vezes foi necessário deslocar um trecho ou outro da estrutura narrativa original, porém, nada que alterasse as intenções da

narradora. Na ocasião, coletamos as cartas de autorização e uso das entrevistas (Apêndice X), e algumas informações pessoais que contribuíram para a compreensão do contexto das colaboradoras.

O processo de transcrição demandou certo tempo e cuidado para não alterar o conteúdo significativo da narrativa, uma vez que na transição do oral para a linguagem escrita podem se perder nuances tão e somente características da linguagem oral. As entrevistas gravadas em áudio resultaram em 210 minutos e 130 páginas de transcrição literal. Após a transcrição, realizou-se a leitura exploratória dos relatos, dando assim origem às seguintes categorias, conforme figura abaixo:

Figura 5: Categorias criadas para as entrevistas com as mulheres acompanhadas pelo Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes



Fonte: Própria do autor, 2019.

6.2.1 Infância, adolescência e vida adulta

As histórias de vida são marcadas por acontecimentos e situações que foram vivenciadas em momentos que determinam o caminhar do ser humano, e que vão moldando as identidades do sujeito localizadas na memória, transmitidas por meio de um relato pessoal de sua vivência.

Não se pode esquecer que, mesmo no caso daqueles que dominam perfeitamente a escrita e nos deixam memórias ou cartas, o oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas “muito insignificantes” - é o mundo da cotidianidade - ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de transmitir pela escrita. É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto

motor e criador da história quanto o universo racional (JOURDART, 2000, p. 33-34).

Nesta seção, apresentaremos as histórias de três mulheres fortes que passaram por situações de violência doméstica durante seus relacionamentos. Iniciou-se a entrevista solicitando às entrevistadas que falassem um pouco sobre sua infância, adolescência e fase adulta, com o intuito de identificar os elementos culturais arraigados no machismo que justifica, banaliza e naturaliza o controle e a violência contra as mulheres.

Cabe ressaltar que nessa pesquisa utilizaremos a conceituação violência doméstica com base no campo empírico da pesquisa mulheres em situação de violência doméstica, cometida pelo companheiro.

A Lei nº 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha (LPM), no seu artigo 5º enuncia que, “[...] violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006).

Ao serem questionadas sobre a infância, as entrevistadas apresentaram situações diferenciadas que reforçam o entendimento de que a violência contra as mulheres não escolhe perfis, mas as atinge em diferentes grupos sociais, ressaltando que a imbricação dos marcadores sociais de gênero, raça/etnia e classe potencializam as desigualdades e as dificuldades de rompimento com o ciclo de violência, como reforça o Atlas da Violência (2019),

[...] a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo [...] (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 38).

Os dados do Atlas apresentam grande diferença das taxas de homicídio entre mulheres negras e brancas, reforçando assim, que as desigualdades raciais potencializam os índices de discriminação e violência contra a mulher. Assim, Bernardes (2018, p. 173) “Racismo e sexíssimo, assim como classismo, são dimensões estruturais da vida social e, como tal, forjam subjetividades e posicionam indivíduos socialmente [...]”, tais processos de dominação do corpo são hierarquizados a partir da raça e do gênero, além de outros marcadores, facilitando

ou impedindo o acesso aos recursos capazes de ajudar a romper com os elementos de controle e subordinação impostos. Por conseguinte, Violeta da Caatinga inicia sua história:

Minha infância foi bem complicada, bem difícil, eu nasci em Campina Grande, e meus pais nasceram no interior [...] minha mãe conheceu meu pai e aconteceu uma tragédia dentro da família: o irmão do meu pai assassinou o irmão da minha mãe, o que era super comum dentro do interior, e meu pai acabou descontando a raiva desse assassinato na minha mãe; eles eram recém casados e, quando isso aconteceu, a partir daí meu pai foi descontando a raiva desse fato em minha mãe [...] ela sofria maus tratos e era destrutada por ele e a família dele [...] a vida da minha mãe foi extremamente difícil, e ela nasceu e se criou na perspectiva que você casou, então tem que fazer de tudo para viver [...] naquela época era outra cultura, hoje ainda tem esse olhar, mas antes era assim que as mulheres e homens pensavam [...] **(VIOLETA DA CAATINGA)**.

A cultura do patriarcado arraigado nos marcadores sociais e culturais, foram determinantes nos fatores de subordinação como elementos definidores na construção da identidade esperada da mulher, uma época vista como “natural” a mulher ser submissa ao esposo ao ponto ver como natural a humilhação e até mesmo a violência.

Conforme destaca Saffioti (2001, p. 01) “no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas [...]”. Assim criam-se e reproduzem-se instrumentos de dominação que legitimam um discurso e atitudes violentas para com as mulheres que se propagam de geração para geração. As filhas eram criadas para casar e atender seus maridos na estrutura cultural da época, a dominação patriarcal, de acordo com que eram ensinadas a ser e fazer, a tradição de que a mulher está ali para servir ao marido conforme fora criada.

[...] minha mãe teve cinco filhos e eu sou a mais velha e acompanhei todo o ciclo de violência que minha mãe passou, eu apartei muitas brigas do meu pai com faca querendo matar minha mãe, com revólver, querendo matar ela [sic], minha mãe se trancava dentro de casa, sem querer sair com o olho roxo, toda roxa, para não dar satisfação a ninguém [...] e eu apanhava muito também, meu pai me batia por qualquer motivo [...] nós apanhávamos muito, isso que com tudo que tivesse, com fio, cinto, corda, qualquer coisa que ele tivesse na mão ele agredia a gente [...] eram agressões com palavras e as físicas eram constantes, nós não tivemos infância [...] como minha mãe daria afeto e carinho se ela mesma não tinha, estava afogada no ciclo de violência? **(VIOLETA DA CAATINGA)**.

Fica evidente por meio do relato acima que a violência contra a mulher também atinge os filhos (as), abrangendo assim, o termo violência familiar que envolve membros de uma mesma família levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade e pode ocorrer no

interior do domicílio ou fora dele (SAFFIOTI, 1999), reforçando assim, a afirmativa de Gelles (1997) apud Reichenheim, Dias e Moraes (2006, p. 5) “a violência familiar é sempre um fenômeno complexo que tende a envolver todos os integrantes do núcleo familiar e não restrito a um indivíduo ou relação específica”. Inúmeras consequências são apontadas às crianças que convivem, vivenciam e sofrem a violência no ambiente familiar.

Os autores sugerem que a intensidade do problema depende da conjunção de vários fatores, tais como o desenvolvimento psicológico e a capacidade intelectual da criança; o vínculo afetivo entre o agressor e a vítima, ou seja, a representação do abuso para a criança e a duração do mesmo, a natureza da agressão, ou ainda, as medidas em curso para a prevenção de abusos futuros (REICHENHEIM; DIAS; MORAES, 2006).

[...] Meu pai responde processo de violência doméstica, ele agredia minha mãe, ela fez a denúncia muitos anos depois, aí teve a última agressão e ela fez um boletim contra ele e ele responde, ela se separou como eu, depois de muito sofrimento, mas eles vivem na mesma casa porque ele diz que não deixa o patrimônio para minha mãe, apesar de ele ter outra família [...] a história da minha se repetiu em mim [...] (**VIOLETA DA CAATINGA**).

A violência contra as mulheres explicita a cruel dinâmica de poder que direciona as relações sociais entre os sexos, ocasionando graves consequências emocionais e físicas para as mulheres. A cultura patriarcal configura-se como pano de fundo. Esquemas hegemônicos de gênero disseminados nos mais distintos espaços e instituições sociais, nos meios de comunicação, nas religiões, nos sistemas escolares, dentre outros, impõem padrões e controle sobre a vida das mulheres. Conteúdos informacionais são constantemente propagados legitimando a violência como um ato de virilidade masculina e da posição superior e da dominação de homens frente às mulheres, que é concebida como natural (ALMEIDA; BANDEIRA, 2006).

Mulheres de diferentes etnias/raças, classes e gerações, com níveis de educação também diferenciados, sofrem de uma espécie de controle “invisível” ou, como diria Bourdieu (1999), de dominação (simbólica) masculina, que supõe a incorporação de valores e práticas masculinas dominantes por toda a sociedade, inclusive entre as mulheres, mesmo quando isso as mantém subalternas e oprimidas (BEZERRA; RABAY, 2014, p. 2119).

Nessa perspectiva, a Flor do Mulungu e a Flor do Algodão apresentam seus relatos ao descrever sua infância e adolescência,

[...] aos três anos, meus pais se separaram e minha mãe foi morar no Rio de Janeiro. Eu tive vários padrastos e sempre via as brigas, discussões com facas, eu tinha que pular muro muito pequena, e aquilo me doía muito o coração por ver ela apanhando e ver pessoas que não tinham nada a ver com nossa vida se envolvendo [...] Esses homens queriam que minha mãe vivesse para eles e esquecesse a gente e foi o que de fato aconteceu por vários anos, minha mãe sempre preferia os homens do que os filhos, e eu fui criada praticamente na rua, ficava na casa de uma vizinha e eu tenho essa recordação até hoje (**FLOR DO MULUNGU**).

[...] eu pedia para ela se separar, mas ela dizia muitas vezes que não podia devido à questão financeira [...] com dez anos comecei a trabalhar e ter meu dinheirinho [...] com quinze anos comecei a trabalhar informalmente e, querendo estudar, vim para Campina com 14 anos e não voltei mais para o Rio, procurei um juiz e falei que tinha me criado sozinha, tendo minha mãe muito ausente, e que eu queria minha emancipação e ele me concedeu [...] e eu fiquei em Campina e ajudei a cuidar do meu pai que estava muito doente, e minha mãe não me perdoou por vários anos. Terminei os estudos, e infelizmente minha mãe adoeceu e me fez voltar ao Rio com 19 anos [...] (**FLOR DO MULUNGU**).

As memórias das agressões nas mulheres são fortes e latentes, que foi possível em vários momentos durante as entrevistas perceber como os atos de violências marcaram suas vidas, porém, também percebe-se através dos relatos de Flor da Caatinga e Flor do Mulungu, as marcas da violência desde sua infância. Como destaca Halbwachs a memória vem sendo constituída por tempos passados e adquire significado, passando a influenciar a vida em grupo servindo de base para seus convívios, histórias e modos de vidas (HALBWACHS, 2006).

[...] minha infância foi tranquila, infância normal, meus pais viveram juntos até ele falecer, eu já era casada inclusive [...] a minha adolescência foi quase normal, mas já convivi um pouco com a violência por parte do meu irmão, porque ele tem um transtorno psiquiátrico, e quando eu vivia em casa o foco dele era eu, levava empurrões, jogava coisas em mim, brigava, me agredia fisicamente [...] mas aí passei por um relacionamento na adolescência de cinco anos e era muito abusivo, não tinha a violência física, mas tinha a psicológica de controlar, era muito ciúme, de querer controlar telefone fixo da minha casa [...] consegui sair desse relacionamento e aí na fase adulta conheci o pai da minha filha [...] (**FLOR DO ALGODÃO**).

Culturalmente, a violência se propaga nos ambientes familiares, de modo que, em geral, os atos machistas e agressivos passam de geração após geração, perpetuando o entendimento de que o homem pode tudo e a mulher precisa se submeter às violências. Quando elas decidem romper com o ciclo, sofrem punições do homem e da sociedade. Pois, essas relações são construídas disfarçadamente em que se impõem estruturas de poder hierárquicas baseadas nos sexos biológicos, como afirma Saffioti (1999, p. 83) “a diferença

nas relações entre homens e entre mulheres é que essa desigualdade de gênero não é colocada previamente, mas pode ser construída e o é com frequência”.

As mulheres podem, ao adentrar na fase adulta, viver num relacionamento abusivo não identificando os sinais que compõem a violência contra si mesmas. Saffioti (2001) colabora na compreensão de tal discussão ao pontuar que todas as relações sociais são normalizadas pela falocracia e não existe sujeito fora das matrizes de gênero, assim como de classe social e raça/etnia. Dessa forma, a autora enuncia que não se pode alocar às mulheres a responsabilidade, a aceitação da violência, visto que se essas mulheres não têm conhecimento das relações de poder que são impostas desde sua criação a partir da naturalização da violência de gênero, fica difícil romper o ciclo contínuo da violência.

Ao questionar a Flor de Algodão se sua filha chegou a sofrer ou presenciar a violência, ela afirma:

[...] a minha filha não chegou a ver as violências, por todos os momentos ou ela estava na escola ou estava dormindo, graças a Deus, é tanto que ela nem tinha entendido sobre a separação, agora recente que conversei com ela explicando que iríamos para outra casa que seria só eu e ela [...] (**FLOR DO ALGODÃO**).

Importante frisar também que é comum as agressões se estenderem às crianças, de modo que a convivência se dá em um ambiente violento e elas podem aprender que aquele comportamento, assim introjetando padrões, percepções, esquemas hegemônicos legitimadores do controle dos homens sobre as mulheres, causando sérias repercussões à saúde física e mental das crianças estendendo-se a fase adulta.

[...] ele nunca agrediu as minhas filhas, mas elas presenciaram todas as violências psicológicas, físicas e humilhações que ele me fez passar [...] os xingamentos, os empurrões, as desconfianças que ele criava na cabeça dele, tudo elas presenciaram [...] eu olhava para os olhos delas e via a tristeza e o medo; quando a gente saía para lugares públicos, elas já ficavam assustadas, porque de repente ele surtava e dizia que tinha gente olhando para mim, dizia que tinha pessoas me paquerando e já começava a arrumar um tumulto ali do nada, e isso me doía na alma [...]mas, hoje, depois que separei do pai delas, estão muito tranquilas, vejo alegria nelas, vejo tranquilidade [...] (**VIOLETA DA CAATINGA**).

[...] ele (o ex-marido) fazia questão de me bater frente do meu filho, ele fazia questão de me expor para eu filho – desde que ele era bebê – rasgava minha roupa na frente dele, me espancava na frente dele, me xingava na frente dele, o bichinho chorava muito [...] ele (o filho) dizia para qualquer pessoa “meu pai bate na minha mãe, meu pai bate na minha mãe, meu pai bate na minha mãe”. Hoje ele não diz mais, porém, ele faz terapia semanalmente porque morro de medo das consequências que toda essa violência pode gerar nele [...] (**FLOR DO MULUNGU**).

Algumas pesquisas como Carneiro et al. (2017) e Patias, Bossi e Dell'Aglio (2014), em estudo acerca das repercussões da violência conjugal para as mulheres e seus filhos, evidenciaram que as mulheres têm sérias repercussões na saúde, ficando mais predispostas ao desenvolvimento de depressão, adoecimento psíquico, transtorno de ansiedade, destruição da autoimagem, fobia e estresse pós-traumático. No tocante às crianças, detectou-se comprometimentos na saúde mental, problemas escolares, sintomas depressivos, agressividade, pesadelos frequentes, retraimento, fuga de casa e ansiedade, como desdobramentos da violência doméstica sofrida pelas suas mães (PATIAS; BOSSI; DELL'AGLIO, 2014).

Adicionalmente, mesmo que a violência seja direcionada às mulheres, todos que estão no entorno familiar são afetados e sentem medo, especialmente as crianças. As consequências da violência familiar na saúde infantil podem ser classificadas por dois eixos. O primeiro discerne as consequências traumáticas que podem ser físicas, emocionais ou afetivas sendo agravadas pela saúde como a desnutrição, baixo-peso ao nascer dentro outras. O segundo eixo surge com o tempo decorrido da exposição à violência e o aparecimento do agravo. Neste sentido, as consequências podem ser imediatas, mediatas ou de longo prazo (REICHENHEIM; DIAS; MORAES, 2006).

Os elementos até aqui abordados são infância e adolescência, porém, percebe-se que a vida adulta confundem-se com a fase da adolescência em momentos importantes de suas vidas. No caso da Flor do Mulungu, aos quinze anos ela recebe da justiça sua emancipação provando que tem condições de buscar sua autonomia financeira e social, e assim o faz. Já a Flor da Caatinga, aos quatorze anos sai da casa dos pais “[...] *para fugir do ambiente violento o qual vivia e buscar a minha felicidade, construir uma família diferente da que eu conhecia [...]*” (**FLOR DA CAATINGA**) e passa a morar com o companheiro, aos quinze anos tem sua primeira filha, ou seja, ainda na adolescência adentra na fase adulta.

Flor do Algodão, durante a adolescência, vive dentro de um ambiente violento por sofrer a violência familiar, e neste momento, por cinco anos encontra-se em um relacionamento amoroso repleto de violência psicológica conseguindo romper, e na fase adulta, embarca em um casamento característico de violência patrimonial, psicológica, moral e física.

Nas análises abaixo, apresentam-se parte da vida adulta de Violeta da Caatinga, Flor do Mulungu e Flor do Algodão, em que estiveram submersas a todos os tipos de violência doméstica, bem como elas conseguiram resistir enquanto mulheres fortes, usando como apoio as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

6.2.2 Ciclo de violência

Segundo Walker (1979), o ciclo de violência envolve três momentos: aumento da tensão presente no abuso psicológico, por meio de humilhações e xingamentos; o segundo momento é o ataque violento por meio de agressões; e, por último, a calmaria ou “lua de mel”, na qual o agressor pede desculpas e promete que não repetirá os atos. As mulheres tendem a ficar presas nesse vicioso ciclo, acreditando que o agressor mudará.

Quando a mulher se encontra presa no ciclo de violência internalizando as agressões psicológicas e físicas tem dificuldade em ter consciência da situação de violência a qual estão inseridas, segundo Ferreira (2015):

- Aumento da tensão - Nesta fase, podem acontecer agressões verbais, crises de ciúme, destruição de objetos, humilhação psicológica, ameaças e pequenos atos de agressões físicas que produzem nas mulheres uma sensação de perigo constante;
- Ato da violência – Ocorre quando o agressor maltrata física e psicologicamente a mulher; estas agressões tendem a aumentar provocando nas mulheres medo, raiva e ansiedade;
- Lua-de-mel – Nesta fase o agressor mostra-se arrependido e começa a envolver a mulher com carinho e atenções, desculpando-se pelos atos de agressões e prometendo nunca mais voltar a praticar tais atos (FERREIRA, 2015, p. 36).

O ciclo é composto de três fases que tendem a repetir à medida que as agressões vão aumentando.

Desse modo, considera-se que conhecer as formas como as mulheres vivenciaram tal processo e o subverteram pode contribuir para fortalecer outras mulheres a resistir e romper com o ciclo da violência. Nesse posicionamento, o ciclo é relatado pelas entrevistadas esteve diretamente ligado ao relacionamento com o agressor:

[...] Aos 14 anos, conheci meu marido, que foi meu primeiro namorado, com dois meses de namoro eu já saí de casa, exatamente para sair daquela situação que eu vivia. E eu pensava em sair de casa, construir minha família e tirar minha mãe daqui [...] Meu pai me expulsou de casa, ele não aceitava o meu namoro, mas eu queria era sair mesmo de casa. Eu só fiquei com pena, por causa dos meus irmãos que eram pequenos, mas, eu não aguentava mais viver naquela situação. Então me casei e fui morar na casa da minha sogra [...] (VIOLETA DA CAATINGA).

Percebe-se que por não ter um lar emocionalmente estável, ou seja, baseados em agressões os filhos, geralmente, tendem a reproduzir os mesmos comportamentos, pois, além

de vários elementos de ordem social, este é o que eles conhecem. Em virtude disso se torna evidente que “As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente” (SAFFIOTI, 1999, p. 84), que atingem especialmente os comportamentos agressivos, dentro de seus relacionamentos, reproduzidos como naturais pelos filhos.

no início do namoro eram as mil maravilhas, mas quando fui morar junto os problemas começaram, pois ele tinha mais experiência de vida do que eu, então ele continuou saindo com os amigos, e eu ficava em casa porque ele não me deixava sair para lugar nenhum, e, assim, começaram as brigas, o controle aumentou, o ciúmes aumentou, até que engravidei, eram muitas humilhações que eu sofria, xingamentos, e depois ele pedia desculpas e eu desculpava [...] (**VIOLETA DA CAATINGA**).

[...] retornei ao Rio com 19 anos, para ajudar minha mãe. Nesse período eu já estudava para ser Técnica em Enfermagem, sempre gostei de estudar a área de saúde, me especializei em geriatria e foi a área em que atuei, continuei estudando [...] desde pequena eu desenhava uma casa com várias janelas, e eu dizia que era o quarto dos meus filhos, porque eu queria ter vários filhos, esse era o meu maior sonho, só que eu descobri que não poderia ser mãe porque tinha problemas de policistos no ovário [...] eu decidi fazer tratamento para engravidar juntamente com uma pessoa que estava junto comigo e queria fazer o tratamento, ele queria ser o pai dos meus filhos. Então eu namorei, noivei, casei, fiz tudo direitinho [...] até que consegui depois de muito tempo engravidar, e foi aí que começaram meus problemas. Eu tive uma gravidez complicada, precisava de repouso, até que um dia fui parar no hospital devido uma complicação, então lá precisei fazer um exame e eu vi o aperreio do meu marido, ele estava muito agoniado, então eu quis que a minha irmã entrasse comigo na sala de exame, e ele não gostou. Em casa a todo momento ele brigava comigo e dizia que eu preferia a minha família do que ele, e a partir daí começaram os ataques de raiva e as agressões físicas e verbais, muita coisa [...] a primeira agressão dele eu estava com seis meses de gravidez, quase perdia meu bebê [...] ele dizia que ia embora, arrumava as coisas e partia, duas horas depois ele voltava dizendo que ia mudar, como eu amava, né [...] ele uma vez tentou me bater, eu me tranquei no quarto, e ele começou a dizer que iria se matar, eu abri a porta do quarto e vi que não era sangue, era ketchup, ele fazia muito isso, mexia com meu psicológico [...] (**FLOR DO MULUNGU**).

[...] na fase adulta conheci o pai da minha filha, a gente teve um namoro tranquilo, normal, não tinha muitas brigas, nem questão de ciúmes, era supertranquilo, ele não proibia de nada, nem de amizades. A gente casou e ficamos casados por oito anos. Os dois primeiros anos de casamento foi bem tranquilo [sic], e decidimos ter a nossa filha [...] na gravidez já começaram os problemas, ele começou a querer me controlar em relação a como ele queria que eu levasse a gravidez, tipo desde que eu descobri a gravidez, por exemplo, fui para uma formatura e ele me proibiu de dançar porque eu estava grávida, me proibia de comer algumas coisas e isso mesmo minha gravidez sendo saudável e começou esse controle. Quando ela nasceu, continuou o controle porque ele queria determinar tudo, como eu deveria ser como mãe, o que eu deveria cuidar dela, eu não tinha poder de decisão de nada. E também em relação ao financeiro, eu sempre trabalhei, mas ele quem

controlou meu salário para organizar as contas, mas quando eu queria usar para mim, ele negava e dizia que esse mês não dava, eu nunca sabia quando eu poderia usufruir do meu próprio dinheiro, eu só usava quando ele deixava [...] **(FLOR DO ALGODÃO)**.

A partir dos relatos acima, percebe-se que o controle que os homens exercem sobre as mulheres vai aumentando à medida que o relacionamento vai amadurecendo. Em dois dos relatos acima as mulheres afirmam que o relacionamento mudou a partir da gravidez. Saffioti (1999) explana mais o entendimento do ciclo de violência ao acrescentar como uma escalada da violência, ou seja, ela vai aumentando à medida que a mulher busca romper com a violência. De certo modo, há o incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto, mais adequada ao desfrute do prazer, especialmente, em relação a violência doméstica (SAFFIOTI, 1999).

Negrão (2016) afirma que os períodos de gestação e puerpério não isentam as mulheres das agressões; não obstante, são poucas as denúncias em virtude de questões subjetivas, a exemplo do medo das mulheres ficarem sozinhas nesse período. Oliveira e Vianna (1993), analisando a produção da violência conjugal na gravidez, por meio da narrativa das mulheres, constataram que a gestação ocasiona a dinâmica da violência e apontam fatores como sentimento de ciúme da criança que irá nascer, abalo da virilidade do homem, destituição de sua onipotência. “Além disso, o fato do processo de gerar acontecer no corpo da mulher dá a ela o poder de saber quem é o pai, desencadeando insegurança no homem sobre a paternidade da criança” (OLIVEIRA; VIANNA, 1993, p. 165).

Mais precisamente acerca da violência física e psicológica, as entrevistadas destacam:

[...] ele me leva para a casa da mãe e eles me aceitaram, foi onde começou as desavenças [sic], as brigas, eu era praticamente uma criança, não sabia como era o mundo lá fora, não tinha diálogo com meus pais, fui aprendendo do pior modo [...] ele era mais velho e começou as brigas ficando mais tensas [sic], eu era uma menina e logo achei uma igreja. E foi onde começaram todos os problemas, se dependesse dele eu não saía de casa, eu não trabalhava, não estudava, o que eu podia fazer era ir à igreja. Logo engravidei e tive minha filha aos quinze anos, e eu queria criar ela dentro da igreja [...] **(VIOLETA DA CAATINGA)**.

[...] a partir daí ele desencadeou um ciúme terrível, que não queria que eu falasse com ninguém, muito menos com alguém do sexo masculino, e se chegasse ele já insinuava que eu tinha alguma coisa, e isso durou muitos anos [...] ele gostava muito de falar dos outros relacionamentos, e isso era pra colocar medo em mim de perdê-lo [...] **(VIOLETA DA CAATINGA)**.

Como discutido anteriormente, as mulheres são as que estão mais susceptíveis a violência doméstica, pelas razões hegemônicas do patriarcado que impõe a mulher condições de subserviência e vulnerabilidade que foram enraizadas. Assim, envoltas a essa desigualdade de poder, as mulheres ficam mais frágeis tanto a sua integridade física como a emocional. Segundo Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) as causas da violência são descritas principalmente pelo ciúme e jogo de poder, associada à questão da construção social dos papéis masculinos e femininos e da desigualdade existente nas relações de gênero segundo Galvão e Andrade (2004).

[...] voltei a estudar sem ele saber, ficou assustado porque era acostumado a mandar, né, e já foi me agredindo muito com palavras, e as agressões físicas não eram constantes, mas existiram, inclusive na frente das minhas filhas, e eu me pegava pensando “estou vivendo a mesma situação da minha mãe”, e minha situação era pior, porque ele era usuário de drogas, ele até arma dentro de casa ele tinha, e eu tinha muito medo [...] ele dizia que ninguém ia querer uma mulher com três filhos nas costas, que ninguém iria me querer [...] **(VIOLETA DA CAATINGA)**.

Em seu relato Violeta da Caatinga afirma que mesmo contra a vontade do marido ela voltou a estudar, mostrando assim, que mesmo em situação de violência a mulher reage, como afirma Saffioti (1999, p. 89) “Isto não significa que a mulher sofra passivamente as violências cometidas por seu parceiro. De uma forma ou de outra, ela sempre reage”, seja de modo visível ou invisível sob o olhar do agressor. Mesmo quando permanecem na relação por décadas, as mulheres reagem à violência, variando muito as estratégias (SAFFIOTI, 1999).

Tais reações, geralmente, enfurece o agressor, pois ele percebe que está perdendo o controle da situação, e assim, as violências psicológicas e físicas aumentam. A violência psicológica sempre presente em todas as outras, ela é a mais forte e a que mais difícil da mulher desvencilhar, por estar vinculada aos elementos psicológicos. Por meio dessas reações pode-se observar o protagonismo da mulher em sua própria história, mesmo que esteja em situação de violência.

[...] eu apanhava todos os dias, e eu dizia a quem perguntava que tinha caído, ou que meu filho me mordeu, eu nunca contei a ninguém porque eu tinha aprendido que o que acontecia em casa ficava em casa [...] depois que me deparei com minha mãe dizendo que sabia, mas que não podia dizer nada, e falava eu que apanhava porque era desobediente [...].

A partir da naturalização da violência doméstica, considerando o viés cultural, e por não conhecerem sua história de lutas no âmbito da macropolítica, as mulheres internalizam que são incapazes de modificar suas estruturas sociais, e passam a internalizar que de fato a

condição da mulher é diminuída e que ela deve continuar apanhando pois este é o seu papel. Saffioti assevera que violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino (SAFFIOTI, 1999).

[...] mesmo separado, ele me agredia na rua, queria me empurrar, tirar meu filho do meu colo [...] e ele dizia que nunca tinha me agredido, apenas se defendia. Eu organizei uma festa de aniversário de um ano para meu filho, e as pessoas não vieram porque ninguém gostava dele, e uma semana depois ele me deu uma surra por nenhum motivo, eu fiquei toda roxa [...] teve uma vez que eu levei uma surra porque pedi para ele levar um casaco pra colocar no menino, e ele entrou dentro de casa furioso porque eu queria ensinar ele a cuidar do meu filho, e me bateu; a minha sorte é que eu estava fazendo um bolo e na hora da surra o bolo começou a queimar e minha irmã morava no andar de cima, e veio até minha casa falar que o bolo estava queimando, e viu ele me enforcando, na mesma hora ele me soltou e assim eu não morri, porque eu iria morrer [...] (**FLOR DO MULUNGU**).

A partir da lógica patriarcal de gênero, a sociedade integra e organiza a partir da aceitação da virilidade masculina e da posição de superioridade de dominação dos homens frente às mulheres como ato imutável da natureza (ALMEIDA; BANDEIRA, 2006), assim o homem está autorizado a agredir/espancar a mulher até mesmo matar.

[...] e quando meu filho fez um ano, após essa surra, eu decidi me separar, saí de casa sem nada, eu só queria sair daquela situação. Mas a partir desse dia eu assinei minha sentença de morte, porque ele passou a me perseguir, me ameaçar [...] ele usava o menino para poder me atingir, e mentalmente ele me atingia, e por incrível que pareça eu ainda amava ele, mas era na verdade uma espécie de obsessão [...] ele me enviava foto com outras mulheres no motel, dizia que elas eram mil vezes melhores que eu, e tudo era para me afetar [...] me xingava, me humilhava na frente de todos, inclusive na rua [...] ele me xingava nos trabalhos e me humilhava, e eu acabava perdendo o emprego (**FLOR DO MULUNGU**).

Foucault (1979) considera que onde há poder, há resistência. Neste viés, o poder do homem exercido sob a mulher, que o autoriza a agressão também permite a resistência por parte da mulher, ou uma reação. O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens são preparados para o exercício do poder, que muitas vezes, utilizam da força. Acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Outro ponto a destacar, a partir do relato acima, que o agressor utiliza elementos que façam com que ela perca o emprego para que ele volte a exercer o domínio financeiro sobre ela, de modo, que possa exercer o poder com mais veemência.

[...] chegou ao ponto de eu ter que voltar para cá (Campina Grande), porque lá (Rio de Janeiro) ele me perseguia, eu precisei passar oito meses escondida porque ele me seguia mesmo, eu tinha crise de pânico porque eu sabia que eu iria morrer a qualquer momento [...] quando eu cheguei aqui ele continuou perturbando, meu primeiro B.O. foi em 2015, mas eu só conseguir ter a Lei que me defende hoje (Lei Maria da Penha), três anos depois em 2018 [...] **(FLOR DO MULUNGU)**.

[...] uma mensagem que ele viu e achava que eu estava traindo ele, e eu continuei dentro de casa, ele começou a ligar para minha família dizendo que eu estava traindo ele, e eu não neguei nada porque ele estava transtornado, então não adiantava eu falar nada [...] eu descobri, após umas brigas, que tivemos que ele se passava por mim nas redes sociais, e inclusive eu precisei sair de casa, fugir mesmo, devido umas ameaças que ele fez pra mim [...] **(FLOR DO ALGODÃO)**.

O agressor no auge do exercício do poder, utilizam a violência psicológica para exercer o controle chegando as vias da violência física. Assim, a violência de gênero passa a ser rotinizada, como na fala de Flor do Mulungu, chegando ao ponto de precisar mudar de cidade para fugir das ameaças do ex-marido. Como reforça Almeida (1998) à medida que o cenário de agressão vai aumentando, o terror doméstico vai adoecendo as mulheres obstruindo as possíveis saídas.

[...] eu descobri mais tarde que ele monitorava minhas conversas de whatsapp, até porque ele tinha todas as minhas senhas das redes sociais, inclusive do meu celular, eu também nunca escondi nada até porque não tinha o que esconder, ele sabia tudo o que eu conversava [...] uma dessas ligações ele disse a meu irmão que só não me matou por causa da nossa filha, que se não fosse a filha teria torado minha cabeça pendurado na frente da casa da minha mãe, que já tinha dado uma surra em mim, e isso tudo eu dentro de casa com ele [...] **(FLOR DO ALGODÃO)**.

[...] Quando ele se afastou e foi pra cozinha, eu peguei a chave e corri para fora, e ele correu também e me deu uma chave de braço e me derrubou, eu gritei e saíram os vizinhos e ele me soltou. Eu ainda fiquei em casa, e minha família chegou em casa e ele passou mal, foi pro hospital e fiquei aguardando, no outro dia, quando ele chegou, falou que iríamos seguir a vida normal, que teria que cumprir com as minhas obrigações de casa, cuidar da minha filha e que ele não me dava satisfação de nada da vida dele, mas que eu deveria cumprir todas as minhas obrigações [...] **(FLOR DO ALGODÃO)**.

O ciclo de violência doméstica é marcado por uma constante repetição de fatos e atos, e quando a mulher se cala, o agressor não se sente responsável pelo que fez e, assim, fortalece o entendimento de que o ato agressivo foi correto, pois não houve uma punição para ele. Com o tempo, os ciclos de violência se tornam comuns, os agressores internalizam os atos como naturais à condição de estar em uma posição superior. Vale destacar a violência nas redes sociais, enquanto constantes nos relacionamentos abusivos, pois, o agressor exerce o poder sobre as redes tomando por base o ciúme e a posse disfarçados em discursos machistas e patriarcais.

Abaixo o relato dos atos de violência física que mais marcaram a vida de Violeta da Caatinga, Flor do mulungu e Flor do Algodão:

[...] com o tempo nos mudamos, as meninas estavam mais felizes, ele melhorou um pouco, mas as crises de ciúmes dele eram constantes, mas ele continuava a me maltratar. Um certo dia, ele idealizou que eu estava tendo um caso porque ele viu uma mensagem em meu facebook – até porque ele tinha todas as senhas das redes sociais – e eu não tinha nada para esconder. Ele exigia que eu deixasse exposto, e eu deixava. Quando ele leu essa mensagem, veio para cima de mim, dizendo o que era aquilo e foi me xingando e humilhando na frente das minhas filhas, e ele tomou meu telefone. Eu tentava dialogar, e assim ele partiu para cima de mim para me agredir, me bateu, foi quando as minhas filhas foram para cima dele e o mandou [sic] embora de casa, chorando muito. E essa foi uma das agressões que mais mexeu comigo, porque eu vi nos olhos das minhas filhas a dor **(VIOLETA DA CAATINGA)**.

[...] a outra agressão foi a pior de todas, já estávamos separados, pois, um mês antes eu tinha flagrado ele com outra mulher, e disse que não queria mais ele. E ele muito insistente não queria se conformar com a separação, precisei entregar a casa que morava de aluguel, porque ele nos abandonou e não ajudava em nada. Um dia eu estava em uma lanchonete, em um lugar público, e ele chega lá de moto, me vê e começa a gritar com xingamentos, e me puxou pelos cabelos e tinha uns copos em cima da mesa que caíram no chão e quebraram, ele me arrastou por cima dos copos pelos cabelos, arrancou muito cabelo, e toda vez que eu me soltava ele pegava novamente me jogava no chão, na frente de todos e ninguém fez nada. Ele só foi embora porque a menina começou a gritar que a polícia estava vindo e ele estava armado, e com medo fugiu. Assim fui para a delegacia, fiz o B.O., fiz corpo de delito, e o denunciei [...] até então eu não tinha pretensão de denunciar ele, mas devido a essa agressão eu percebi que precisava porque ele iria me matar [...] **(VIOLETA DA CAATINGA)**.

[...] fui me afastando de todo mundo, porque eu tinha muito medo que ele me matasse na frente da minha mãe, dos meus amigos, familiares. E vim para Campina Grande. Ele me humilhava em todas as redes sociais, fala mal de mim para meus amigos [...] esse ano ele ligou para meu trabalho dizendo que eu tinha sequestrado meu filho para me prejudicar, mesmo estando distante [...] todas as vezes ele me batia – e eu apanhava todos os dias, ou era

empurrão, ou tapa, ou surra – eu achava que iria morrer **FLOR DO MULUNGU**).

[...] Teve um dia que ele foi pegar meu filho em minha casa, porque era o dia do meu filho ficar com ele, e ele me chama no portão, eu disse que Rafael estava dormindo, que ele voltasse mais tarde, e ele pediu para eu deixar ele entrar, e deixei. Eu falei vá embora, senão eu vou gritar, e ele começou a me xingar e ameaçar dizendo que iria mandar alguém me matar, ele pegou uma faca da cozinha e disse se eu não iria ficar com ele, também não ficaria com mais ninguém, se eu não lhe matar, eu vou me matar, e isso aos gritos. Eu mandava ele se acalmar, mas eu estava apavorada porque em outra agressão ele me rasgou de faca todinha, no pescoço, barriga, braço, costas, enfim. Daí eu peguei Rafael do jeito que estava e saí correndo pra fora de casa do jeito que eu estava, como uma louca. Depois liguei para minha mãe, e disse que ele estava sentando na frente de casa com a faca na mão, e só voltei para casa no outro dia, peguei umas roupas e vim embora para Campina [...] (**FLOR DO MULUNGU**).

[...] eu cheguei em um nível de me sentir um nada, eu acreditava naquilo que escutava todos os dias, eu andava toda vestida de calça e camisa de manga longa para esconder as marcas do corpo [...] teve um dia que ele me deu um soco que eu permaneci em pé, e no outro dia eu tinha que ir trabalhar, e passei a noite toda colocando carne congelada no olho para amenizar o olho roxo, para ninguém ver. E hoje eu penso, meu Deus, eu escondia um monstro [...] (**FLOR DO MULUNGU**).

[...] neste mesmo dia, eu acordei, arrumei minha filha e ele disse que iria deixar ela [sic] na escola, eu deveria ir trabalhar e eu voltasse para dar o almoço a ela, e assim eu fiz. Ele foi lá no meu trabalho pegou meu celular e começou a se passar por mim, falando com meus amigos. A partir daí eu fui embora e não voltei mais, me escondi na casa de uma amiga, eu estava apavorada. No outro dia ele deixou minha filha com minha mãe para ir trabalhar, e fez uma encenação que iria se matar, ele tomou veneno e disse que iria pular de um lugar alto, daí ele foi socorrido e ficou internado. Nesse meio tempo, eu prestei queixa e pedi medida protetiva. Ele continua me cercando, usa a minha filha para se aproximar de mim [...].

[...] eu tenho medo, por conta do que eu passei, a questão da tortura psicológica mesmo [...] eu tenho medo de outro surto dele. Eu estou em tratamento, com a psicóloga e a psiquiatra, estou tomando medicação, porque eu não fiquei bem [...] ele disse à minha mãe que não teria coragem de me matar, mas teria de me dar uma surra, e no surto ele teria essa coragem [...] eu não quero mais ele de jeito nenhum [...] (**FLOR DO ALGODÃO**).

A violência contra as mulheres constitui fenômeno estruturado pela organização social de gênero, alicerçada em questões culturais envolvidas por sentimentos de controle, poder e submissão, colocando a mulher em uma situação de hierarquia em relação aos homens. Como reforça Gregori (2012, p. 193), “a relação de violência homem versus mulher apresenta uma peculiaridade frente a qualquer outra. O laço que une a mulher ao seu opressor não pode ser

igual àqueles que ligam outros opressores e oprimidos”, ou seja, existe uma dependência emocional que envolve ambos.

Tal dependência é relativizada pela violência psicológica, como também pela baixa autoestima estimulada pelas agressões. Para romper com o ciclo de violência, a mulher em situação de violência precisa de ajuda e apoio do Estado, por meio das políticas públicas que garantam sua segurança e bem-estar social, econômico e cultural.

A violência contra a mulher se estende nos mais variados modos, a partir do controle emocional e físico, baixando sua autoestima ao ponto dela ir se afastando do convívio social e internalizar que não mais saída. A partir daí começam a apresentar sintomas de depressão e comportamentos suicidas a partir da ideia de morte como única saída para libertar-se do ciclo contínuo de violência (CORREIA, 2018). **Flor do Mulungu** expressa “[...] *olha hoje eu não penso mais em me matar, mas teve dias que eu imaginava que se eu me jogasse na frente do ônibus, resolveria meus problemas, mas penso no meu filho, porque ele só tem a mim [...]*”.

Vale ressaltar que a mulher precisa, antes de tudo, sentir-se fortalecida e empoderada para romper com o ciclo de violência. Segundo Kleba e Wendausen (2009, p. 738), o empoderamento acontece em três dimensões da vida social: “psicológica ou individual, grupal ou organizacional e estrutural ou política”. Assim como as entrevistadas acima, que sentiram o desejo e a necessidade em buscar ajuda, pois viram que suas vidas estavam em risco.

Isto porque o empoderamento é um processo pessoal e político, cujas dimensões pessoais/internas e corporais não podem desvincular-se de suas conotações políticas, de impugnação das relações de poder vividas não somente nas relações familiares, nas quais os sujeitos vivem cotidianamente e, por sua vez, são parte da ordem social. Neste sentido, o empoderamento deve ser priorizado como transformação de estruturas de subordinação, ou seja, como um processo de emancipação (CRUZ, 2018, p. 104).

Importante destacar que o processo das mulheres para procurar apoio externo não é linear e homogêneo; condições subjetivas e objetivas influenciam nesse processo, como o medo, a falta de apoio, a vergonha, o sentimento de culpa, a dependência econômica, a impunidade, entre outros.

Um exemplo apontado por Oliveira e Vianna (1993, p. 162) contribui para corroborar tais enunciações, “[...] quando a mulher diz que não se separa porque não tem como criar os filhos sozinha, não podemos concluir que ela está numa posição passiva. Na maioria das vezes, a mulher que não tem emprego, que não tem renda, se submete a agressões conjugais em nome da responsabilidade de criar os filhos [...]”.

Conforme Côrtes (2012, p. 155), não obstante as mulheres não manipulem as mesmas parcelas de poder que os homens, não são assujeitadas, passivas e muito menos cúmplices da situação de violência. Elas agem e reagem, no momento da agressão ou posteriormente, utilizando as estratégias possíveis e os micropoderes, [...] “procurando apoio externo, ou mesmo “esquecendo” de arrumar a casa ou jogando água fervente sobre o companheiro”.

Compreender tal dinâmica é imprescindível para uma abordagem que respeite o reconhecimento da diversidade, do tempo, das possibilidades, interseções e estratégias das mulheres para romper com a situação de violência.

Nesse sentido, concebe-se que procurar a Delegacia da Mulher, o CERMFL, configura um ato de coragem e empoderamento, ao tornar público uma problemática ainda concebida de ordem privada e questão particular. Além disso, o contato com os atendimentos e os conteúdos informacionais dinamizados pelos equipamentos públicos específicos às mulheres em situação de violência, com a rede de atenção às mulheres, é fundamental para a ressignificação de esquemas hegemônicos de gênero, para o fortalecimento das mulheres, acesso a informações sobre direitos e órgãos que podem garantir a vida das mulheres, a exemplo das Casas Abrigo.

A categoria seguinte apresentará a importância das políticas públicas enquanto mecanismos de resistência e fortalecimento para as mulheres, e narrará o processo trilhado pelas entrevistadas para acessar o CERMFL.

6.2.3 Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes

Os movimentos feministas e de mulheres vêm buscando, desde o século passado, contrapor-se às relações de poder, dominação e privilégio dinamizadas nas sociedades, em detrimento das mulheres. Por meio de estratégias diversificadas, atuação em ONGs, campanhas e protestos, atuaram e atuam para que a violência doméstica seja reconhecida pelos órgãos estatais, assim iniciando um longo caminho cercado por luta, reivindicações, acordos assinados, convenções, visando à cidadania plena das mulheres (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017). Dado que as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder estão presentes em toda a sociedade, “o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que tenha o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família [...] espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados” (SAFFIOTI, 2004, p. 54).

Neste viés, percebe-se a importância dos movimentos feministas ao introduzir nos debates e demandas a importância das mulheres em todas as esferas da sociedade, por meio da luta ao reconhecimento dos seus direitos. Segundo Figueiredo (2008) o feminismo significa um processo de reeducação, ressignificação de padrões hegemônicos de gênero que permeiam distâncias instâncias sociais e estruturas subjetivas. Visa a mudança de mentalidades e o rompimento com a situação de desigualdade e o resgate do descobrimento das potencialidades e da força das mulheres.

Os espaços de debates e reivindicações a partir dos movimentos são essenciais para as demandas acerca dos direitos políticos, de saúde, sexualidade, direito ao próprio corpo, políticas públicas para as mulheres e equidade de gênero (SCOTT, 1995). Os movimentos feministas e de mulheres no Brasil denunciaram a violência contra a mulher, e exigiram políticas efetivas que enfrentassem e protegessem as mulheres em situação de violência.

Desde o início dos anos 1980, as feministas têm lutado por “serviços integrados” de atenção às mulheres em situação de violência: serviços psicológicos, de assistência social, de saúde e de orientação jurídica, serviços policiais capacitados para esta questão, casas abrigo, e medidas preventivas sobretudo no campo da educação. Ou seja, uma rede articulada de atendimento com profissionais capacitados e preparados para atender a mulher em situação de violência, políticas integradas (SANTOS, 2010). Assim, elas concebiam que a violência contra a mulher deveria ser concebida por várias vertentes, como, a psicológica, social e criminal.

As políticas deveriam ser criadas para além das delegacias da mulher, que contemplem o atendimento e o acompanhamento contínuo da mulher em situação de violência. Em virtude das demandas surgirem a partir de situações reais das mulheres que foram estruturadas em pesquisa realizadas, as políticas foram criadas a partir de elementos coletados e analisados com objetivos e metas fundamentadas, ou seja, a informação estratégica está presente na elaboração das políticas públicas, pois, precisa partir da sociedade a criação de mecanismos que coíbam situações que mexa com a balança da desigualdade. Deste modo, as políticas públicas são criadas com direcionamentos específicos, voltadas a superar ou amenizar as desigualdades, defender os direitos humanos e atender as especificidades de gênero (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2017).

Por conseguinte, as políticas de informação de gênero têm como características se articularem enquanto mediadoras da informação, com o intuito impulsionar o empoderamento e o protagonismo das mulheres, para que elas rompam com o ciclo contínuo de violência. Em virtude disso, o CERMFL é estruturado com o objetivo principal de proporcionar apoio e

acompanhamento através de ações que forneçam apoio externo através dos mecanismos do Estado.

Abaixo, têm-se os relatos sobre como essas mulheres trilaram seus caminhos em busca das políticas públicas de gênero.

[...] encontrei no Centro o apoio que eu precisava, essa equipe é maravilhosa [...] depois que eu fui agredida em público na lanchonete, eu fui direto para a delegacia da mulher onde recebi os amparos legais, mas, lá fui orientada a buscar o Centro Estadual da Mulher Fátima Lopes em Campina Grande, pois eles têm um atendimento mais especializado para apoiar as mulheres que sofreram violência doméstica. Então fui, e chegando lá me deparei com atendimento social, psicológico e jurídico e no momento eu precisava de todos, porque estava me sentindo destruída por dentro, por fora, como também desamparada. Eu sentia vergonha de mim mesma, de não ter reagido na primeira tapa, no primeiro empurrão [...] mas no Centro encontrei o apoio que precisava [...] **(VIOLETA DA CAATINGA)**.

Os Centros de Referência atuam como políticas de enfrentamento a violência domésticas essenciais e pontuais para as mulheres, visto que “visam a promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meio de ações globais e de atendimento interdisciplinar à mulher em situação de violência” (CORTÊS, 2012, p. 157). Mais uma vez, reforça os elementos sociais e culturais na perspectiva de intervir com políticas transversais que interagem entre o Estado e a sociedade por meio de diretrizes e princípios que norteiam as ações localizadas nos micropoderes institucionais.

[...] quando eu vim para Campina Grande, praticamente fugida do Rio porque lá certamente eu iria morrer, eu consegui um trabalho em uma clínica aqui perto, e todos os dias eu passava de ônibus aqui na frente do Centro, e como tem o nome Mulher na fachada eu fiquei curiosa para saber do que se tratava. Então um dia eu desci do ônibus e vim até o Centro, e perguntei qual o trabalho que se desenvolvia, prontamente fui convidada a conhecer o ambiente e elas foram me explicando qual era a finalidade das atividades ali desenvolvidas. Logicamente eu me identifiquei, e contei a minha história [...] estou sendo acompanhada pelo Centro desde janeiro de 2019, essa equipe me ajuda demais, são mulheres competentes e humanas [...] foi aqui na Paraíba e no Centro de Referência que encontrei o apoio que eu precisava, sou eternamente grata [...] **(FLOR DO MULUNGU)**.

[...] eu precisei me esconder na casa de uma amiga, porque eu tinha medo de passar por tudo aquilo que tinha passado, essa amiga é assistente social e conhece o Centro, como também suas atividades, então ela disse que eu viesse e buscasse ajuda,, porque aqui eu teria. E assim foi, estou sendo atendida pelo Centro faz mais ou menos trinta dias, tenho o acompanhamento da psicóloga e da advogada daqui [...] **(FLOR DE ALGODÃO)**.

Cabe ressaltar que apesar das políticas públicas de gênero estarem integradas e atuando a partir de uma rede articulada de serviços interligados, é necessária uma maior integração das suas ações para que as mulheres em situação de violência sejam atendidas, cada vez mais, por profissionais capacitados e humanizados, visto que ao buscarem o atendimento, elas estão emocionalmente fragilizadas. De acordo com Bandeira e Almeida (2006) as políticas públicas devem estar em várias instâncias como programas de geração de renda, acesso à educação, profissionalização e capacitação para as mulheres dentre outras. Todas as instâncias devem se articular. Consequentemente, as políticas devem estar sendo constantemente avaliadas para analisar se seus objetivos estão sendo cumpridos.

O centro é estrategicamente localizado no entorno de um complexo hospitalar no centro de Campina Grande, com fachada colorida com o intuito de chamar atenção através da visualização das pessoas que passam. A partir de dados coletados pela pesquisa de PIBIC da professora da UFPB Dra. Gisele Rocha Cortês, destacaram que 21,7% das mulheres ficaram sabendo do Centro por meio de amigos (as) e 15,6% por meio da visualização do prédio.

As políticas de informação de gênero são constituídas a partir do conjunto de diretrizes, regras, ações e atividades que intercaladas com outras políticas, interferem em padrões culturais, sociais e econômicos da sociedade, utilizando como elemento imprescindível a informação devidamente tratada e articulada, estrategicamente, para alcançar as representações sociais que apresentam, historicamente, situações de desigualdade social e/ou discriminação.

Nesse sentido as ações e atividades do Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes constituem políticas direcionadas às mulheres e têm a informação enquanto o insumo principal que orienta todas as atividades ao enfrentamento, agindo como mediadoras da apropriação da informação para as mulheres em situação de violência, como afirma Saffioti (1999), é muito difícil para as mulheres se desvincular de um homem violento sem apoio externo.

Ressalta-se que uma parcela significativa de mulheres é vítima de feminicídio justamente porque os (ex) “companheiros” não aceitam a sua tomada de decisão de pôr fim à relação, ou seja, eles percebem que a mulher está resistindo a dominação, então as agressões físicas e psicológicas aumentam, assim, percebe-se a importância de mecanismos que as auxiliem a fortalecer sua resistência até romper definitivamente o ciclo violento.

O apoio externo, a exemplo do CERMFL (Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes), contribui no processo de ressignificação dos esquemas dominantes de gênero, os quais engendram relações de poder e, não raro, são incorporados pelas mulheres,

acarretando que fiquem propensas a utilizar categorias, esquemas classificatórios construídos do ponto de vista dos dominantes “para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes”, o que o Bourdieu denomina como a “objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (BOURDIEU, 1999, p. 47). Em virtude disso, o CERMFL age enquanto mediadora do processo de fortalecimento e empoderamento da mulher diante das situações de violência que estão submersas, fortalecendo-as por meio de informações estratégicas.

Segundo Gomes (2019, p. 16), “a apropriação da informação é sustentáculo do processo de conscientização, de domínio do conhecimento e do exercício da crítica, para a construção do sujeito protagonista”. Desse modo, a mediação da informação busca trabalhar a partir da ação do exercício crítico, desenvolvendo estratégias de comportamento e potencialidades individuais e coletivas, agindo como elemento formativo e, assim, o mediador atua como agente político enquanto caminho para fazer com que as mulheres busquem o romper do ciclo da violência doméstica e reconstruam suas vidas (GOMES, 2019).

Assim, as dimensões do empoderamento e protagonismo das mulheres aconteceriam a partir da comunicação mediada pelos projetos e ações vindos das organizações sociais coordenadas por ativistas empoderadas e protagonistas em busca da equidade social de gênero. Tais políticas visam à equidade de gênero, estabelecendo todos os direitos, o respeito, o exercício à plena cidadania e, assim, compreendendo que as relações sociais são dinâmicas e ao mesmo tempo evocam a participação de diferentes atores sociais, respeitando suas particularidades, porém estabelecendo conexões solidificadas na igualdade e respeito (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015).

O Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes busca, por meio de suas atividades, fortalecer a autoestima da mulher para ajudá-la a romper o ciclo de violência no qual está inserida e fazer com que ela recupere a sua autoestima, agindo como mediadora entre a informação estrategicamente construída para que se aproprie de si mesma. Segundo as entrevistadas:

[...] por causa das atividades do Centro, hoje eu consigo identificar os tipos de violências o qual eu estava inserida [sic], e nas oficinas a gente compartilha nossas histórias e vamos enxergando que outras mulheres passam por situações muito parecidas com as nossas, e assi, vamos ajudando umas às outras. É muito bom. Compreendemos melhor nossos direitos e assim conseguimos recuperar nossa autoestima [...] (**VIOLETA DA CAATINGA**).

Nesta perspectiva, compreende-se o protagonismo no contexto de luta e resistência pautadas em ações que advém do empoderamento individual e coletivo fazendo com que o sujeito se torne ator ativo no enfrentamento aos problemas sociais e culturais advindos da sociedade, pautados na potência transformadora regidas pela resistência.

De acordo com Gomes (2019, p. 12) “o protagonismo social é uma conduta, uma postura, um modo de existência que envolve todas as esferas da vida humana [...] que inclui o objeto informação”. Compreende que as palavras resistência, luta e poder são elementos de suma importância para o protagonista que busca a transformação da realidade. Neste direcionamento, a mulher ao buscar ajuda do Centro está resistindo ao sistema opressor, uma vez que está rompendo com as barreiras do medo, vergonha e culpa e demonstram força e coragem para romper com o ciclo agressivo o qual está inserida, e, portanto, mesmo em situação de violência ela é protagonista de sua própria história.

[...] aqui no Centro eu enxerguei uma luz no fim do túnel, hoje consigo reproduzir minha história sem chorar, pois, com a ajuda das meninas do Centro, eu compreendi o que passei. Entendi que nunca foi minha culpa – sim eu me culpava, por estar ali naquela situação – eu me perdoei e estou aprendendo a perdoar o pai do meu filho [...] ainda tenho muita mágoa porque ele destruiu o meu maior sonho, que era ter uma família, mas hoje eu entendo que minha família sou eu e meu filho e que podemos e somos felizes juntos [...] às meninas do Centro serei sempre grata. Espero que minha história ajude outras mulheres que passam por situações de violência, e que elas possam ter força para buscar ajuda e consigam romper a relação tóxica que estão submetidas (**FLOR DO MULUNGU**).

[...] eu consigo identificar todos os tipos de violência que ele me fez passar, como, por exemplo, a violência patrimonial, que antes eu não enxergava que era uma violência, e a partir das conversas e orientações que recebi aqui, eu comecei a ver com clareza [...] eu nunca mais quero passar por tudo aquilo novamente, foi muito doloroso, estou tendo o apoio necessário aqui no Centro, especialmente pela coordenadora, psicóloga e a advogada, são mulheres competentes e dedicadas [...] (**FLOR DO ALGODÃO**).

De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 92), a mediação da informação significa “Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional”. Ainda de acordo com o autor, a mediação da informação inclui dois fatores fundamentais: a apropriação da informação que é inerente ao processo de produção/disseminação da informação e interferência que é inerente aos procedimentos de como a informação será destinada ao usuário.

Consequentemente, as ações e atividades que o CERMFL desenvolve, age como mediadora entre as políticas de enfrentamento à violência doméstica, bem como atinge as mulheres a elas buscarem romper com o ciclo contínuo de por meio do protagonismo e empoderamento, utilizando a informação enquanto insumo principal de suas atividades.

Em relação aos serviços pontuais da Delegacia Especializada da Mulher, as entrevistadas enfatizam:

[...] quando eu vi a necessidade de ir à Delegacia da Mulher para denunciar ele, eu fui bem atendida, porém, é muito desconfortável ter que repetir aquela mesma história várias vezes, em intervalos de tempo pequenos, então isso não é bom naquele momento [...] (**VIOLETA DA CAATINGA**).

[...] as Leis avançaram eu tenho consciência disso, mas precisa avançar mais. Nossa eu não conto as vezes que fui à delegacia e perguntam “quantos tapas ele te deu quantos socos?” e eu falava: eu não contei... como poderia contar? Você fragilizada não tem cabeça para pensar... eu venho repetindo a minha história há quatro anos, e isso é dolorido [...] A Defensoria Pública perderam meus documentos milhares de vezes, então eu tenho que juntar tudo novamente, e isso é horrível [...] (**FLOR DO MULUNGU**).

[...] eu estava muito fragilizada na época, e eu não gostei do atendimento na Delegacia, porque eu estava na sala com a escrivã pegando meu depoimento e toda hora entrava alguém na sala para tirar uma dúvida de um processo, e eu precisava interromper meu depoimento, isso aconteceu umas dez vezes. Algo muito chato. Com a Delegada foi mais tranquilo [...] (**FLOR DO ALGODÃO**).

Importante salientar que não se pode generalizar as críticas ao atendimento prestado pelas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, as quais são historicamente políticas fundamentais para o enfrentamento à violência. As DEAMS e a Defensoria da Paraíba têm realizado trabalho de prevenção e coibição às desigualdades de gênero, mas os relatos acima explicitam a necessidade de fortalecer a humanização no atendimento primário.

No processo de diálogo que se segue à queixa-denúncia, há sempre a oferta de informações sobre o significado do ato de vir trazer uma denúncia à delegacia: a queixa pode ser transformada em acusação de exercício de ato criminoso. Os efeitos desta informação não dependem apenas do seu conteúdo, mas também da forma de sua enunciação e entonação. Conforme sua enunciação, e não só seu conteúdo, esta informação pode propiciar a transformação da queixa em registro e posterior inquérito policial ou pode desencadear um momento do bloqueio da queixa, e o registro não é feito. Aconselhamentos e encaminhamentos diversos podem ou não ser feitos durante ou depois deste desfecho. Assim a interlocução entre agentes e usuárias é um evento crítico que define o nascimento ou a

morte de um eventual processo de queixa-crime. (MACHADO, 2002, p. 9)

Salienta-se a necessidade das políticas de informação de gênero estarem mais integradas e articuladas, tendo em vista a necessidade da humanização no atendimento à mulher em situação de violência em todas as esferas que compõem a política, assim, “a violência consiste em uma violação de direitos [...] que envolvem rompimentos nas relações de intimidade e confiança permeados por julgamentos morais que desqualificam a mulher na subjetividade” (TAVARES et al., 2017, p. 136), daí a importância que o atendimento valorize a mulher em sua totalidade.

Percebem-se, a partir dos relatos, três perfis diferentes de mulheres que passaram pela situação de violência doméstica nos mais variados tipos, porém as histórias de superação se encontram no espaço de apoio do Centro. Percebe-se as marcas da violência que essas mulheres carregam ao apresentar suas histórias, mesmo que as agressões físicas tenham lhes atingido, são os traumas psicológicos que elas pontuam como mais marcantes. Todas as mulheres adoeceram psicologicamente e em algum momento fizeram uso de mediação psíquica e estão em tratamento psicológico.

Ao passo que elas estão sendo acompanhadas pelo Centro, através de oficinas de empoderamento e compartilhamento de suas histórias, atendimento psicológico, jurídico, oficinas artesanais, rodas de discussões, disseminação de conteúdos informacionais que contribuem para a desnaturalização e banalização da violência doméstica, assim, passam a ter acesso a informação conscientizadora. As mulheres passam a ressignificar o entendimento do que é violência, e vai provocando mudanças a partir das práticas informacionais que são compartilhadas por elas a partir das falas.

No CERMFL elas se redescobriram e compreenderam que, acima de tudo, elas têm direito a viver e buscarem sua autonomia, segundo Silva e Gomes (2013) afirmam que a informação não vem prontamente definida na mediação, mas é dialogada, discutida e questionada com o usuário significando dizer que a informação só pode ser efetivamente dimensionada quando ocorre a apropriação por parte do usuário.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo, analisar a interface das políticas de informação de gênero com o empoderamento e o protagonismo social de mulheres que vivenciaram a violência doméstica durante seus relacionamentos. A violência contra as mulheres é uma violação aos direitos básicos do ser humano, que atinge sua dignidade, a autoestima, a segurança e a liberdade, independentemente de raça/etnia, classes sociais, escolaridade, faixa etária e grau de desenvolvimento econômico. Configura-se um problema social, cultural e de saúde pública, ocasionando problemas que conduzem a baixa qualidade de vida, baixa autoestima e depressão.

Todavia, as políticas públicas são, acordo com Secchi (2010, p. 1), “política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Assim ao serem criadas e implementadas pelo Estado, passam a contar com poder para diminuir as disparidades sociais e promover a justiça das classes por meio de ações econômicas, sociais e culturais interferindo nas estruturas hegemônicas da sociedade (SILVEIRA, 2004). Dessa maneira, as políticas públicas são vistas como ação efetiva do Estado a favor da sociedade. De fato, as políticas públicas de gênero, assumem a importante tarefa de mediar a informação que irá resignificar padrões estabelecidos, por meio de elementos culturais enraizados nos moldes hegemônicos da cultura patriarcal.

As estratégias elaboradas e articuladas pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba, foi fortalecer a Rede de Enfrentamento a Violência contra a Mulher a partir da conexão de vários órgãos com suas funções e atividades com o objetivo de diminuir os altos índices de violência doméstica. As atividades compõem a prevenção com ações educativas que englobam atividades que englobam palestras, oficinas, panfletagem em épocas estratégicas, etc. Como também, a punição que englobam a efetividade das Leis, das medidas protetivas e educativas para o agressor, dentro outras. Deste modo, a partir de tais reflexões, entende-se que as ações de enfrentamento à violência são Políticas de Informação de Gênero, que são combinadas a partir das ações de prevenção e de enfrentamento como atividades necessárias e complementares que vão construir pilares fundamentais a igualdade e o respeito de gênero.

As políticas de informação de gênero irão direcionar as ações de intervenção desde a raiz do problema, ou seja, na educação dentro dos lares, nas escolas e nas comunidades trabalhando com informação preventiva e ao mesmo tempo, ampliando a luta para mais políticas de acolhimento e enfrentamento à violência e ao feminicídio.

A cultura patriarcal é envolta de interpretações educacionais e domésticas que se organizam no seio da sociedade propagando a violência como um ato de virilidade masculina e da posição superior e dominação de homens frente às mulheres, e que é concebido como natural (ALMEIDA; BANDEIRA, 2006). Ampliando tal ideia, Foucault (2001) ressalta as relações de poder a partir da esfera da violência como uma das formas de manter a estrutura de controle e força sob o outro.

Respeitando os limites do estudo, a partir das histórias de vida das três mulheres que foram nossas interlocutoras, conseguimos compreender como a organização social de gênero dinamiza as relações de violência. Por exemplo, quando nossa **Flor do Mulungu** ressaltou “[...] eu apanhava todos os dias, sem nem saber o porquê estava [...] podemos compreender a violência doméstica no mais alto grau de discriminação e abuso de um ser humano com o outro. Entendemos com mais clareza os elementos que compõem o patriarcado estruturado em padrões que banalizam e legitimam o controle dos homens sobre as mulheres em vários níveis contra a mulher.

Quando nossa **Violeta da Caatinga** afirmou “[...] ele não me deixava estudar nem trabalhar [...]” percebemos a estrutura de poder que o homem exerce a partir do controle, ao internalizar a relação de posse que tem sob a vida da mulher. Nossa **Flor de Algodão** extremamente fragilizada com a severa violência psicológica que há menos de trinta dias havia sofrido, ela afirmou “[...] ele surtou porque viu uma simples mensagem que recebi no facebook de um amigo, não tinha nada demais, porém não adiantava eu falar nada ele não me ouvia [...]”, os agressores utilizam do ciúme e do sentimento de posse, conforme ressalta Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) as causas da violência são descritas principalmente pelo ciúme e jogo de poder, associada à questão da construção social dos papéis masculinos e femininos e da desigualdade existente nas relações de gênero.

O mais forte, porém, foi identificar a resistência expressa em seus olhos e nas suas falas, por vários momentos eu me peguei pensando “quão forte a mulher é”, nós fomos e somos resistência. Foram as feministas que lutaram para que conquistássemos espaços e equidade no trabalho, na política, nos espaços sociais, nas políticas públicas e no enfrentamento à violência. Essa luta e resistência estavam ali, nas histórias de vida das três mulheres que refletem a história de todas nós.

Como afirma Foucault (1988, p. 104) [...] “lá aonde há poder, há resistência [...]”, e ouvi das “três flores mais fortes do sertão” a seguinte frase “era para eu estar morta, mas não estou, então faço a minha história a voz de todas”, exatamente assim que as histórias de vida que **Violeta da Caatinga, Flor do Mulungu e Flor do algodão** foram registradas, para que

compreendêssemos os números e enxergássemos para além de dados. São vidas que precisam ser respeitadas na conjuntura social.

Assim percebemos a importância das políticas públicas de gênero, sob o olhar das histórias de tantas Flores que só conhecemos por meio dos números, ou quando, elas estampam os noticiários na mídia com humilhações, espancamentos e mortes. Quantas Flores poderiam ter sido salvas se tivéssemos “metido a colher”? Várias. Nas histórias das nossas Flores do Sertão, ficou evidente a importância das políticas públicas, especialmente, a atuação do Centro para o empoderamento e ressignificação dos papéis de gênero em suas vidas e na sociedade. Percebi o protagonismo da fala das Flores, ao afirmarem “[...] nunca mais quero passar pelo o que eu passei[...]” “[...] minha vida hoje é outra, sou feliz comigo mesma [...]” “[...] nunca mais deixarei ninguém fazer o que ele fez comigo [...]”.

Deste modo, ao percebermos que as políticas de informação de gênero alcançam as mulheres em situação de violência doméstica, em especial as assistidas pelo Centro de Referência Estadual Fátima Lopes empoderam-nas para o rompimento da situação de violência vivenciada, a partir da apropriação dos conteúdos informacionais que são mediados pelo CERMFL ressignificando relações sociais pautadas na hierarquização das mulheres e a desnaturalização da violência doméstica. Importante frisar que tal processo de rompimento com a situação de violência e a ressignificação das relações de poder não é linear, configura-se um processo contínuo, marcado por resistências, permanências e por resistências permeadas por condições subjetivas e objetivas.

A Paraíba vem desenvolvendo políticas de enfrentamento e prevenção à violência contra as mulheres que têm ganhado destaques nacionalmente. A Rede tem, cada vez mais se fortalecendo e ampliando as ações conjuntas de modo a alcançar os resultados com mais efetividade. Com destaque ao prêmio recebido, em dezembro de 2019, à Secretaria de Segurança Pública da Paraíba do selo “Práticas Inovadoras” com o projeto “Mulher Protegida” que foi representada pela Dra. Maisa Araújo Felix, Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (COORDEAM). É uma importante premiação para as Secretarias de Estado, principalmente, a da Mulher e da Diversidade Humana, onde destaca-se o empenho e as articulações do Estado e da Rede de enfrentamento a coibir todos os tipos de violência contra as mulheres.

Vale salientar a necessidade das políticas de informação de gênero estarem constantemente sendo avaliadas, para que estejam cumprindo com os objetivos propostos. As políticas de gênero precisam ser transversais, as ações não podem ser isoladas e pontuais, mas, que produzam igualdade de gênero em todas as esferas composta em todas as políticas

estatais. Portanto, reforçamos a necessidade da Rede de Enfrentamento em estar cada vez mais se articulando através dos serviços de atendimento proporcionando, especialmente, atendimento mais humanizado e capacitado para atender as fortes mulheres que buscam os serviços.

Após o contato com os conteúdos informacionais mediados pelo CERMFL, as interações com outras resistentes mulheres que buscam o rompimento com a violência doméstica, Violeta da Caatinga, Flor do Mulungu e Flor do Algodão, as mulheres atravessam um processo contínuo e não linear de ressignificação de esquemas de percepção, de produção de novos sentidos e significados à organização social de gênero, que baliza relações de poder e a violência doméstica. Imprescindível o respeito ao tempo e aos processos de cada mulher nessa travessia. Destarte, concebemos que as mulheres mesmo em situação estrutural de desigualdade resistem a situação de violência doméstica e as diferentes hierarquias, em diferentes âmbitos, mas torna-se fundamental o apoio externo, como enuncia Heleieth Saffioti. Nesse sentido, as políticas de informação e a transversalidade de gênero constituem instrumentos balisares para fortalecer o protagonismo das mulheres.

REFERÊNCIAS

- ABATH, R. J.; IRELAND, T. D. Os grupos de mulheres no estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa - PB, v. 8, n. 1, p. 45-63, 1999. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_84b8feb04d_0013847.pdf. Acesso em: 20 ago. 2019.
- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. 2019. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- ALMEIDA, H. M.; CHAVES, G. N.; SILVA, R. M. Violência de gênero e subjetividades: perspectivas das mulheres indígenas potiguara da Baía da Traição-PB. *In*: CHAVES, G. N. et al. **Faces da violência de gênero na região do Vale do Mamanguape-PB**. João Pessoa: UFPB, 2012.
- ALMEIDA, J. S. “As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 81, n. 197, p. 5-13, jan./abr. 2000.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf., Brasília**, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- ALMEIDA, T. M. C.; BANDEIRA, L. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente. *In*: LEOCÁDIO, E.; LIBARDONI, M. (Org.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: Agenda, 2006.
- ANDRADE, K. O. et al.. Redes de informação e violência doméstica e familiar contra as mulheres: conexões e laços conceituais. *In* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2019.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- BARRETO, A. A Questão da Informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 3-8, 1994.
- BERNARDES, M. N. **Racializando o feminicídio e a violência de gênero: reflexões sobre a experiência brasileira**. 2018. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/volume2/anais_de_seminarios_da_emerj_volume2_163.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- BESSE, S. K. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999.
- BEZERRA, L. T. A.; RABAY, G. Campanha eleitoral, twitter e imagem: um olhar sobre a campanha online de Estelizabeth Bezerra e a imagem da mulher. *In*: REDOR, 18., Recife.

Anais [...]. Recife, 2014. Disponível em:

file:///C:/Users/Net/Downloads/texto%20gloria%20(1).pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BOURDIEU, P. **La domination masculine**. Saint-Amand-Montrond, Éditions du Seuil, 1998, p.15.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, de 22 de setembro de 2006**. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 18 out. 2018.

BRASIL. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 01 dez. 2019.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Termo de Referência: apoio a casas abrigo e centros de referências**. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC0047-3-TERMOS%20DE%20REFER%C3%8ANCIA%202007.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASTED, L. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de Advocacy Feminista. *In*: CAMPOS, C. H. (Org.). **Lei Maria da Penha comentada na perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BROOKES, B. C. The foundation of information Science. **Journaul of Information Science**, v. 2, p. 209-221, 1980.

BRUYNE, P., HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BUFREM. S. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação, **DataGramaZero: Revista de Informação**, v. 14, n. 6, dez. 2013.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, p. 199-214, dez. 2012.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais** [...]. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 20 set. 2010.

CAVALCANTI, E. C. T.; OLIVEIRA, R. C. Políticas Públicas de combate à violência de gênero na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Campina Grande, v. 2, n. 2, p. 192-206, jun./dez. 2017.

CHOO, C. W. A. **Organização do Conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

CORTES, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L.K.R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, p. 59-77, 2015.

CÔRTEZ, G. R. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudo Sociologia**, v. 17, n. 32, p. 149-168, 2012.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, p. 1-11, 2005.

CRUZ, M. H. S. Empoderamento das mulheres. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 101-114, jan./jun. 2018.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**. 2009.

DELGADO, L. A. N. **História oral**: memória, tempo, identidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

EVEDOVE, P. R.D.; FUJITA, M. S. L. A nova configuração do paradigma cognitivo na Ciência da Informação: contribuições ao processo de conhecer do profissional da Informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 59-81, jan./abr. 2013.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista: Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.

FARAH, M. F. S. **Políticas Públicas e gênero**. 2005. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2019.

FARAH, M. F. S. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista Administração Pública**, 50(6), 959–979, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>. Acesso em: 29 ago. de 2019.

FERREIRA, M. Feminismo no Nordeste brasileiro: histórias, memórias e práticas políticas. **Polis: Revista Latino-americana**, v. 28, 2011.

FONTES, A. M. M.; MARCONDES, L. M. A. (Org.). **Plano Nacional de Políticas para as mulheres (SEPM)**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

FIGUEIREDO, M. A. Feminismo no Brasil: retrospectivas. In: COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B. (Org.) **Feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: FFCH/UFBA. 2008. p. 51-68.

FLEURY-TEIXEIRA, E; MENEGHEL, S. N. (Orgs.). **Dicionário Feminino da Infâmia**: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 307-314, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A vontade de saber**: história da sexualidade. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade**: o uso dos prazeres. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRANÇA, G. K. C. S. Uma teoria do poder em Foucault. **Cadernos do PET Filosofia**, v. 8, n. 16, 2017.

FREIRE, G. H. A; FREIRE, I. M. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GALVÃO, E. F.; ANDRADE, S. M. Violência contra mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher no município do Sul do Brasil. **Saúde e Sociedade**, Londrina, v. 13, p. 89-99, 2004.

GIANEZINI, K. et al. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jurgen Habermas. In: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (Orgs.). **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GOMES, C.; BATISTA, M.F. **Feminicídio**: paradigmas para análise da violência de gênero com apontamentos à Lei Maria da Penha. In: **SEMINÁRIO DE PESQUISA INTERDISCIPLINAR**, 7., 2015. Disponível em: <http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/57571c15-0bd8-498c-baca->

599dde5e74cf/artigo_gtdir_claudia-mirela_vii-spi.pdf?MOD=AJPERES. Acesso: 29 ago. 2019.

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, mar./ago. 2019.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HALL, R. H. **Organizações**: estruturas, processos e resultados. São Paulo: Pearson, 2004.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 2, p. 400-425, 1995.

JOUDART, P. Avaliações e tendências da história oral. In: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 31-46.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

LANG, A. B. S. G. História Oral: Muitas Dúvidas, Poucas Certezas E Uma Proposta. In: MEIHY, J. C. S. (Org.). **(Re) Introduzindo História Oral no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

LANG, Alice B. da S. G; CAMPOS, Maria Christina S. de S.; DEMARTINI, Zeila de B.F. (Orgs.). **História oral, sociologia e pesquisa**: a abordagem do CERU. São Paulo: Humanitas/CERU, 2010.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, T.T. (Org) **O sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. São Paulo: Vozes, 1997.

LOZANO, J.E.A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MACHADO, Lia Zanotta. **Atender vítimas, criminalizar violência: dilemas das delegacias da mulher**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos e imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

MARTELETO, R. M.; RIBEIRO, C. G. Informação em movimento: produção e organização do conhecimento. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, p. 2002.

MATTELART, A. **A história da Sociedade da Informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer como pensar. São Paulo: Contexto, 2017.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 1998.

MOLYNEUX, M. Change and Continuity in Social Protection in Latin America: Mothers at the Service of the State? **Gender and Development Paper**., n. 01, may 2003.

NEGRÃO, T. Saúde e violência de gênero necessário monitoramento. *In*: SARDENBERG, Cecília M. B.; TAVARES, Márcia S (Org.). **Violência de gênero contra mulheres**: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 108-144.

OLIVEIRA, E. M.; VIANNA, L. A. C. Violência conjugal na gravidez. **Estudos Feministas**, v. 1, p. 162-165, 1993. Disponível em: [file:///C:/Users/Net/Downloads/gesta%C3%A7%C3%A3o%20e%20violencia%20\(1\).PDF](file:///C:/Users/Net/Downloads/gesta%C3%A7%C3%A3o%20e%20violencia%20(1).PDF). Acesso em: 17 nov. 2019.

PATIAS, N. D.; BOSSI, T. J.; DELL'AGLIO, D. D.. Repercussões da exposição à violência conjugal nas características emocionais dos filhos: revisão sistemática da literatura. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, p. 901-915, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000400017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 dez. 2019.

PERROTTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo do Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

REICHENHEIM, M. E.; DIAS, A. S.; MORAES, C. L. Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. **Rev Saúde Pública**, v. 40, n. 4, p. 595-603, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2008.

SAFFIOTI, H. I. B.. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, Dec. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 Dez. 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTIAGO, I. M. F. L.; SANTOS, F. S.; MOREIRA, O. L. Mulheres jovens e movimento feminista em João Pessoa/PB. In: **SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS**, 4., 2013, João Pessoa/PB. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB: 2013.

SANTOS, C. M. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. OFICINA DO CES: Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2008.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inc.Soc.**, Brasília/DF, v. 11, n. 2, p. 15-29, jan./jun. 2018.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1995.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SICILIANO, M.; SOUZA, C. M.; MELLO, C.; METH, S. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, 2017.

SILVA, S. V. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 262, 2000.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Hentiette Ferreira. A importância da mediação para a construção de uma autonomia no contexto dos usuários da informação. **Informação e Sociedade: estudos**. João Pessoa, v. 23, n. 2, p. 33-44, maio/ago. 2013.

SILVEIRA, L. P. “Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência”. In: DINIZ, S. G. et al. (Org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980-2005)**: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006. p. 45-77

SILVEIRA, L. P. **Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência**. 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/lenirapdf.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SILVEIRA, M. L. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Org). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOARES, G. Secretária destaca políticas públicas em apoio às vítimas de violência doméstica. **Paraíba online**, abr. 2019. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2019/04/secretaria-destaca-politicas-publicas-em-apoio-as-vitimas-de-violencia-domestica/>. Acesso em: 01 maio 2019.

SOARES, V. Movimento Feminista. Paradigmas e desafios. **Educação e realidade**, Rio de Janeiro, n. Especial, 1994.

SOARES, V. **Políticas públicas para igualdade**: papel do Estado e diretrizes. 2004. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

SOUZA, E. C. Territórios das escritas do eu: pensar a profissão – narrar a vida. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 213-220, maio/ago. 2011.

STEWART, T. A. **A riqueza do conhecimento**: o capitão intelectual e a nova organização do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 25 nov. 2019.

TELES, M. A.; MELO, M. de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THOMPSON, A. Os debates sobre memória e e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

WALKER, Leonore. **The battered woman**. New York: Harper and How, 1979.

WERSIG, G. Information Science: The study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v. 9, n. 4, 1975.

WOITOWICZ, K. J. A imprensa feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimento de mulheres brasileiras pelo fim da violência sexual e doméstica entre os anos 1970/80. **Revista Eptic**, v. 10, n. 2, p. 1-9, ago. 2008.

XAVIER, M.; KOBASHI, N. Y. **Estudos sobre mulheres na Paraíba**. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Net/Downloads/mulheres%20ci%20nair%20kobashi.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado por Claudialyne da Silva Araújo para participar da pesquisa intitulada **“POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO DE GÊNERO E PROTAGONISMO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA”**. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos sejam esclarecidos.

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória e de campo referente à tese de Claudialyne da Silva Araújo, discente do Doutorado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com orientação das Professoras Dra. Joana Coeli Ribeiro Garcia e Dra. Gisele Rocha Cortês. Tem como objetivo, analisar a interface das políticas de informação de gênero com o empoderamento e o protagonismo social de mulheres que vivenciaram a violência doméstica durante seus relacionamentos abusivos.

Para tanto, em nível local, serão realizadas entrevistas na cidade de Campina Grande com mulheres que passaram por situação de violência doméstica durante seus relacionamentos. As falas dos participantes e as respostas dos questionários estarão demonstradas na análise de resultados desta pesquisa. E mais, para título de esclarecimento, com intuito de se manter a ética científica e o respeito à identidade dos participantes, não serão divulgados os seus nomes. Ao aceitar o convite, você não receberá remuneração.

Destaca-se, ainda, que, a qualquer momento você poderá recusar a continuar participando da pesquisa e também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Portanto, a qualquer momento você poderá ter acesso a informações referentes à pesquisa, pelos telefones/endereço da pesquisadora.

Eu, _____, _____ anos, declaro ser de livre e espontânea vontade estar participando da presente pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

João Pessoa, ____/____/_____.

Nome do participante da pesquisa

Data

Assinatura

Nome do pesquisador principal

Data

Assinatura

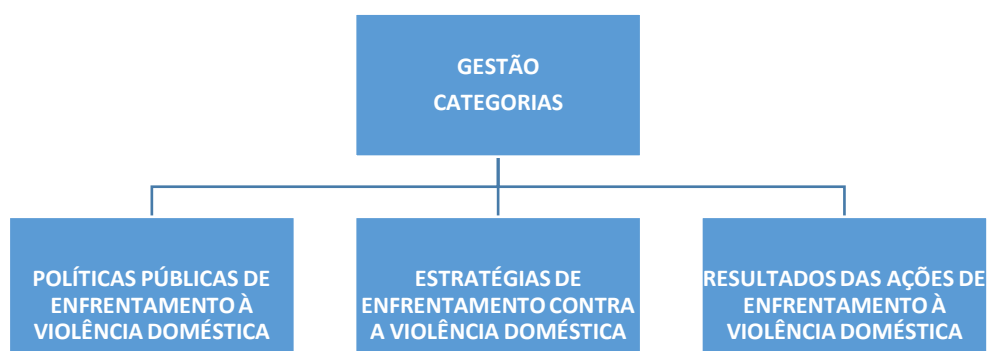
APÊNDICE B: Roteiro de Entrevista com as Interlocutoras que compõem a Gestão da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e com a Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (COORDEAM).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Roteiro de Entrevista com as Interlocutoras que compõem a Gestão da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana e com a Coordenadora Estadual das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (COORDEAM)

Elencaram-se três categorias que foram pré-estabelecidas com o intuito de direcionar melhor as entrevistas. Deste modo, pediu-se que as falas fossem direcionadas seguindo as categorias previamente determinadas pela pesquisadora.



Na categoria **Políticas Públicas de enfrentamento à violência doméstica** solicitou-se que abordassem os elementos da gestão estadual articulado com as políticas a nível nacional, assim como junto à Rede de Enfrentamento Estadual, a partir de todos os elementos que compõem a violência contra a mulher, desde o atendimento, a punição e a prevenção, com a participação de vários órgãos que fortaleceram o Estado no resguardo da vida, na integridade e no bem-estar da mulher.

A segunda categoria solicitou-se que falassem sobre as **Estratégias de enfrentamento à violência doméstica**, que aborda ações estratégicas compostas pela rede nos níveis estadual e municipais, montadas a partir de dados apresentados recorrentemente.

Na última categoria, pediu-se que apresentassem os **Resultados das ações de enfrentamento à violência doméstica**, na qual se destacam os aspectos positivos, negativos e o olhar direcionado a projeções futuras das políticas públicas para as mulheres.

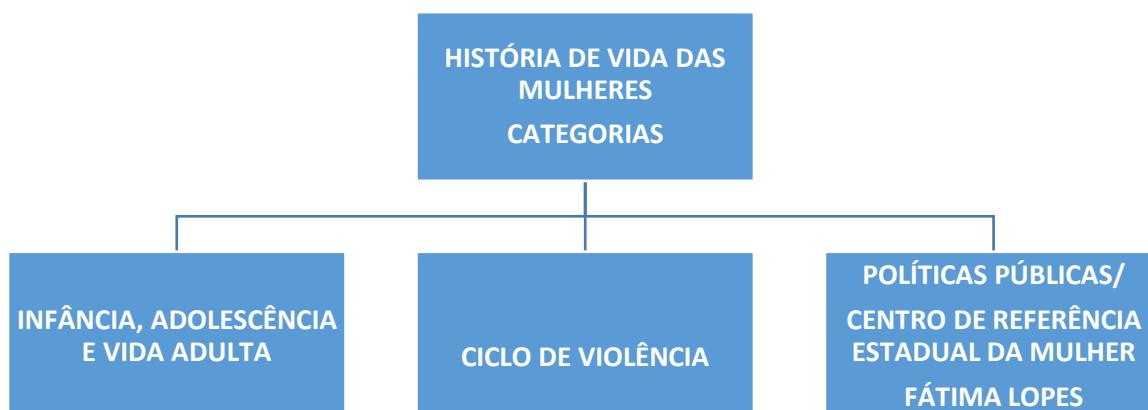
APÊNDICE C: Roteiro de entrevista com as mulheres que estiveram em situação de violência e são acompanhadas pelo Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Roteiro de entrevista com as mulheres que estiveram em situação de violência e são acompanhadas pelo Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL)

Elencaram-se três categorias que foram pré-estabelecidas com o intuito de direcionar melhor as entrevistas com as mulheres que estiveram em situação de violência, e que são acompanhadas pelo CERMFL. Deste modo, pediu-se que as falas fossem direcionadas seguindo as categorias previamente determinadas pela pesquisadora, antes da entrevista.



Na primeira categoria, solicitou-se que as mulheres falassem de sua infância, adolescência e vida adulta, destacando elementos de sua educação e convívio familiar.

Na segunda categoria, pediu-se que falassem sobre o ciclo de violência, ou seja, as primeiras agressões psicológicas e físicas vivenciadas no (s) relacionamentos abusivos.

Na terceira categoria, solicitou-se que explicassem como chegaram até o centro, e sobre o acompanhamento que recebem, como também, o que CERMFL representa em suas vidas.